



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO FUNDO COVID-19

PERÍODO DE 17 DE ABRIL A 31 DE AGOSTO DE 2020

CONSELHO DE GESTÃO DO FUNDO COVID-19

Índice

Siglas/Abreviaturas	3
Prefácio	4
Conselho de Gestão de Fundo COVID-19	5
Secretariado Técnico do Fundo COVID-19.....	5
Orçamento de Fundo COVID-19.....	6
Execução do Fundo COVID-19	9
Saldo de Dinheiro.....	12
Demonstração de Receitas e Pagamentos de Dinheiro	13
Notas às Demonstrações Financeiras	14
1. Política Contabilística.....	14
2. Receitas do Fundo COVID-19	16
3. Garantir quarentena adequada	17
4. Identificar casos de COVID-19 e detetar os contactos (contact tracing)	17
5. Isolar e tratar os casos de COVID-19	18
6. Reforçar as medidas de distanciamento social, higiene e proteção pessoal na comunidade	19
7. Apoio social e resgate económico a população afetada pelas atividades COVID-19.....	19
8. Apoio às operações de prevenção e mitigação da COVID-19	21
9. Aumento sustentável na produção e produtividade das culturas alimentares e hortícolas.....	22
10. Comercialização e segurança alimentar através do CLN	23
11. Estabelecimento do CLN nos Municípios.....	23
12. Subsídio Aos Estudante Não Bolseiro.....	23
13. Pagamento de remuneração suplementar às linhas de frente	24
14. Pacote de Estímulo Económico.....	25
15. Atualização Progresso Adicional 70 milhões de dólares de Fundo Petrolífero	25
16. Utilização de assistência externa que não fazem parte do fundo Covid -19.....	25
17 Retenção de Imposto.....	26
18 Contribuição para Segurança Social	26
Anexos.....	27

Siglas/Abreviaturas

Siglas/Abreviaturas	Nome por extenso
BNCTL	Banco Nacional de Comércio de Timor-Leste
BS	Bens e Serviços
CD	Capital e Desenvolvimento
CFET/FCTL	Consolidated Fund of Timor-Leste/Fundo Consolidado de Timor-Leste
CG/KJ	Conselho de Gestão/Konsellu Jestaun
CIGC	Centro Integrado de Gestão de Crises
CLN	Centro Logístico Nacional
CM	Capital Menor
COVID-19	Coronavírus Disease 19
F-FDTL	Falintil - Forças de Defesa de Timor-Leste
FRC/FRK	Fundo de Reserva de Contingência/ Fundu Rezerva Kontijensia
GPM	Gabinete do Primeiro-ministro
ILO/OIT	International Labor Organization/Organização Internacional do Trabalho
LMs	Linhas Ministeriais
MAP	Ministério da Agricultura e Pescas
MCAE	Ministro Coordenador de Assuntos Econômicos
MAPCOM	Ministério dos Assuntos Parlamentares e Comunicação
MdJ/MJ	Ministério da Justiça
MdS	Ministério da Saúde
MNEC	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação
MOP	Ministério de Obras Públicas
MSSI	Ministério da Solidariedade Social e Inclusão
MTC	Ministério dos Transportes e Comunicações
OIT/ILO	Organização Internacional do Trabalho/International Labor Organization
PNTL	Polícia Nacional de Timor-Leste
RAEOA	Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno
SARS-Cov-2	Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2
SV	Salário e Vencimentos
TP	Transferência Pública
UNDP/PNUD	United Nations Development Program/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
US\$/USD	United States Dollar

Prefácio

O Fundo Covid-19 (adiante Fundo) foi estabelecido em abril de 2020 ao abrigo da Lei n.º 2/2020, de 6 de abril, alterada pela Lei n.º 5/2020, de 30 de junho e tem por finalidade financiar as despesas relativas às medidas de prevenção e combate à doença COVID-19, nomeadamente, com a aquisição de medicamentos, materiais e equipamento médico utilizado na prevenção e combate ao vírus SARS-Cov-2 e à doença COVID-19, a instalação e manutenção dos lugares destinados à realização de quarentena e isolamento, a formação e operacionalização dos profissionais, a aquisição e fornecimento de bens essenciais e a proteção social às vítimas do vírus SARS-Cov-2 e da doença COVID-19, incluindo medidas de estímulo económico. A separação destas despesas do Orçamento Geral do Estado visou aumentar a transparência e responsabilidade na execução das mesmas, o que tem sido a principal preocupação do Conselho de Gestão do Fundo, nomeadamente, na produção de informação regular que permita acompanhar toda a realização de despesa realizada pelo Fundo. O Fundo contou até agora com um orçamento de cerca de 220,2 milhões de dólares, sendo que as principais fontes de financiamento foram a transferência extraordinária do Fundo Petrolífero de 219,5 milhões de dólares, autorizada pela Lei n.º 2/2020, de 6 de abril, alterada pela Lei n.º 5/2020, de 30 de junho, e o apoio financeiro de 0,75 milhões de dólares recebidos da Organização Internacional do Trabalho (OIT). As receitas, rendimentos e lucros do Fundo não são transferidos para o Fundo Consolidado no final do período deste relatório, sendo ao invés mantidos no Fundo para cobrir as suas despesas.

O Fundo é gerido por Conselho de Gestão do Fundo COVID-19, composto pelo membro do Governo responsável pela área das finanças, pelo membro do Governo responsável pela área da saúde e pelo membro do Governo responsável pela área dos negócios estrangeiro, sem prejuízo das competências do membro do Governo responsável pela área das finanças, nos termos da legislação de finanças públicas, e o do membro do Governo responsável pelas áreas da Saúde, nos termos da legislação da saúde. Este relatório é preparado para garantir a transparência e a apresentação de informações fiáveis, significativas e úteis e garantir o cumprimento dos padrões e procedimentos de operação na execução do orçamento do Fundo Covid-19, sendo o quarto relatório mensal preparado pelo Conselho de Gestão do Fundo a ser apresentado a todas as partes interessadas.



Dr. Fernando Hanjam
Ministro das Finanças e
Presidente de Conselho de Gestão do Fundo COVID-19

Conselho de Gestão de Fundo COVID-19

O Conselho de Gestão do Fundo COVID-19 tem como competências aprovar a realização de despesa, os planos de despesa a ser financiada com verbas do Fundo e a proposta de orçamento do Fundo, apresentar informação regular ao Conselho de Ministros e ao Parlamento Nacional sobre a alocação de verbas, execução e saldo e promover a aprovação das propostas de regulamentos que se revelem necessários ao normal funcionamento do Fundo.

O Conselho de Gestão do Fundo COVID-19 é composto:

- a) Pelo Ministro das Finanças, que preside;
- b) Pela Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação;
- c) Pela Ministra da Saúde.

Secretariado Técnico do Fundo COVID-19

O Conselho de Gestão do Fundo COVID-19 é coadjuvado por um Secretariado Técnico ao qual compete analisar a documentação relativa aos pedidos de pagamento, preparar as propostas de decisão do Conselho de Gestão e fornecer todos os elementos necessários para este se poder pronunciar, preparar as reuniões do Conselho de Gestão, redigir relatórios sobre as suas funções e realizar outras tarefas que lhe sejam solicitadas pelo Conselho de Gestão.

O Secretariado Técnico do Fundo COVID-19 é composto por funcionários e agentes da Administração Pública em regime de requisição nomeados por despacho do Presidente do Conselho de Gestão.

Através do Despacho n.º 12/VIII/CG-Fundo COVID-19/2020-04, de 20 de abril, do Presidente do Conselho de Gestão, foram nomeados pelos seguintes membros do Secretariado Técnico:

- a) Januário da Gama, que assume as funções de Coordenador;
- b) Regina de Jesus de Sousa, que assume as funções de Subcoordenadora, substituindo o Coordenador nas suas faltas e impedimentos;
- c) Isac Menezes;
- d) Nenik Maria Imaculada Ximenes;
- e) Senhorinha Gama da Costa Lobo;
- f) Abiliana das Neves Doutel Sarmento;
- g) Martinho Sávio Gonzaga Sarmento;
- h) João Magno;
- i) Leonardo de Araújo;
- j) Ernesto da Conceição Silva;
- k) Aguido da Silva

- l) Januário Avelar Borges;
- m) Martinho Soares;
- n) Inácio Orlando E Silva Araújo;
- o) Venceslau Quintão Guterres;
- p) Onório dos Santos;
- q) Salomão Yaquim;
- r) Amilton Soares Amaral Lemos;
- s) João Francisco Baptista;
- t) Cecília Tilman Gonçalves.

Orçamento de Fundo COVID-19

O Fundo de COVID-19 foi estabelecido através da Lei n.º 2/2020, de 6 de abril, alterada pela Lei n.º 5/2020, de 30 de junho e tem por finalidade financiar as despesas relativas às medidas de prevenção e combate à doença COVID-19 e a proteção social às vítimas do vírus SARS-Cov-2 e da doença COVID-19, incluindo medidas de Apoio Económico e de Proteção Social.

A principal fonte de financiamento do fundo é a transferência extraordinária do Fundo Petrolífero de 219,5 milhões de dólares, autorizada pela Lei n.º 2/2020, de 6 de abril, alterada pela Lei n.º 5/2020, de 30 de junho. Até 31 de agosto, todos os 219,5 milhões de dólares foram retirados do Fundo Petrolífero para o fundo COVID-19 para financiar os objetivos do fundo.

Tabela 1 – Detalhe da Transferência Extraordinária do Fundo Petrolífero para o Fundo Covid-19

Data Transferências do Fundo Petrolífero para Conta Fundo Covid-19	Montante (milhares de dólares)
16 de Abril de 2020	\$150,000
6 de Agosto de 2020	\$69,500
Total:	\$219,500

Durante este período de relatório, o fundo recebeu também um apoio financeiro de 0,75 milhões de dólares da OIT para apoiar as despesas operacionais de implementação da medida de Apoio Monetário aos Agregados Familiares no Âmbito da Pandemia de COVID-19, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 15/2020, de 30 de abril.

A distribuição e execução do fundo é estruturada com base em programas, subprogramas e atividades. O processo de distribuição do fundo é liderado pelo Centro Integrado de Gestão de Crises (CIGC) e é realizado em consulta com as Linhas Ministeriais e Instituições relevantes na prevenção e mitigação do COVID-19. O CIGC deve apresentar o plano de distribuição do Fundo à Comissão Interministerial de Coordenação da

Implementação das Medidas de Prevenção e Controlo do Surto do Novo Coronavírus para discussão e decisão antes de ser submetida ao Conselho de Gestão do Fundo para aprovação e execução de acordo com os programas, subprogramas e atividades.



Tabela 2 – Orçamento Fundo Covid 19

	Dotação do Orçamento (milhares de dólares)
Orçamento Para Prevenção e Mitigação COVID-19	149.500
Doação de ILO (para apoiar o pacote de estímulo econômico)	748
Medidas de Estímulo econômicos	70.000
Total	220.248

O orçamento total de 220,2 milhões de dólares foi distribuído para três programas principais, que são:

- a) Programa de prevenção e mitigação da doença COVID-19 com oito subprogramas (mostrados na tabela 3 seguinte) com alocação total (final) de 198,3 milhões de dólares. Este programa tem a maior distribuição de fundos devido ao vínculo direto com a estratégia médico-sanitária de aquisição de

materiais e serviços relacionados com prevenção e mitigação de doença COVID-19 nomeadamente, garantir quarentena adequada, identificar de casos e detetar contactos, isolar e tratar os casos COVID-19, reforçar as medidas de distanciamento social incluindo a higiene e proteção na comunidades, e apoio social e resgate económico a população afetada pelas atividades de prevenção e combate à doença COVID-19;

- b) Programa de aumento sustentável da produção e da produtividade com alocação total (final) de 5 milhões de dólares para minimizar o impacto da doença COVID-19 na produção e segurança alimentar no país;
- c) Acesso dos Produtos Alimentares, não Alimentares e Serviços com alocação total (final) de 17,0 milhões de dólares para melhorar o acesso a mercadorias e serviços durante surto da pandemia de COVID-19, tendo em conta que esta pandemia tem o potencial para afetar o preço e a oferta de alimentos no mundo e especialmente em Timor-Leste. Este programa contém dois subprogramas, nomeadamente melhoria de acesso a mercadorias e melhoria de acesso a serviços.

A tabela 3 mostra a discriminação do orçamento fundo Covid-19 por setores de programa.

Tabela 3 - Discriminação das Alocações do Fundo COVID-19 por setores de programas

Discriminação das Alocações do Fundo por Setores de Programa (milhares de dólares)				
Programas e Sub Programas	Dotações Orçamento Original	Virement	Pacote de Medidas Estimulo Económico	Dotações Orçamento Final
508 - Prevenção e Mitigação do COVID-19	125,443	4,585	68,233	198,260
50801 - Garantir Quarentena Adequada	7,446	(512)	1,217	8,151
50802 - Identificar casos de Covid 19 e detetar os contactos (contact tracing)	5,948	(680)	260	5,528
50803 - Isolar e tratar os casos de Covid-19	42,851	(7,058)	-	35,793
50804 - Reforçar as medidas de distanciamento social, higiene e proteção pessoal na comunidade	1,841	90	-	1,931
50805 - Apoio social e resgate economico a população afetada pelas atividades Covid-19	17,414	52,677	45,458	115,548
50806 - Apoio as operações de prevenção e mitigação da COVID-19	16,575	(7,287)	180	9,468
50807 - Plano de Contingência para COVID-19	33,368	(32,645)	21,118	21,841
50808 - Ficalização do atividade Prevenção e Mitigação do Covid-19	-	-	-	-
574 - Aumento sustentável na produção e da produtividade	4,953	(2,515)	2,515	4,953
57405 - Aumento sustentável da produção e produtividade de culturas alimentares e hortícolas	4,953	(2,515)	2,515	4,953
589 - Acesso dos Produtos Alimentares, não Alimentares e Serviços	19,105	(2,070)	-	17,035
58901 - Comercialização e segurança alimentar através do CLN	18,727	(1,764)	-	16,963
58902 - Estabelecimento do CLN em Municípios	378	(306)	-	73
Total	149,500	-	70,748	220,248

A alteração de verbas (virement) do orçamento indicada na coluna acima foi iniciada para garantir a disponibilidade do orçamento para atender ao pagamento das medidas de apoio Económico e de Proteção Social durante a Pandemia do COVID-19.

O orçamento inicial para o Subprograma de Apoio Social e Resgate Económico à população afetada pelas

atividades COVID-19 (50805) era de apenas 17,4 milhões de dólares, no entanto, após a proposta do Ministério da Solidariedade Social para assegurar o pagamento de subsídios às famílias e introdução de medidas estímulo econômico, o orçamento foi aumentado para 115,5 milhões de dólares, o que, por sua vez, contribuiu para maior execução orçamental do Fundo ate 31 de agosto de 2020.

Execução do Fundo COVID-19

Durante o período de 17 de abril a 31 de agosto de 2020, o total de recebimentos do Fundo no Banco Central de Timor-Leste foi de 220,2 milhões de dólares. Isso consiste numa transferência extraordinária do Fundo de Petrolífero de 219,5 milhões de dólares e doações / apoios financeiros – OIT de 0,75 milhões de dólares.

Contudo, a tabela 3 acima indica que o valor total do orçamento é de 220,2 milhões de dólares em agosto devido a um orçamento adicional de 69,5 milhões de dólares autorizados pela lei n.º 5/2020, de 30 de junho (alteração da lei n.º 2/2020, de 6 de abril) que foi transferido do Fundo de Petrolífero para a conta do Fundo Covid-19 no Banco Central durante esse período do relatório. Por outro lado, o montante de 500 mil dólares que foi originalmente alocado ao Parlamento Nacional para a fiscalização das atividades da Covid-19 autorizadas pela lei n.º 2/2020, de 6 de abril foi realocado para pacote de estímulo econômico autorizado pela lei n.º 5/2020, de 30 de junho.

O resultado da execução do orçamento (em dinheiro) de 17 a 31 de agosto foi de 121,1 milhões de dólares (55 por cento do orçamento total do Fundo COVID-19). Este total engloba pagamento de prevenção e mitigação, no montante de 103,6 milhões de dólares (47 por cento do orçamento total do Fundo), pagamento de programa aumento sustentável na produção e produtividade, no montante de 1,1 milhões de dólares (0,5 por cento do orçamento total do Fundo), e programa em relação comercialização e segurança alimentar através do Centro Logística Nacional (CLN) no montante de 16,5 milhões de dólares (7 por cento do orçamento total do Fundo). Há um total de 30 atividades diferentes sob esses programas e subprogramas nos quais as despesas detalhadas podem ser também vistas no anexo deste relatório.

Tabela 4 - Sumario Execução Orcamento do Fundo COVID-19 para periodo de 17 de abril a 31 de agosto

	A	B	C=B/A	D	E	F=A-B+D+E
	Dotação Orçamento Final	Concreta	%	Commitmento	Obrigaçao	Balanco Disponível
RECEITAS						
Transferência Extraordinária do Fundo Petrolífero	219.500.000	219.500.000	100,0%	-	-	-
Outras Receitas	-	-	0,0%	-	-	-
Doações / Apoios Financeiros de ILO	748.000	748.000	0,0%	-	-	-
Juros Bancários	-	-	0,0%	-	-	-
Total de Receitas	220.248.000	220.248.000	100,0%	-	-	-
PAGAMENTOS						
508 Pagamento de Prevenção e Mitigação do COVID-19	198.260.478	103.568.315	52,2%	14.560.642	2.813.344	77.318.177
50801 - Garantir Quarentena Adequada	8.151.210	1.836.062	22,5%	1.110.800	1.413.637	3.790.711
50802 - Identificar casos de Covid 19 e detetar os contactos (contact tracing)	5.527.700	416.664	7,5%	580.000	936.725	3.594.311
50803 - Isolar e tratar os casos de Covid-19	35.793.410	10.419.815	29,1%	7.466.385	404.629	17.502.581
50804 - Reforçar as medidas de distanciamento social, higiene e proteção	1.931.200	613.635	31,8%	24.560	10.500	1.282.505
50805 - Apoio social e resgate economico a população afetada pelas atividades Covid-19	115.548.351	82.179.393	71,1%	4.667.078	0	28.701.880
50806 - Apoio as operações de prevenção e mitigação da COVID-19	9.467.986	8.028.706	84,8%	711.819	47.853	679.608
50807 - Plano de Contingência para COVID-19	21.840.621	74.040	0,3%	0	0	21.766.581
50808 - Ficalização do atividade Prevenção e Mitigação do Covid-19	0	0	-	0	0	-
574 Pagamento de Aumento sustentável na produção e da produtividade	4.952.522	1.051.409	21,2%	30.449	1.116.432	2.754.232
57405 - Aumento sustentável da produção e produtividade de culturas alimentares e hortícolas	4.952.522	1.051.409	21,2%	30.449	1.116.432	2.754.232
589 Pagamento de Acesso dos Produtos Alimentares, não Alimentares e Serviços	17.035.000	16.527.895	97,0%	-	-	507.105
58901 - Comercialização e segurança alimentar através do CLN	16.962.500	16.500.000	97,3%	0	0	462.500
58902 - Estabelecimento do CLN em Municípios	72.500	27.895	38,5%	0	0	44.605
Total dos Pagamentos	220.248.000	121.147.618	55,0%	14.591.091	3.929.776	80.579.516

As despesas das atividades de cada setor de programa são indicadas nas despesas detalhadas em anexo. No saldo total disponível indicado na tabela 4 acima é levado em consideração o compromisso e a obrigação registados no sistema, e embora isso não tenha efeito no caixa real da conta do Fundo COVID-19 no momento deste período de relatório, deverá ter no próximo período de relatório.

Figura 1 - Composição das despesas por subprograma (milhares de dólares)

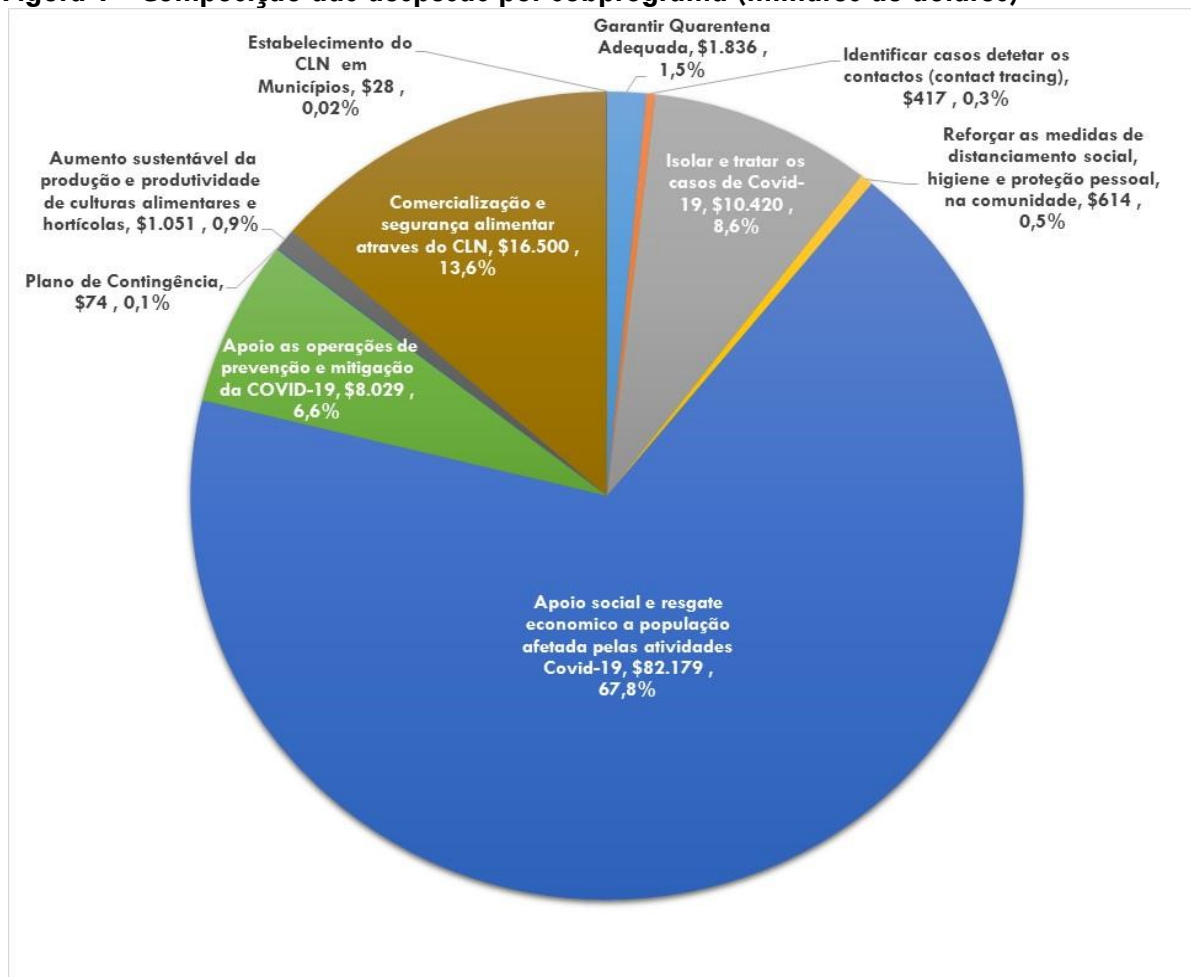


Figura 2 - composição das despesas por categoria



A execução orçamento total do fundo para o período de 17 de abril a 31 de agosto para todas as categorias é de 121,1 milhões de dólares. O fundo COVID-19 não é alocado para salários e vencimento.

Na execução orçamento total de 121,1 milhões de dólares acima apresentada já está incluída a reposição das despesas de contingência incorridas no CFET antes do estabelecimento do Fundo COVID-19 em abril, com um valor total de 6,3 milhões de dólares. Este montante é composto pelas despesas do Ministério da Saúde no valor de 6,2 milhões de dólares, do Gabinete do Primeiro Ministro no valor de 50 mil dólares e do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação no valor de 56 mil dólares.

Saldo de Dinheiro

No final do período contabilístico havia um saldo de 101,5 milhões de dólares, representando dinheiro e equivalente a dinheiro mantidos no Banco Central de Timor-Leste.

Este balanço também levou em consideração a transferência adicional de 69,5 milhões dólares do Fundo de Petrolífero autorizado pela lei n.º 5/2020, de 30 de junho, uma vez que a transferência real foi feita do Fundo de Petrolífero para o Fundo Covid-19 no início de agosto.

O recebimento e o pagamento em dinheiro do fundo COVID-19 durante o período de 17 de abril a 31 de agosto podem ser ver na página seguinte.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE
FUNDO COVID-19
DEMONSTRAÇÃO DE RECEITAS E PAGAMENTOS DE DINHEIRO
PARA O PERÍODO DE 17 DE ABRIL A 31 DE AGOSTO DE 2020

	Nota	USD
RECEITAS		
Transferência Extraordinária do Fundo Petrolífero	1,2	219.500.000
Outras Receitas	2	-
Doações / Apoios Financeiros - ILO	2	748.000
Juros Bancários		-
Total de Receitas		220.248.000
PAGAMENTOS		
508 - Prevenção e Mitigação do COVID-19		103.568.315
50801 - Garantir Quarentena Adequada	3	1.836.062
50802 - Identificar casos de Covid 19 e detetar os contactos (contact tracing)	4	416.664
50803 - Isolar e tratar os casos de Covid-19	5	10.419.815
50804 - Reforçar as medidas de distanciamento social, higiene e proteção pessoal, na comunidade	6	613.635
50805 - Apoio social e resgate económico a população afetada pelas Atividades Covid-19	7	82.179.393
50806 - Apoio as operações de prevenção e mitigação da COVID-19	8	8.028.706
50807 - Plano de Contingência para COVID-19		74.040
50808 - Ficalização do atividade Prevenção e Mitigação do Covid-19		-
574 - Aumento sustentável na produção e da produtividade		1.051.409
57405 - Aumento sustentável da produção e produtividade de culturas alimentares e hortícolas	9	1.051.409
589 - Acesso dos Produtos Alimentares, não Alimentares e Serviços		16.527.895
58901 - Comercialização e segurança alimentar através do CLN	10	16.500.000
58902 - Estabelecimento do CLN em Municípios	11	27.895
Total dos Pagamentos		121.147.618
Aumento / (Diminuição) de Caixa		99.100.382
Caixa no início do período		-
Retenção taxa pendente	17	1.560.875
Segurança social	18	1.529
Pagamento devolvido (não ajustado)		184.794
Contas a Pagar		653.216
Caixa no final do período		101.500.796

Notas às Demonstrações Financeiras

1. Política Contabilística

Esta demonstração financeira foi preparada de acordo com o método de Caixa das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público, onde as receitas são reconhecidas quando o dinheiro é recebido e as despesas são reconhecidas quando o dinheiro é pago e não quando o compromisso é assumido. Esse método é escolhido para garantir a conformidade com o padrão de contabilidade e relatórios governamentais previsto na Lei de Orçamento e Gestão Financeira, Lei n.º 13/2009, de 21 de outubro.

Moeda de relatório

Todos os valores são relatados em dólares americanos, em milhares (US\$ '000'), a menos que especificado de outra forma.

Receitas e pagamentos

A Declaração de Recebimentos e Pagamentos em dinheiro registra todos os fundos depositados e pagos na Subconta do Fundo COVID-19 no Banco Central de Timor-Leste, que é operado pelo Conselho de Gestão Fundo Covid-19.

Entidades que implementam / utilizam o Fundo

O Fundo foi distribuído e utilizado pelas seguintes entidades governamentais durante este período de relatório:

- Gabinete do Primeiro-ministro (GPM)
- Ministério dos Assuntos Parlamentares e Comunicação (MAPCOM)
- Ministério da Agricultura e Pescas (MAP)
- Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MNEC)
- Ministério da Saúde (MdS)
- Ministério da Solidariedade Social e Inclusão (MSSI)
- Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC)
- F-FDTL
- Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL)
- Centro Logístico Nacional (CLN)
- Ministério da Justiça
- MOP (Ministério de Obras Públicas)
- Ministro Coordenador de Assuntos Económicos (MCAE)

Alocação total por Instituição que foi alterada com base na aprovação do CG até 31 de agosto de 2020

#	Entidade Responsavel Sira	Orçamento 2020					Total	Ajustamentu tuir dezisaun KJ iha 25/05/20	Ajustamentu Adisional Fundu Covid19 USD 70 miloens	Total Final	Ezekusaun Aktual	Balansu Disponivel
		SV	BS	CM	CD	TP						
1	Primeiro Ministro (PM)	-	1.648.600	-	-	-	1.648.600	-		1.648.600	907.746	740.854
2	MAPCOM	-	207.750	-	-	-	207.750	-		207.750	53.535	154.215
3	Ministério da Agricultura e Pescas (MAP)	-	4.952.522	-	-	-	4.952.522	-2.515.000	2.515.000	4.952.522	823.524	4.128.998
4	Ministério dos Negocios Estrangeiros e Cooperação (MNEC)	-	-	-	-	2.404.850	2.404.850	828.846		3.233.696	1.399.150	1.834.546
5	Ministério da Saúde (MS)	-	21.294.050	8.910.000	10.735.000	16.975.000	57.914.050	-8.159.390		49.754.660	13.446.153	36.308.507
6	Ministério da Solidariedade Social e da Inclusão (MSSI)	-	-	-	-	15.000.000	15.000.000	51.856.800	17.136.000	83.992.800	71.860.614	12.132.186
7	Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC)	-	585.009	-	-	-	585.009		1.130.000	1.715.009	526.910	1.188.099
8	F-FDTL	-	6.384.875	-	-	-	6.384.875	-3.819.240		2.565.635	2.530.492	35.143
9	Polícia Nacional Timor-Leste (PNTL)	-	6.738.322	40.700	-	-	6.779.022	-2.326.270		4.452.752	4.021.880	430.872
10	Centro Logístico Nacional (CLN)	-	19.113.655	-	-	-	19.113.655	-2.078.655		17.035.000	16.527.895	507.105
11	Reserva de Contingência do Fundo de Pandémia do COVID-19	-	34.509.667	-	-	-	34.509.667	-33.787.091		722.576	-	722.576
12	MJ - Insentar pagamento da rendas - Novo Instituisaun								1.217.100	1.217.100	-	1.217.100
13	MECAE/ BNCTL - Credito de negocio - Novo Instituisaun								19.682.500	19.682.500	5.000.000	14.682.500
14	FRK - Fundu Rezerva Kontijensia - Instituisaun existe								20.370.045	20.370.045	74.040	20.296.005
15	FRK - Fundu Rezerva Kontijensia - Instituisaun existe - ILO								748.000	748.000	-	748.000
16	MOP - Fornecer Electricidades e agua gratuito - Novo Instituisaun								7.949.355	7.949.355	3.975.679	3.973.676
Total Orçamento		0	95.434.450	8.950.700	10.735.000	34.379.850	149.500.000	0	70.748.000	220.248.000	121.147.618	99.100.382

O saldo total disponível de 99,1 milhões de dólares na tabela acima já levou em consideração a execução do fundo de contingência incorrido no CFET antes do estabelecimento do fundo, com um valor total de 6,3 milhões de dólares. O saldo acima é diferente do saldo real no Banco Central de 101,5 milhões de dólares devido a 1,6 milhões de dólares do pagamento pendente do imposto e segurança social, 0,8 milhões de dólares contas a pagar e pagamento devolvido ainda não ajustado.

Por outro lado, o saldo de 99,1 milhões de dólares acima já incluem apoios financeiros – OIT de 0,75 milhões de dólares e ajustamento do pacote de estímulo económico de 70,0 milhões de dólares baseando pela lei n.º 5/2020, de 30 de junho e.

Portanto, o saldo real da primeira transferência extraordinária do Fundo Petrolífero autorizada pela lei n.º 2/2020, de 6 de Abril, é de apenas 28,4 milhões de dólares (mas não incluindo a suporta financeiro da OIT de 0,75 milhões de dólares e 500 mil dólares destinados ao Parlamento Nacional para realizar a verificação em relação às atividades do Covid-19).

2. Receitas do Fundo COVID-19

A principal fonte de receita para este fundo é proveniente da transferência extraordinária do Fundo Petrolífero, no valor total de 219,5 milhões de dólares, autorizado pela Lei n.º 2/2020, de 6 de abril, alterada pela Lei n.º 5/2020, de 30 de junho e do apoio financeiro de 0,75 milhões de dólares fornecido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) com base no acordo assinado em maio entre a OIT e o Governo de Timor-Leste para apoiar as despesas operacionais do esquema de implementação de transferência de caixa para famílias de baixo rendimento para reduzir o efeito adverso do COVID-19 Pandemia em Timor-Leste.

DESKRISAUN ORSAMENTU NO ATIVIDADE APOIO ORSAMENTU HUSI ILO – Apoio Kustu Operasional Pagamentu Subsidiu Uma Kain

Nu	Tipu Despezas	Montante	Observasaun
1.	Insentivu ba Ekipa Implementador pagamentu Subdsiu Uma Kain iha Teritorio TL	\$416,360	Insentivu ba ekipa implementador, Motorista, Ekipa Task Force MSSl, nst
2.	Aluguer Kareta	\$330,750	Aluga Kareta 175 unidades
3.	Selu Ro, Aluga Bero no Ticket	\$890	Atividade iha Atauro
	Total	\$748,000	

3. Garantir quarentena adequada

Subprograma de Garantir quarentena adequada se enquadra no programa de Prevenção e Mitigação de COVID-19. Os gastos ocorrem sob esse subprograma está relacionado com levantamento de todas as facilidades possíveis para ser utilizadas como quarentena e outros serviços de apoio tal como, a identificação de acessibilidade, condição e número de quartos, serviços de reabilitação, tratamento, controlo e prevenção, manutenção e monitorização regular aos facilidades de quarentena incluindo alimentação, gestão de lixos, água e saneamento e etc.

Até 31 de agosto de 2020, as despesas concreta totais para este subprograma foram de 1,8 milhões de dólares (23% do orçamento total final do subprograma de 8,2 milhões de dólares).

Os gastos detalhados por atividades no âmbito de subprograma de 'garantir quarentena adequada' é mostrado abaixo:

No.	Atividades	Orçamento Final	Execução Concreta	%	Balanço Concreta
1	Levantamento de todas as facilidades possíveis para ser utilizadas como quarentena	15.530		0,0%	15.530
2	Serviços de reabilitação e manutenção regular as facilidades de quarentena)	1.977.490	2.310	0,1%	1.975.180
3	Provisão adequada de serviços de apoio aos residentes da quarentena, alugar hotéis, Isolamento e cemitério.	4.854.190	1.621.468	33,4%	3.232.722
4	Monitorização regular aos residentes da quarentena (psicologia, saúde física, proteção aos residentes vulneráveis, questões de direitos humanos)	686.800	212.284	30,9%	474.516
5	Identificação fiável aos indivíduos destinados a quarentena (identificação clara as sintomas, contatos próximos, pais da chegada)	617.200		0,0%	617.200
Total		8.151.210	1.836.062	22,5%	6.315.148

4. Identificar casos de COVID-19 e detetar os contactos (contact tracing)

Este subprograma também se enquadra no programa de Prevenção e Mitigação COVID-19. Os gastos ocorrem sob esse subprograma está relacionado com reforçar a vigilância epidemiológica, garantir diagnóstico laboratorial adequado, identificação de contatos de casos positivos de COVID-19 (contact tracing) e outros treinamentos para a equipa de vigilância e laboratório.

Em 31 de agosto de 2020, as despesas concretas totais para este subprograma foi de \$ 0,4 milhões de dólares (8% de um orçamento final de 5,5 milhões de dólares).

Os gastos detalhados por atividades no âmbito de subprograma 'identificar casos de COVID-19 e detetar os contactos' é mostrado abaixo:

No.	Atividades	Orçamento Final	Execução Concreta	%	Balanço Concreta
1	Reforçar a vigilância epidemiológica	3.006.000	271.582	9,03%	2.734.418
2	Garantir diagnóstico laboratorial adequado	1.365.700	97.385	7,13%	1.268.315
3	Identificação de contatos dos casos COVID-19 positivo	880.000	1.530	0,17%	878.470
4	Formação a equipa de vigilância e laboratório	276.000	46.166	16,73%	229.834
	Total	5.527.700	416.663	7,54%	5.111.037

5. Isolar e tratar os casos de COVID-19

A maioria das despesas ocorridas no âmbito do subprograma de isolamento e tratamento de casos da COVID-19 consistem na compra de equipamentos médicos relacionados ao COVID-19 para isolamento e tratamento de casos do COVID-19, qual o processo de aquisição foi feito através Programa das Nações Unidas Para Desenvolvimento (PNUD), para garantir a segurança e a confiabilidade dos equipamentos adquiridos.

Até 31 de agosto de 2020, a despesa total para este subprograma é de 10,4 milhões, o que representa 29% do orçamento final do subprograma de 35,8 milhões. Os gastos detalhados por atividades no âmbito deste subprograma são:

No.	Atividades	Orçamento Final	Execução Concreta	%	Balanço Concreta
1	Garantir a prontidão de facilidades de isolamento e tratamento a pacientes de COVID-19	32.976.410	10.142.425	31%	22.833.985
2	Garantir a gestão das facilidades de isolamento e tratamento para pacientes de COVID-19	2.041.000	74.263	4%	1.966.737
3	Apoio aos pacientes e familiares	500.000	105.090	21%	394.910
4	Formação de gestão de caso e controle de infeção	276.000	98.038	36%	177.962
	Total	35.793.410	10.419.816	29%	25.373.594

6. Reforçar as medidas de distanciamento social, higiene e proteção pessoal na comunidade

Subprograma de 'Reforçar as medidas de distanciamento social, higiene e proteção pessoal na comunidade' se enquadra no programa de Prevenção e Mitigação de COVID-19. Os gastos ocorrem sob esse subprograma está relacionado com visitas domiciliares e espaços públicos por pessoais de saúde para conduzir a socialização de medidas contra a transmissão e publicação sobre prevenção e atualização informações sobre COVID-9 através da mídia, incluindo redes sociais.

Os gastos detalhados por atividades no âmbito deste subprograma é mostrado abaixo:

No.	Atividades	Orçamento Final	Execução Concreta	%	Balanco Concreta
1	Visitas domiciliares por pessoais de saúde para conduzir a socialização de medidas contra a transmissão	600.000	400.020	67%	199.980
2	Visitas aos espaços públicos (praia, mercados, Lojas, etc.) por pessoais de saúde para conduzir a socialização de medidas contra a transmissão	200.000	0	0%	200.000
3	Formação básica ao pessoal de linha de frente	525.400	160.005	30%	365.395
4	Publicação regular nas redes de informação social as atualizações e informações sobre prevenção (radio, TV, panfletos, media social)	605.800	53.610	89%	552.190
Total		1.931.200	613.635	32%	1.317.565

7. Apoio social e resgate económico a população afetada pelas atividades COVID-19

Este subprograma consiste quatro atividades, e durante este período do relatório, as atividades relacionadas com o pagamento de subsídios às famílias incorreram maior despesas, no valor total de 64,9 milhões de dólares, composto pelo 63,7 milhões de dólares para subsídios famílias com um total de 318.527 famílias beneficiárias em 12 municípios incluindo a RAEOA e restante montante para financiar despesas operacionais relacionado pagamento do subsidio.

Lista detalhada de pagamento para famílias de 12 Municípios - Incluindo RAEOA

No.	Município	Total Famílias	Montane	Total
1	AILEU	12.958	\$ 200.00	\$ 2.591.600
2	AINARO	17.245	\$ 200.00	\$ 3.449.000
3	BAUCAU	34.151	\$ 200.00	\$ 6.830.200
4	BOBONARO	28.342	\$ 200.00	\$ 5.668.400
5	COVALIMA	18.262	\$ 200.00	\$ 3.652.400
6	DILI	64.913	\$ 200.00	\$ 12.982.600
7	ERMERA	32.585	\$ 200.00	\$ 6.517.000
8	LIQUICA	20.357	\$ 200.00	\$ 4.071.400
9	LAUTEM	18.474	\$ 200.00	\$ 3.694.800
10	MANATUTO	13.938	\$ 200.00	\$ 2.787.600
11	MANUFAHI	15.008	\$ 200.00	\$ 3.001.600
12	VIQUEQUE	22.262	\$ 200.00	\$ 4.452.400
13	RAEOA	20.032	\$ 200.00	\$ 4.006.400
TOTAL		318.527		\$ 63.705.400

Além do pagamento acima, a atividade de ‘garantir apoio a população economicamente afetada pelas atividades de prevenção e combate à doença COVID-19’ e ‘apoio consular dos cidadãos timorenses na diáspora afetados pelas atividades de prevenção e combate à doença COVID-19’ respetivamente incorrido 16,0 milhões de dólares e 1,3 milhões de dólares. Até 31 de agosto de 2020, a despesa total para este subprograma é de 82,2 milhões, o que representa 71% do orçamento final do subprograma de 115,5 milhões.

Os gastos detalhados por atividades no âmbito de subprograma de ‘apoio social e resgate económico a população afetada pelas atividades COVID-19’ é indicado na seguinte tabela:

Despesas por atividade no âmbito de subprograma de 'apoio social e resgate económico a população afetada pelas atividades COVID-19'					
No.	Atividades	Orçamento Final	Execução Concreta	%	Balanco Concreta
1	Levantamento de dados sobre beneficiários ao apoio social e resgate económico	-	-	-	-
2	Garantir apoio a população economicamente afetada pelas atividades de prevenção e combate à doença COVID-19	45.457.855	15.975.679	35%	29.482.176
3	Apoio consular dos cidadãos timorenses na diáspora afetados pelas atividades de prevenção e combate à doença COVID-19	3.233.696	1.343.100	42%	1.890.596
4	Subsidio ao família	66.856.800	64.860.614	97%	1.996.186
	Total	115.548.351	82.179.393	71%	33.368.958

Conforme indicado na tabela acima, até o dia 31 de agosto, o gasto total com a atividade de 'Garantir apoio a população economicamente afetada pelas atividades de prevenção e combate à doença COVID-19' atingiu 16,0 milhões de dólares, em que os gastos detalhados indicados abaixo:

Despesas detalhadas para a atividade de 'garantir apoio a população economicamente afetada pelas atividades de prevenção e combate à doença COVID-19'		
No.	Natureza das despesas	Total
1	Programa Moratória de Crédito	5.000.000
2	Medida de apoio ao emprego do setor privado	7.000.000
3	Subsídios de eletricidade, água e saneamento para agregados familiares	3.888.488
4	Suplemento remuneratório do pessoal técnico da EDTL e Água e Saneamento	87.191
	Total	15.975.679

Para além disso, a despesa de 1,3 milhões de dólares na atividade de "Apoio consular dos cidadãos timorenses na diáspora afetados pelas atividades de prevenção e combate à doença COVID-19" foi principalmente utilizada para pagar subsídios a estudantes não bolseiros no estrangeiro.

Os detalhes dos subsídios pagos por país a estudantes não bolseiros ate 31 de agosto podem ser ver na Nota 12 (# 12).

8. Apoio às operações de prevenção e mitigação da COVID-19

O Subprograma de Apoio às operações de prevenção e mitigação da COVID-19 consiste em quatro atividades principais. No entanto, até o até 31 de agosto de 2020, a execução ocorrerá somente em duas atividades principais, a saber, o pagamento à Air North para transporte de equipamentos médicos

relacionados com o COVID-19, amostras e resultados de testes para confirmação de casos COVID-19, com pagamento total 1,4 milhões de dólares, e pagamento de incentivos à PNTL e FFDTL, com valor total de 6,6 milhões de dólares.

Até 31 de agosto de 2020, a despesa total para este subprograma é de 8,0 milhões de dólares, o que representa 85% do orçamento final do subprograma de 9,5 milhões de dólares. Os gastos detalhados por atividades no âmbito de subprograma de “apoio às operações de prevenção e mitigação da COVID-19” é indicado na seguinte tabela:

Despesas por atividade no âmbito de subprograma de ‘Apoio às operações de prevenção e mitigação da COVID -19’					
No.	Atividades	Orçamento Final	Execução Concreta	%	Balanco Concreta
1	Apoio logístico as operações de prevenção e mitigação da COVID-19	1.813.609	1.417.799	78%	395.810
2	Formação ao pessoal destacado no CIGC	13.440	-	0%	13.440
3	Incentivos ao pessoal destacado na linha de frente	600.000	-	0%	600.000
4	Garantir o funcionamento do Secretariado da Sala de Situação do SIC/Centro Integrado de Gestão de Crise	7.040.937	6.610.907	94%	430.030
Total		9.467.986	8.028.706	85%	1.439.280

Ver página 11 (pie chart) para a composição das despesas por subprogramas

9. Aumento sustentável na produção e produtividade das culturas alimentares e hortícolas

Este subprograma é o único no âmbito do programa de ‘aumento sustentável na produção e produtividade’ que é implementado pelo Ministério da Agricultura para manter e aumentar a produtividade e os produtos agrícolas do país de forma sustentável para minimizar o efeito da COVID-19. Até 31 de agosto de 2020, a despesa total deste subprograma foi de 1,1 milhões de dólares (da atividade de ‘implementação de armazenamento e processamento pós-colheita para apoiar o grupo de agricultores’ o que é a única atividade do subprograma). Isto representa 21% do orçamento final do subprograma de 5,0 milhões de dólares.

No.	Atividades	Orçament o Final	Execução Concreta	%	Balanco Concreta
1	Implementação de armazenamento e processamento pós-colheita para apoiar o grupo de agricultores	4.952.522	1.051.409	21%	3.901.113
Total		4.952.522	1.051.409	21%	3.901.113

10. Comercialização e segurança alimentar através do CLN

A execução do orçamento do subprograma de 'comercialização e segurança alimentar através do CLN' é para compra de arroz (do Vietname) com valor total de 16,5 milhões de dólares (30.000 toneladas) para garantir a segurança alimentar durante a Pandemia COVID 19 e para minimizar o impacto da oferta e procura de alimentos. Este subprograma é gerido pelo Centro de Logística Nacional e enquadra no programa de comercialização e segurança alimentar.

Até 31 de agosto de 2020, a despesa total deste subprograma foi de 16,5 milhões de dólares da atividade de 'aquisição de arroz para as reservas de estoque de alimentos do Estado' o que é a única despesa do subprograma. Isto representa 97% do orçamento final do subprograma de 17,0 milhões de dólares.

Despesas por atividade no âmbito de subprograma de 'Comercialização e segurança alimentar através do CLN'					
No.	Atividades	Orçamento Final	Execução Concreta	%	Balanço Concreta
1	Aquisição de arroz para as reservas de estoque de alimentos do Estado	16.962.500	16.500.000	97%	462.500
2	Intervenção e regulação de preços no Mercado	0	0	0%	0
3	Desconcentração do CLN nos municípios	0	0	0%	0
Total		16.962.500	16.500.000	97%	462.500

Ver página 11 (pie chart) para a composição das despesas por subprogramas

11. Estabelecimento do CLN em Municípios

Este subprograma é também gerido pelo Centro de Logística Nacional e enquadra na programa de comercialização e segurança alimentar, com orçamento total (final) de 73 mil, e até 31 de agosto, a despesa total foi de 28 mil da atividade de 'gestão e equipamento dos armazéns' qual é o único atividade de subprograma.

No.	Atividades	Orçamento Final	Execução Concreta	%	Balanço Concreta
1	Gestão e equipamento dos armazéns	72.500	27.895	38%	44.605
Total		72.500	27.895	38%	44.605

12. Subsídio Aos Estudante Não Bolseiro

Durante esse período do relatório, o fundo COVID-19 também foi utilizado para pagar subsídios a estudantes não bolseiros, com valor total de 1,3 milhão de dólares (2.350 estudantes) em 10 países listados abaixo. Este pagamento foi transferido para as contas das embaixadas e consulados de Timor-Leste, que posteriormente serão distribuídos na conta de cada estudante no respetivo país.

Subsídio COVID-19 aos Estudante Não Bolseiro			
No.	Nação	Total Estudante	Montante Subsídio
1	Indonésia	1.575	472.500
2	Malásia	9	4.050
3	Filipina	205	92.250
4	Tailândia	6	2.700
5	India	1	300
6	Vietnam	40	18.000
7	Austrália	8	12.000
8	Portugal	460	690.000
9	Brasil	34	15.300
10	Estados Unidos	12	36.000
TOTAL		2.350	1.343.100

13. Pagamento de remuneração suplementar às linhas de frente

Durante o Estado de emergência, foi necessário que o governo mobilizasse todos os recursos disponíveis para trabalhar como linhas de frente, a fim de efetivamente mitigar e prevenir a propagação do vírus SARS-CoV-2 de principais instituições, tal como médicos, PNTL, Proteção Civil e FDTL. Desse modo, também era necessário pagar remuneração suplementar a essas pessoas que trabalham durante o estado de emergência com valor total de 9,7 milhões de dólares (13.845 pessoas).

Pagamento de remuneração suplementar às linhas de frente			
No.	Instituição	Total Pessoas	Montante Subsídio
1	PNTL	4.016	3.614.400
2	Proteção Civil	2.005	422.325
3	FDTL	2.006	1.805.400
4	Ministério da Saúde	5.818	3.894.590
TOTAL		13.845	9.736.715

14. Pacote de Estímulo Económico

De abril a agosto e nos meses seguintes, o Governo implementa 19 medidas de estímulo económicos, classificados em 6 tipos (pacotes) para minimizar o impacto da pandemia de Covid-19, nomeadamente:

- **Conectividade de Transportes:** para assegurar manter, pelo menos, três voos semanais entre Darwin e Dili, através de uma subsidio de \$15,000 por voo por um período de 10 semanas e Subsidiar o transporte marítimo de mercadorias entre Dili - Aturo – Oecússi.
- **Distribuição de Bens Essenciais:** para Garantir uma estoque suficiente de arroz e distribuição seguro, apoio transportes permanentes de cargo entre o Porto e o armazém e suporta a produção de agricultura e aquacultura.
- **Telecomunicações:** para comprar pacotes de SMS (via telemóvel) para apoiar a distribuição de pulsa de eletricidade, fornecer um subsídio para internet para 67,500 alunos e professores do ensino superior e 165,000 alunos ensino secundário e implementar um sistema de alerta para rastrear casos de Covid-19
- **Serviços essenciais:** para fornecer eletricidades e água gratuitamente a todos os agregados familiares
- **Credito:** para implementar uma renegociação de prazos de pagamento de créditos, tanto para pessoas singulares como para empresas, em todo o setor Bancaria, incluindo Implementar linhas de crédito de emergência, mecanismos de garantia para importadores de bens essenciais e providenciar apoios de liquides de curto prazo
- **Apoios diretos:** Providenciar pagamentos em dinheiro a todos os cidadãos, garantido rendimento das famílias de \$100/mês, desenhar e implementar pagamento da subsídios salariais a um universo estimado de 30.000 assalariados que mantenham o emprego, cobrindo 60% do seu salario, isentar pagamento do rendas de propriedades do estado a 4.057 arrendatários (assumindo cerca de \$100/em media) e apoiar os estudantes Timorense a residir no estrangeiro com despesas.

A tabela em anexo mostra detalhes dessas medidas, incluindo o orçamento alocado para cada medida e progresso de sua implementação.

15. Atualização Progresso Adicional 70 milhões de dólares de Fundo Petrolífero

Com base na Lei n.º 5/2020, de 30 de junho, o fundo Covid-19 recebeu 70 milhões de dólares adicionais para financiar despesa relacionado medidas de prevenção e combate à doença COVID-19. Esses 70 milhões de dólares foram distribuídos para financiar 18 tipos de medidas para minimizar o impacto da pandemia de Covid-19 indicados nas notas 14 acima. Os detalhes dessas medidas, incluindo o orçamento alocado (distribuição desses 70 milhões de dólares adicionais) para cada medida e progresso de sua implementação é mostrado na tabela em anexo deste relatório.

16. Utilização de assistência externa que não fazem parte do fundo Covid -19

Durante o mês de junho, o Ministério da Saúde também recebeu assistência financeira externa para ajudar a combater e mitigar o COVID-19, com o valor total de 167.822,00. No entanto, esse valor não é depositado na

conta do Fundo COVID-19 no Banco Central ou como parte do Fundo COVID-19. O valor é apoiado pela Aliança Global para Vacinas e Imunização, o Fundo das Nações Unidas para a Infância e a Organização Mundial da Saúde. Um relatório separado do Ministério da Saúde sobre a utilização dessa quantia é anexado como informação adicional.

17 Retenção de Imposto

Quando necessário, a Direção Geral do Tesouro retém o imposto do pagamento bruto (valor total da fatura) ao fornecedor (vendedor) para cumprimento da legislação tributária. O valor retido normalmente será transferido do Fundo COVID-19 para a conta CFET para ser classificado / registrado como parte das receitas fiscais do Governo.

No entanto, às vezes, no final do período de relatório, o valor do imposto retido poderia ter atrasado a transferência do Fundo COVID-19 para a conta CFET.

Ate 31 de agosto, havia um imposto total pendente de 1,6 milhões que não foi transferido da conta do fundo COVID-19 para a conta CFET. Este montante é então transferido da conta COVID-19 para a conta CFET no mês seguinte e, portanto, reduz a disponibilidade de dinheiro do Fundo COVID-19 no mesmo montante (no mês seguinte).

18 Contribuição para Segurança Social

De acordo com a Legislação de Segurança Social, o valor de 4% deve ser deduzido do salário do empregado para a Contribuição de Segurança Social. Isso deve ser transferido para a conta de Instituto Nacional de Segurança Social no Banco Central como contribuição do funcionário para a Segurança Social. Assim, onde o fundo da COVID-19 foi usado para pagar a remuneração daqueles que são contratados para trabalhar durante a pandemia, 4% deve ser retido do salário dos respectivos funcionários.

O valor retido normalmente será transferido do Fundo Covid-19 para a conta de Instituto Nacional de Segurança Social. No entanto, às vezes, no final do período de relatório, o valor Contribuição de Segurança Social poderia ter atrasado a transferência do Fundo COVID-19 para a conta bancária do Instituto Nacional de Segurança Social. Este montante é então transferido no mês seguinte e, portanto, também reduz a disponibilidade de dinheiro do Fundo COVID-19 no mesmo montante (no mês seguinte).

1. Detalhes de Despesas por Programa, Subprograma e Atividades
2. Pacote de Medidas Estimulo Economico
3. Atualização Progresso Adicional 70 milhões de dólares do Fundo Petrolífero para Pacote de Medidas Estimulo Economico
4. Razão balanço disponível não executada ate 31 de agosto de 2020 por linhas ministeriais
5. Reconciliação Bancária
6. Detalhes de Despesas do Subsídio às Famílias
7. Informação sobre utilização de assistência externa que não fazem parte do fundo Covid-19
8. Outros documentos legais



Fiscal Year: 2020

Date: 31-Aug-2020

República Democrática de Timor-Leste

Time: 12:05:46PM

FreeBalance Financial Management Information System

Page 1 of 6

Despesas do orçamento do Fundo COVID-19, Programa, Sub programa, Actividade e Categoria Apropriação 2020

	Original Budget	Rectification	Virement	Amended Budget	Actual	% Budget Expended	Commitment	Obligation	Freebalance	% Budget Freebalance	Total Act+Com+Obl	% Budget Allocated
J8 Gestão da Pandémia do COVID-19	220,248,000	-	-	220,248,000	121,147,618	55.0%	14,591,090	3,929,776	80,579,515	36.6%	139,668,485	63.4%
508 Prevenção e Mitigação do COVID-19	193,675,823	-	4,584,655	198,260,478	103,568,314	52.2%	14,560,642	2,813,344	77,318,178	39.0%	120,942,300	61.0%
50801 Garantir quarentena adequada	8,663,210	-	-512,000	8,151,210	1,836,062	22.5%	1,110,800	1,413,637	3,790,711	46.5%	4,360,499	53.5%
5080101 Levantamento de todas as facilidades possíveis para ser utilizadas como quarentena (localização, acessibilidade, condição, número de quartos)	15,530	-	-	15,530	-	- %	-	-	15,530	100.0%	-	- %
02 Goods & Services	15,530	-	-	15,530	-	- %	-	-	15,530	100.0%	-	- %
5080102 Serviços de reabilitação e manutenção regular as facilidades de quarentena (gestão de lixo, água e saneamento, eletricidade, recreação)	3,489,490	-	-1,512,000	1,977,490	2,310	0.1%	660,500	440,000	874,680	44.2%	1,102,810	55.8%
02 Goods & Services	2,779,490	-	-1,512,000	1,267,490	2,310	0.2%	100,500	425,000	739,680	58.4%	527,810	41.6%
03 Minor Capital	250,000	-	-	250,000	-	- %	100,000	15,000	135,000	54.0%	115,000	46.0%
04 Capital & Development	460,000	-	-	460,000	-	- %	460,000	-	-	- %	460,000	100.0%
5080103 Provisão adequada de serviços de apoio aos residentes da quarentena, alugar hotéis, isolamento, cemitério (alimentação, segurança, Limpeza, transporte, saneamento, mecanismo de queixa, controle de saúde)	3,754,190	-	1,100,000	4,854,190	1,621,468	33.4%	450,300	968,277	1,814,145	37.4%	3,040,045	62.6%
02 Goods & Services	3,754,190	-	1,100,000	4,854,190	1,621,468	33.4%	450,300	968,277	1,814,145	37.4%	3,040,045	62.6%
5080104 Monitorização regular aos residentes da quarentena (psicologia, saúde física, proteção aos residentes vulneráveis, questões de direitos humanos)	686,800	-	-	686,800	212,284	30.9%	-	5,360	469,156	68.3%	217,644	31.7%
02 Goods & Services	686,800	-	-	686,800	212,284	30.9%	-	5,360	469,156	68.3%	217,644	31.7%
5080105 Identificação fiável aos indivíduos destinados a quarentena (identificação clara dos sintomas, contactos próximos, país da chegada)	717,200	-	-100,000	617,200	-	- %	-	-	617,200	100.0%	-	- %
02 Goods & Services	217,200	-	-	217,200	-	- %	-	-	217,200	100.0%	-	- %
05 Transfers	500,000	-	-100,000	400,000	-	- %	-	-	400,000	100.0%	-	- %
50802 Identificar casos de COVID-19 e detetar os contactos (contact tracing)	6,207,500	-	-679,800	5,527,700	416,664	7.5%	580,000	936,725	3,594,311	65.0%	1,933,389	35.0%
5080201 Reforçar a vigilância epidemiológica	3,464,000	-	-458,000	3,006,000	271,582	9.0%	-	896,725	1,837,693	61.1%	1,168,307	38.9%
02 Goods & Services	1,709,000	-	22,000	1,731,000	171,582	9.9%	-	19,125	1,540,293	89.0%	190,707	11.0%
03 Minor Capital	1,280,000	-	-380,000	900,000	-	- %	-	877,600	22,400	2.5%	877,600	97.5%



Republica Democratica de Timor-Leste

FreeBalance Financial Management Information System

Despesas do orçamento do Fundo COVID-19, Programa, Sub programa, Actividade e Categoria Apropriação 2020

	Original Budget	Rectification	Virement	Amended Budget	Actual	% Budget Expended	Commitment	Obligation	Freebalance	% Budget Freebalance	Total Act+Com+Obl	% Budget Allocated
05 Transfers	475,000	-	-100,000	375,000	100,000	26.7%	-	-	275,000	73.3%	100,000	26.7%
5080202 Garantir diagnostico laboratorial adequado	1,587,500	-	-221,800	1,365,700	97,385	7.1%	580,000	40,000	648,315	47.5%	717,385	52.5%
02 Goods & Services	1,507,500	-	-141,800	1,365,700	97,385	7.1%	580,000	40,000	648,315	47.5%	717,385	52.5%
03 Minor Capital	80,000	-	-80,000	-	-	- %	-	-	-	- %	-	- %
5080203 Identificação de contatos dos casos COVID-19 Positivo	880,000	-	-	880,000	1,530	0.2%	-	-	878,470	99.8%	1,530	0.2%
02 Goods & Services	880,000	-	-	880,000	1,530	0.2%	-	-	878,470	99.8%	1,530	0.2%
5080204 Formação a equipa de vigilância e laboratório	276,000	-	-	276,000	46,166	16.7%	-	-	229,834	83.3%	46,166	16.7%
02 Goods & Services	276,000	-	-	276,000	46,166	16.7%	-	-	229,834	83.3%	46,166	16.7%
50803 Isolar e tratar os casos de Covid19	42,851,000	-	-7,057,590	35,793,410	10,419,815	29.1%	7,466,385	404,629	17,502,581	48.9%	18,290,829	51.1%
5080301 Garantir a prontidão de facilidades de isolamento e tratamento a pacientes de COVID-19	39,834,000	-	-6,857,590	32,976,410	10,142,425	30.8%	6,143,025	304,629	16,386,331	49.7%	16,590,079	50.3%
02 Goods & Services	6,859,000	-	-50,000	6,809,000	4,042,675	59.4%	217,203	304,629	2,244,493	33.0%	4,564,507	67.0%
03 Minor Capital	6,700,000	-	-4,300,000	2,400,000	-	- %	210,000	-	2,190,000	91.3%	210,000	8.8%
04 Capital & Development	10,275,000	-	-575,000	9,700,000	-	- %	5,715,822	-	3,984,178	41.1%	5,715,822	58.9%
05 Transfers	16,000,000	-	-1,932,590	14,067,410	6,099,750	43.4%	-	-	7,967,660	56.6%	6,099,750	43.4%
5080302 Garantir a gestão das facilidades de isolamento e tratamento para pacientes de COVID-19	2,241,000	-	-200,000	2,041,000	74,263	3.6%	1,123,360	100,000	743,377	36.4%	1,297,623	63.6%
02 Goods & Services	1,641,000	-	-100,000	1,541,000	74,263	4.8%	723,360	100,000	643,377	41.8%	897,623	58.2%
03 Minor Capital	600,000	-	-100,000	500,000	-	- %	400,000	-	100,000	20.0%	400,000	80.0%
5080303 Apoio aos pacientes e familiares	500,000	-	-	500,000	105,090	21.0%	200,000	-	194,910	39.0%	305,090	61.0%
02 Goods & Services	500,000	-	-	500,000	105,090	21.0%	200,000	-	194,910	39.0%	305,090	61.0%
5080304 Formação de gestão de caso e controle de infeção	276,000	-	-	276,000	98,038	35.5%	-	-	177,963	64.5%	98,038	35.5%
02 Goods & Services	276,000	-	-	276,000	98,038	35.5%	-	-	177,963	64.5%	98,038	35.5%
50804 Reforçar as medidas de distanciamento social, higiene e proteção pessoal, na comunidade	1,841,200	-	90,000	1,931,200	613,635	31.8%	24,560	10,500	1,282,505	66.4%	648,695	33.6%
5080401 Visitas domiciliarias por pessoais de saúde para conduzir a socialização de medidas contra a transmissão	600,000	-	-	600,000	400,020	66.7%	-	-	199,980	33.3%	400,020	66.7%
02 Goods & Services	600,000	-	-	600,000	400,020	66.7%	-	-	199,980	33.3%	400,020	66.7%



Republica Democratica de Timor-Leste

FreeBalance Financial Management Information System

Despesas do orçamento do Fundo COVID-19, Programa, Sub programa, Actividade e Categoria Apropriação 2020

	Original Budget	Rectification	Virement	Amended Budget	Actual	% Budget Expended	Commitment	Obligation	Freebalance	% Budget Freebalance	Total Act+Com+Obl	% Budget Allocated
5080402 Visitas aos espaços públicos (praia, mercados, lojas, etc.) por pessoais de saúde para conduzir a socialização de medidas contra a transmissão	200,000	-	-	200,000	-	- %	-	-	200,000	100.0%	-	- %
02 Goods & Services	200,000	-	-	200,000	-	- %	-	-	200,000	100.0%	-	- %
5080403 Formação básica ao pessoal de linha de frente	435,400	-	90,000	525,400	160,005	30.5%	-	-	365,395	69.5%	160,005	30.5%
02 Goods & Services	435,400	-	90,000	525,400	160,005	30.5%	-	-	365,395	69.5%	160,005	30.5%
5080404 Publicação regular nas redes de informação social as atualizações e informações sobre prevenção (radio, TV, panfletos, media social)	605,800	-	-	605,800	53,610	8.8%	24,560	10,500	517,130	85.4%	88,670	14.6%
02 Goods & Services	605,800	-	-	605,800	53,610	8.8%	24,560	10,500	517,130	85.4%	88,670	14.6%
50805 Apoio social e resgate economico a população afetada pelas atividades de prevenção e combate à doença COVID-19	62,871,705	-	52,676,646	115,548,351	82,179,393	71.1%	4,667,078	-	28,701,880	24.8%	86,846,471	75.2%
5080501 Levantamento de dados sobre beneficiários ao apoio social e resgate económico	9,000	-	-9,000	-	-	- %	-	-	-	- %	-	- %
02 Goods & Services	9,000	-	-9,000	-	-	- %	-	-	-	- %	-	- %
5080503 Garantir apoio a população economicamente afetada pelas atividades de prevenção e combate à doença COVID-19	45,457,855	-	-	45,457,855	15,975,679	35.1%	3,000,000	-	26,482,176	58.3%	18,975,679	41.7%
02 Goods & Services	8,639,355	-	-	8,639,355	3,975,679	46.0%	-	-	4,663,676	54.0%	3,975,679	46.0%
05 Transfers	36,818,500	-	-	36,818,500	5,000,000	13.6%	3,000,000	-	28,818,500	78.3%	8,000,000	21.7%
40 Despesas Contingencias	-	-	-	-	7,000,000	- %	-	-	-7,000,000	- %	7,000,000	- %
5080504 Apoio consular dos cidadãos timorenses na diáspora afetados pelas atividades de prevenção e combate à doença COVID-19	2,404,850	-	828,846	3,233,696	1,343,100	41.5%	-	-	1,890,596	58.5%	1,343,100	41.5%
05 Transfers	2,404,850	-	828,846	3,233,696	1,343,100	41.5%	-	-	1,890,596	58.5%	1,343,100	41.5%
5080505 Subsidio ao familia	15,000,000	-	51,856,800	66,856,800	64,860,614	97.0%	1,667,078	-	329,108	0.5%	66,527,692	99.5%
02 Goods & Services	-	-	1,300,000	1,300,000	1,155,214	88.9%	-	-	144,786	11.1%	1,155,214	88.9%
05 Transfers	15,000,000	-	50,556,800	65,556,800	63,705,400	97.2%	1,667,078	-	184,322	0.3%	65,372,478	99.7%
50806 Apoio as operações de prevenção e mitigação da COVID-19	16,755,106	-	-7,287,120	9,467,986	8,028,706	84.8%	711,819	47,853	679,608	7.2%	8,788,378	92.8%
5080601 Apoio logístico as operações de prevenção e mitigação da COVID-19	1,813,609	-	-	1,813,609	1,417,799	78.2%	66,224	30,813	298,773	16.5%	1,514,836	83.5%
02 Goods & Services	1,813,609	-	-	1,813,609	1,417,799	78.2%	66,224	30,813	298,773	16.5%	1,514,836	83.5%
5080602 Formação ao pessoal destacado no CIGC	13,440	-	-	13,440	-	- %	-	-	13,440	100.0%	-	- %
02 Goods & Services	13,440	-	-	13,440	-	- %	-	-	13,440	100.0%	-	- %



Republica Democratica de Timor-Leste

FreeBalance Financial Management Information System

Page 4 of 6

Despesas do orçamento do Fundo COVID-19, Programa, Sub programa, Actividade e Categoria Apropriação 2020

	Original Budget	Rectification	Virement	Amended Budget	Actual	% Budget Expended	Commitment	Obligation	Freebalance	% Budget Freebalance	Total Act+Com+Obl	% Budget Allocated
5080603 Incentivos ao pessoal destacado na linha de frente	600,000	-	-	600,000	-	- %	600,000	-	-	- %	600,000	100.0%
02 Goods & Services	600,000	-	-	600,000	-	- %	600,000	-	-	- %	600,000	100.0%
5080605 Garantir o funcionamento do Secretariado da Sala de Situação do SIC/Centro Integrado de Gestão de Crise	14,328,057	-	-7,287,120	7,040,937	6,610,907	93.9%	45,595	17,040	367,395	5.2%	6,673,542	94.8%
02 Goods & Services	14,287,357	-	-7,246,420	7,040,937	6,610,907	93.9%	45,595	17,040	367,395	5.2%	6,673,542	94.8%
03 Minor Capital	40,700	-	-40,700	-	-	- %	-	-	-	- %	-	- %
50807 Contingency Plan for COVID-19	54,486,102	-	-32,645,481	21,840,621	74,040	0.3%	-	-	21,766,581	99.7%	74,040	0.3%
5080701 Contingency Plan for COVID-19	54,486,102	-	-32,645,481	21,840,621	74,040	0.3%	-	-	21,766,581	99.7%	74,040	0.3%
02 Goods & Services	54,486,102	-	-32,645,481	21,840,621	74,040	0.3%	-	-	21,766,581	99.7%	74,040	0.3%
50808 Ficalização do atividade Prevenção e Mitigação do Covid-19	-	-	-	-	-	- %	-	-	-	- %	-	- %
5080801 Ficalização do atividade Prevenção e Mitigação do Covid-19	-	-	-	-	-	- %	-	-	-	- %	-	- %
02 Goods & Services	-	-	-	-	-	- %	-	-	-	- %	-	- %
574 Aumento sustentável na produção e produtividade	7,467,522	-	-2,515,000	4,952,522	1,051,409	21.2%	30,449	1,116,432	2,754,233	55.6%	2,198,289	44.4%
57405 Sustainable increase in production and productivity of food crops and horticultural crops.	7,467,522	-	-2,515,000	4,952,522	1,051,409	21.2%	30,449	1,116,432	2,754,233	55.6%	2,198,289	44.4%
5740501 Rolling out post harvesting storage & processing to supporting farmer group	7,467,522	-	-2,515,000	4,952,522	1,051,409	21.2%	30,449	1,116,432	2,754,233	55.6%	2,198,289	44.4%
02 Goods & Services	7,467,522	-	-2,515,000	4,952,522	1,051,409	21.2%	30,449	1,116,432	2,754,233	55.6%	2,198,289	44.4%
589 Comercialização e segurança alimentar através do CLN	19,104,655	-	-2,069,655	17,035,000	16,527,895	97.0%	-	-	507,105	3.0%	16,527,895	97.0%
58901 Comercialização e segurança alimentar a traves do CLN	18,726,615	-	-1,764,115	16,962,500	16,500,000	97.3%	-	-	462,500	2.7%	16,500,000	97.3%
5890103 Aquisição de arroz para reserva stock alimentar do Estado	18,216,815	-	-1,254,315	16,962,500	16,500,000	97.3%	-	-	462,500	2.7%	16,500,000	97.3%
02 Goods & Services	18,216,815	-	-1,254,315	16,962,500	16,500,000	97.3%	-	-	462,500	2.7%	16,500,000	97.3%
5890104 Intervenção e regulação de preços no Mercado	44,200	-	-44,200	-	-	- %	-	-	-	- %	-	- %
02 Goods & Services	44,200	-	-44,200	-	-	- %	-	-	-	- %	-	- %
5890106 CLN desconsentration in the municipalities	465,600	-	-465,600	-	-	- %	-	-	-	- %	-	- %
02 Goods & Services	465,600	-	-465,600	-	-	- %	-	-	-	- %	-	- %
58902 Establishment of CLN in Municipalities	378,040	-	-305,540	72,500	27,895	38.5%	-	-	44,605	61.5%	27,895	38.5%

Fiscal Year: 2020



Date: 31-Aug-2020

Republica Democratica de Timor-Leste

Time: 12:05:46PM

FreeBalance Financial Management Information System

Page 5 of 6

Despesas do orçamento do Fundo COVID-19, Programa, Sub programa, Actividade e Categoria Apropriação 2020

	Original Budget	Rectification	Virement	Amended Budget	Actual	% Budget Expended	Commitment	Obligation	Freebalance	% Budget Freebalance	Total Act+Com+Obl	% Budget Allocated
5890105 Gestão e equipamento dos armazéns	378,040	-	-305,540	72,500	27,895	38.5%	-	-	44,605	61.5%	27,895	38.5%
02 Goods & Services	378,040	-	-305,540	72,500	27,895	38.5%	-	-	44,605	61.5%	27,895	38.5%

Fiscal Year: 2020



Date: 31-Aug-2020

Time: 12:05:46PM

Republica Democratica de Timor-Leste

FreeBalance Financial Management Information System

Page 6 of 6

Despesas do orçamento do Fundo COVID-19, Programa, Sub programa, Actividade e Categoria Apropriação 2020

		Original Budget	Rectification	Virement	Amended Budget	Actual	% Budget Expended	Commitment	Obligation	Freebalance	% Budget Freebalance	Total Act+Com+Obl	% Budget Allocated
SUMMARY													
02	Goods & Services	129,363,950	-	-43,777,356	85,586,594	37,899,368	44%	3,038,190	3,037,176	41,611,859	48.6%	43,974,735	51.4%
03	Minor Capital	8,950,700	-	-4,900,700	4,050,000	-	-%	710,000	892,600	2,447,400	60.4%	1,602,600	39.6%
04	Capital & Development	10,735,000	-	-575,000	10,160,000	-	-%	6,175,822	-	3,984,178	39.2%	6,175,822	60.8%
05	Transfers	71,198,350	-	49,253,056	120,451,406	76,248,250	63%	4,667,078	-	39,536,078	32.8%	80,915,328	67.2%
40	Despesas Contingencias	-	-	-	-	7,000,000	-%	-	-	-7,000,000	- %	7,000,000	- %
Total		220,248,000	-	-	220,248,000	121,147,618	55%	14,591,090	3,929,776	80,579,515	36.6%	139,668,485	63.4 %

Anexo 2

19 MEDIDAS ESTIMULO ECONOMICO

PACOTE DE ESTIMULO ECONOMICO (ORCAMENTO EM USD): PLANO DE IMPLEMENTACAO DE ABRIL A AGOSTO

Nu Medida	Tipu Medidas	Orcamento	Beneficiario	Implementador	Progressu Implementasaun	Programa	Sub Programa
A	Conectividade de Transportes	\$ 675.009,00					
1	Manter, pelo menos, tres voos semanais entre darwin e Dili, atravez de uma subsidio de \$15,000 por voo.((por uma periodo de 10 semanas)	\$ 585.009		MTC	Ezekuta ona \$526,755 balansu hela \$ 58,254 no sei persija tan total \$65,000 atu halo pagamentu	508- Prevensaun e Mitigasaun Covid-19	50806-Apoio operasaun Prevensaun e Mitigasaun Covid-19
2	Subsidiar o transporte maritimo de mercadorias entre Dili - Atauro - Oecusse (2 viagens de ida e volta/mes	\$ 90.000,00	Agregados Vulneraveis	MTC	Parte Integrante husi levantamentu adisional \$70m , Konsehu Jestaun Aprova ona Programa no Orsamentu no LM/IE sei prepara Planu Ezekusaun atu submete	508- Prevensaun e Mitigasaun Covid-19	50805- Apoio Social resgate economico a populacao afetada pela atividade prevencao e mitigacao Covid-19
B	Distribuicao de Bens Essenciais	\$ 22.167.522					
3	Garantir uma stock de arroz de emergencia sufaceiente e uma distribuicao segura de	\$ 17.035.000		CLN	Ezekuta ona total 16,500,000 ho forma LC no resta \$ 535,000 ba kustu mobilizasaun no diskaregamentu	589-Komersializasaun Seguransa Aliementar atraves CLN	58901- Komersializasaun Seguransa Aliementar
4	Apoiar transportes permanentes de cargo (24h) entre o porto e o armazem (\$2000 por dia)	\$ 180.000		MTC	Parte Integrante husi levantamentu adisional \$70m , Konsehu Jestaun Aprova ona Programa no Orsamentu no LM/IE sei prepara Planu Ezekusaun atu submete	508- Prevensaun e Mitigasaun Covid-19	50806-Apoio operasaun Prevensaun e Mitigasaun Covid-19
5	Garantir a producao, pelo aquisicao de fatores de producao de agricultura e aquacultura	\$ 4.952.522	35,185 agricultores e pescadores	MAF	Husi Total 4.9m redus ba \$ 2,437,522 no Ezekuta ona (inklui Obl no Kumprimisiu) ho tota \$ 1,760,910 . Balansu sei iha \$676,612. Entertantu husi levantamentu adisional \$70m rekopera fali ho total \$ 2,515,000 ho fila ba total orijinal. MAP sei prepara hela atualizasaun Planu Ezekusaun	574-Aumenta Sustentabilidade Produsaun no Produtividade	57405-Aumenta Sustentabilidade Produsaun no Produtividade de culturas aliementars e horticultas
C	Telecomunicacoes	\$ 860.000					
6	Comprar pecotes de SMS para apoiar a distribuicao de pulsa de electricidade, transferencia de dinheiro e outras comunicacoes	\$ -		Todos	NA	NA	NA
7	Fornecer um subsidio para internet para 67,500 alunos e professores do ensino suprior e 165,000 alunos ensino secundario	\$ 600.000	67,500 alunos/professores & 165,000 alunos do secundario	MTC	Parte Integrante husi levantamentu adisional \$70m , Konsehu Jestaun Aprova ona Programa no Orsamentu no LM/IE sei prepara Planu Ezekusaun atu submete	508- Prevensaun e Mitigasaun Covid-19	50805- Apoio Social resgate economico a populacao afetada pela atividade prevencao e mitigacao Covid-19
8	Implementar um sistema de alerta para rastrear casos conhecidos da Covid 19	\$ 260.000		MTC/MS	Parte Integrante husi levantamentu adisional \$70m , Konsehu Jestaun Aprova ona Programa no Orsamentu no LM/IE sei prepara Planu Ezekusaun atu submete	508- Prevensaun e Mitigasaun Covid-19	50802- Identificar casos de Covid-19 e detectar contactos

D	Servicos essenciais	\$ 7.949.355					
9	Fornecer electricidade gratuitamente a todos os agregados familiares, incluindo custos de pessoal	\$ 7.686.675	160,555 consumidores	MOP - DGAS	Parte Integrante husi levantamentu adisional \$70m , Konsehu Jestaun Aprova ona Programa no Orsamentu no LM/IE sei prepara Planu Ezekusaun atu submete	508- Prevensaun e Mitigasaun Covid-19	50805- Apoio Social resgate economico a populacao afetada pela atividade prevencao e mitigacao Covid-19
10	Fornecer agua gratuitamente a todos os agregados familiares	\$ 262.680	todas os consumidores da agua	MOP - DGAS	Parte Integrante husi levantamentu adisional \$70m , Konsehu Jestaun Aprova ona Programa no Orsamentu no LM/IE sei prepara Planu Ezekusaun atu submete	508- Prevensaun e Mitigasaun Covid-19	50805- Apoio Social resgate economico a populacao afetada pela atividade prevencao e mitigacao Covid-19
E	Credito	\$ 19.682.500					
11	Implementador uma renegociacao de prazos de pagamento de creditos, tanto para pessoas singulares como para empresas, em todo o setor Bancaria	\$ 8.182.500		Banco Central - MCAE	Parte Integrante husi levantamentu adisional \$70m , Konsehu Jestaun Aprova ona Programa no Orsamentu no LM/IE sei prepara Planu Ezekusaun atu submete	508- Prevensaun e Mitigasaun Covid-19	50805- Apoio Social resgate economico a populacao afetada pela atividade prevencao e mitigacao Covid-19
12	Implementar linhas de credito de emergencia	\$ 3.000.000		Banco Central - MCAE	Parte Integrante husi levantamentu adisional \$70m , Konsehu Jestaun Aprova ona Programa no Orsamentu no LM/IE sei prepara Planu Ezekusaun atu submete	508- Prevensaun e Mitigasaun Covid-19	50805- Apoio Social resgate economico a populacao afetada pela atividade prevencao e mitigacao Covid-19
13	implementar mecanismos de garantia para importadores de bens essenciais	\$ 5.000.000		Banco Central - MCAE	Parte Integrante husi levantamentu adisional \$70m , Konsehu Jestaun Aprova ona Programa no Orsamentu no LM/IE sei prepara Planu Ezekusaun atu submete	508- Prevensaun e Mitigasaun Covid-19	50805- Apoio Social resgate economico a populacao afetada pela atividade prevencao e mitigacao Covid-19
14	previdenciar apoios de liquides de curto prazo	\$ 3.500.000		Banco Central - MCAE	Parte Integrante husi levantamentu adisional \$70m , Konsehu Jestaun Aprova ona Programa no Orsamentu no LM/IE sei prepara Planu Ezekusaun atu submete	508- Prevensaun e Mitigasaun Covid-19	50805- Apoio Social resgate economico a populacao afetada pela atividade prevencao e mitigacao Covid-19
F	Apoios diretos	\$ 88.443.596					
15	Providenciar pagamentos em dinheiro a todos os cidadoens, garantido rendimento das familias de \$100/mes	\$ 66.856.800	214,827 agregados	MSSI	<u>Ezekuta ona Pagamentu ba EE 1 no 2</u> , no sei hein reklamasaun hodi halo pagamentu tan husi balansu ne'ebe iha. Sei hein relatorio rekonsiliaasaun husi MSSI. Seidauk inklui Pagamentu ba Treseira faze EE	508- Prevensaun e Mitigasaun Covid-19	50805- Apoio Social resgate economico a populacao afetada pela atividade prevencao e mitigacao Covid-19
16	Desenhar e implementar pagamento da subsidios salariais a um universo estimado de 30.000 assalariados que mantenham o emprego, cobrindo 60%	\$ 14.688.000	30,000 assalariados	MSSI - INSS	<u>Ezekuta ona \$7m</u> husi Fundu Reserva Kontinjensia iha DOT - restu sei transfere tuir Planu Ezekusaun ne'ebe MSSI no INSS sei apresenta	508- Prevensaun e Mitigasaun Covid-19	50805- Apoio Social resgate economico a populacao afetada pela atividade prevencao e mitigacao Covid-19

17	Isentar as contribuicoes de seguranca Social aos trabalhadores (4% do rendimento) e as empresas (6% do rendimento)	\$ 2.448.000	30,000 trabalhadores + empresas	MSSI - INSS	Parte Integrante husi levantamentu adisional \$70m , Konselhu Jestaun Aprova ona Programa no Orsamentu no LM/IE sei prepara Planu Ezekusaun atu submete	508- Prevensaun e Mitigasaun Covid-19	50805- Apoio Social resgate economico a populacao afetada pela atividade prevencao e mitigacao Covid-19
18	Isentar pagamento do rendas de propriedades do estado a 4.057 arrendatarios (sssumindo cerca de \$100/em media)	\$ 1.217.100	4,057 arrendatarios	Justisa	Parte Integrante husi levantamentu adisional \$70m , Konselhu Jestaun Aprova ona Programa no Orsamentu no LM/IE sei prepara Planu Ezekusaun atu submete	508- Prevensaun e Mitigasaun Covid-19	50805- Apoio Social resgate economico a populacao afetada pela atividade prevencao e mitigacao Covid-19
19	Apoiar os estudantes Timorense a residir no estrangeiro com despesas basico (3,488 estudantes X \$150 a \$541 poe mes, dependendo da localizacao- durante 3 meses)	\$ 3.233.696	4,233 + estudantes no estrangeiro	MNEC	Ezekuta ona total \$1,348,750 ba nasaun 10 no sei hein tan reklamasaun no dadus adisional ba nasaun 3 no inkui nasaun 7 seluk ne'ebe seidaunk enkuadra iha decreto Lei sobre pagamentu subsidiu	508- Prevensaun e Mitigasaun Covid-19	50805- Apoio Social resgate economico a populacao afetada pela atividade prevencao e mitigacao Covid-19
	TOTAL GLOBAL	\$ 139.777.982,00					


Anexo 3

ATUALIZASAUN PROGRESSU ADISIONAL \$70M HUSI FUNDU MINARAI

Nu Medida	Tipu Medidas	Orcamento	Beneficiario	Implementador	Progressu Implementasaun	Programa	Sub Programa
11	Implementador uma renegociacao de prazos de pagamento de creditos, tanto para pessoas singulares como para empresas, em todo o setor Bancaria	\$ 8.182.500		Banco Central - MCAE	Parte Integrante husi levantamentu adisional \$70m , Konsehu Jestaun Aprova ona Programa no Orsamentu no LM/IE sei prepara Planu Ezekusaun atu submete	508- Prevensaun e Mitigasaun Covid-19	50805- Apoio Social resgate economico a populacao afetada pela atividade prevencao e mitigacao Covid-19
12	Implementar linhas de credito de emergencia	\$ 3.000.000		Banco Central - MCAE	Parte Integrante husi levantamentu adisional \$70m , Konsehu Jestaun Aprova ona Programa no Orsamentu no LM/IE sei prepara Planu atu submete	508- Prevensaun e Mitigasaun Covid-19	50805- Apoio Social resgate economico a populacao afetada pela atividade prevencao e mitigacao Covid-19
13	implementar mecanismos de garantia para importadores de bens essenciais	\$ 5.000.000		Banco Central - MCAE	Parte Integrante husi levantamentu adisional \$70m , Konsehu Jestaun Aprova ona Programa no Orsamentu no LM/IE sei prepara Planu Ezekusaun atu submete	508- Prevensaun e Mitigasaun Covid-19	50805- Apoio Social resgate economico a populacao afetada pela atividade prevencao e mitigacao Covid-19
14	previdenciar apoios de liquides de curto prazo	\$ 3.500.000		Banco Central - MCAE	Parte Integrante husi levantamentu adisional \$70m , Konsehu Jestaun Aprova ona Programa no Orsamentu no LM/IE sei prepara Planu Ezekusaun atu submete	508- Prevensaun e Mitigasaun Covid-19	50805- Apoio Social resgate economico a populacao afetada pela atividade prevencao e mitigacao Covid-19
7	Fornecer um subsidio para internet para 67,500 alunos e professores do ensino suprior e 165,000 alunos ensino secundario	\$ 600.000	67,500 alunos/professores & 165,000 alunos do secundario	MTC	Parte Integrante husi levantamentu adisional \$70m , Konsehu Jestaun Aprova ona Programa no Orsamentu no LM/IE sei prepara Planu Ezekusaun atu submete	508- Prevensaun e Mitigasaun Covid-19	50805- Apoio Social resgate economico a populacao afetada pela atividade prevencao e mitigacao Covid-19
2	Subsidiar o transporte maritimo de mercadorias entre Dili - Atauro - Oecusse (2 viagens de ida e volta/mes	\$ 90.000,00	Agregados Vulneraveis	MTC	Parte Integrante husi levantamentu adisional \$70m , Konsehu Jestaun Aprova ona Programa no Orsamentu no LM/IE sei prepara Planu Ezekusaun atu submete	508- Prevensaun e Mitigasaun Covid-19	50805- Apoio Social resgate economico a populacao afetada pela atividade prevencao e mitigacao Covid-19
4	Apoiar transportes permanentes de cargo (24h) entre o porto e o armazem (\$2000 por dia)	\$ 180.000		MTC	Parte Integrante husi levantamentu adisional \$70m , Konsehu Jestaun Aprova ona Programa no Orsamentu no LM/IE sei prepara Planu Ezekusaun atu submete	508- Prevensaun e Mitigasaun Covid-19	50806-Apoio operasaun Prevensaun e Mitigasaun Covid-19
8	Implementar um sistema de alerta para rastrear casos conhecidos da Covid 19	\$ 260.000		MTC/MS	Parte Integrante husi levantamentu adisional \$70m , Konsehu Jestaun Aprova ona Programa no Orsamentu no LM/IE sei prepara Planu Ezekusaun atu submete	508- Prevensaun e Mitigasaun Covid-19	50802- Identificar casos de Covid-19 e detectar contactos

18	Isentar pagamento do rendas de propriedades do estado a 4.057 arrendatarios (sssumindo cerca de \$100/em media)	\$ 1.217.100	4,057 arrendatarios	Justisa	Parte Integrante husi levantamento adicional \$70m , Konsehu Jestaun Aprova ona Programa no Orsamentu no LM/IE sei prepara Planu Ezekusaun atu submete	508- Prevensaun e Mitigasaun Covid-19	50805- Apoio Social resgate economico a populacao afetada pela atividade prevencao e mitigacao Covid-19
5	Garantir a producao, pelo aquisicao de fatores de producao de agricultura e aquacultura	\$ 4.952.522	35,185 agricultores e pescadores	MAF	Husi Total 4.9m redus ba \$ 2,437,522 no Ezekuta ona I (inklui Obl no Kumprimisiu) ho tota \$ 1,760,910. Balansu sei iha \$676,612. Entertantu husi levantamento adicional \$70m rekopera fali ho total \$ 2,515,000 ho fila ba total orijinal. MAP sei prepara hela atualizasaun Planu Ezekusaun	574-Aumenta Sustentabilidade Produsaun no Produtividade	57405-Aumenta Sustentabilidade Produsaun no Produtividade de culturas aliementars e horticultas
9	Fornecer electridade gratuitamente a todos os agrgados familiares, incluindo custos de pessoal	\$ 7.686.675	160,555 consumidores	MOP - DGAS	Parte Integrante husi levantamento adicional \$70m , Konsehu Jestaun Aprova ona Programa no Orsamentu no LM/IE sei prepara Planu Ezekusaun atu submete	508- Prevensaun e Mitigasaun Covid-19	50805- Apoio Social resgate economico a populacao afetada pela atividade prevencao e mitigacao Covid-19
9	Fornecer agua gratuitamente a todos os agrgados familiares	\$ 262.680	todos os consumidores da agua	MOP - DGAS	Parte Integrante husi levantamento adicional \$70m , Konsehu Jestaun Aprova ona Programa no Orsamentu no LM/IE sei prepara Planu Ezekusaun atu submete	508- Prevensaun e Mitigasaun Covid-19	50805- Apoio Social resgate economico a populacao afetada pela atividade prevencao e mitigacao Covid-19
16	Desenhar e implementar pagamento da subsidios salariais a um universo estimado de 30.000 assalariados que mantenham o emprego, cobrindo 60% do seu salario	\$ 14.688.000	30,000 assalariados	MSSI - INSS	Ezekuta ona \$7m husi Fundu Reserva Kontinjensia iha DOT - restu sei transfere tui Planu Ezekusaun ne'ebe MSSI no INSS sei apresenta	508- Prevensaun e Mitigasaun Covid-19	50805- Apoio Social resgate economico a populacao afetada pela atividade prevencao e mitigacao Covid-19
17	Isentar as contribuicoes de seguranca Social aos trabalhadores (4% do rendimento) e as empresas (6% do rendimento)	\$ 2.448.000	30,000 trabalhadores + empresas	MSSI - INSS	Parte Integrante husi levantamento adicional \$70m , Konsehu Jestaun Aprova ona Programa no Orsamentu no LM/IE sei prepara Planu Ezekusaun atu submete	508- Prevensaun e Mitigasaun Covid-19	50805- Apoio Social resgate economico a populacao afetada pela atividade prevencao e mitigacao Covid-19
0	Fundu Covid - Rekopera Kontinjensia	20.370.045			Parte Integrante husi levantamento adicional \$70m , Konsehu Jestaun Aprova ona Programa no Orsamentu no LM/IE sei prepara Planu Ezekusaun atu submete	508- Prevensaun e Mitigasaun Covid-19	50807- Contingency Plan for Covid-19

Anexo 4

<div>  RAZAUN BALANSU DISPONIVEL SEDAUK EZEKUTA ATE 31 Agosto 2020 </div>				
#	Entidade Responsavel Sira	Balansu Disponivel	Razaun Husi Linha Ministerio Implementador	Fontes de Informasaun
1	Primeiro Ministro (PM)	740.854,00	sei hein publikasaun rezulasaun ba suplementu remunerasaun ba jornalista sira durante halo servisu iha CIGC	Gabinete Primeiro Ministerio (PM)
2	MAPCOM	154.215,00	<p>2. sei hein invoice husi media 8 nebe halo publisidade no kampanha sosializasaun prevensaun ba moras pandemia covid 19 ate adata sedauk submete mai SECOM hodi prosesa pagamento (TVE, NAULNIL MEDIA, RADIO RAMKAMBIA, CAMSTL, CASA DE PRODUCAUN AUDIVISUAL, LAFAEK NEWS, NEON METIN, TIMOR NEWS)</p> <p>3. iha media 6 maka submete ona invoice mai SECOM inklui catering ho total hamutuk \$49.500.00 no agora iha ona prosesu purhes Order (PO), (GMN, STL Media Group, Jornal Timor Post, Jornal Independente, Devita News Paper, Business Media Group) nebe halo publisidade no kampanha sosializasaun prevensaun ba moras pandemia covid 19.</p>	
3	Ministério da Agricultura e Pescas (MAP)	4.128.998,00	Balansu disponivel sedauk ezejuta tamba alkasaun original ba material suplay Fini no redi pecas maibe iha mudanca MAP atu aloka fila fali ba manutensaun ba Irigasaun tamba ne'e sei hein dadus levantamento sobre irigasaun hirak nebe atu halo manutensaun. MAP mos submete ona Plano Aproxionamento no planu Ezekusaun ba MdF sobre rahabilidasun Iragasaun.	MAP
			Implementasaun Fundu COVID-19 aplika prosedimentu aprovizionamentu normál.	
			Akizisaun ba adubus, aimoruk ba podusaun agrikultura no peska, halo iha Indonesia. No tanba lockdown afeta atrazu iha haruka sasán mai Timor-Leste.	
5	Ministério dos Negocios Estrangeiros e Cooperação (MNEC)	1.834.546,00	MNEC sei hein dadus final estudante Nao Bolseiro nebe sedauk hetan pagamentu husi Embaixada Timor ba nasaun 14 nebe iha lista decreto lei inklui mos estudatnte Nao Bolseiro nebe sedauk hetan pagamentu husi nasaun 8 nebe la inklui iha lista decreto lei. (Mozambique,Singapore,Inglaterra, Coreia do Sul, China, Bangladesh, no Belgica)	MNEC
			<p>DN MNEC konfirma katak balansu disponivel ba MNEC nian atu uza ba subsidiu ba estudante naun bolseiru no estagnados iha rai liur ne'ebé seidauk hetan subsidiu. To'o agora MNEC rejista ona estudante no estagnados hamutuk 673 pesoas ne'ebé bele kobre ho montante \$227.000.</p> <p>MNEC sujere mós atu bele iha subsidiu ba estudante no estagnados ba EE dahat no dalima nian. Sujestaun ne'e ható'o ona ba Ministra MNEC atu apresenta iha Konseihu Ministrus.</p> <p>Nune'e mós altera ona Dekretu Lei kona-ba subsidiu ba estudante no estagnados hodi aumenta tan nasaun 8. Wainhira Dekretu Lei ne'e aprova ona mak sei iha informasaun loloos kona-ba dadus ema no total osan ne'ebé sei presiza tan ba nasaun 8 refere. Tamba sei hein promulgasaun ba Dekretu lei ne'ebé altera, karik planu komitmentu ba MNEC nian sei submete tarde (depois de 30 Agostu), depende ba promulgasaun Dekretu Lei refere.</p> <p>Tuir MNEC nia estimasaun karik sei presiza tan \$300 mill to'o \$400 mill ba subsidiu ba estudantes naun bolseiru no estagnados iha rai liur.</p>	
			1. Ezekusaun Fundu COVID-19 aplika prosedimentu aprovizionamentu normál.	

6	Ministério da Saúde (MS)	36.308.507,00	2. Dezenho no BoQ ba projetu infraestrutura balu seidak pronto. 3. Transferensia \$2 millhoes ba RAEOA sei iha prosesu 4. Planu akizisaun ekipamentu médiku no aimoruk, antes tau iha transferensia publika, tanba antes atu kompra liu husi UNDP, maibé UNDP la konsege sosa to'o agora. Tan ne'e MS hano in atu halo fali konkursu normal (prátika normal) ne'ebé baibain hala'o husi SAMES.	MS
7	Ministério da Solidariedade Social e da Inclusão (MSSI)	12.132.186,00	MSS sei hein dadus final husi Municipio 12 inklui RAEOA ba reklamasaun husi uma kain sira nebe seidak simu subsidio \$100	MSSI
8	Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC)	1.188.099,00	Estende tan kontratu ho AirNorth. Iha tempu badak sei submete planu ba STFC	MTC
			Subsídium ba Linha internet. Iha tempu badak sei submete pedido kria CPV	
			Implementa Sistema alerta. Iha tempu badak sei submete pedido kria CPV	
			Kona-ba orsamentu ba transporta cargo husi portu ba armajen sujere ona atu transfere orsamentu refere ba CLN.	
9	FALINTIL F-FDTL (FFDTL)	35.143,00	Balansu nebe iha sei la ezejuta ona no konsidrea saving	F-FDTL
10	Polícia Nacional Timor-Leste (PNTL)	430.872,00	PNTL sujere atu balansu ne'ebé iha uza ba akizisaun ransu ba PNTL maibe nia obsataklu maka prsoesu aprovisionamento normal	PNTL
11	Centro Logístico Nacional (CLN)	507.105,00	Balansu ne'e destinada ba kustu aluga kareta tula fos no deskaregamento fos iha portu Dili no armagem Tibar, maibe seidak bele ezejuta tamba ate agora fos nebe Governo sosa husi Vietnam sei iha prosesu.	CLN
12	Reserva de Contingencia do Fundo de Pandémia do COVID-19	21.766.581,00		
13	MECAE/BCTL	14.682.500,00	MCAE konfirma katak MCAE prepara ona Dekretu Lei ba implementasaun faze II \$3m nian. Wainhira Dekretu Lei aprova ona sei submete ba STFC hodi halo kabimentu ba \$3 milloens nian. MCAE husu se karik iha possibilidade MCAE atu uza balansu disponível \$11.7 ba halo kordenasaun iha munisípiu no sosa produsut ne'ebé sei servisu hamutuk ho MAP, inklui mós atu fó apoiu ba CLN.	MECAE
14	Ministerio Justiça	1.217.100,00		MJ
15	Ministerio Obras Publico	3.973.676,00	Balansu nebe iha sei la ezejuta ona no konsidrea saving	MOP
Grand Total		99.100.382,00		

COVID 19 FUND_BANK RECONCILIATION

**Direção Geral do Tesouro
Direção Nacional Contabilidade e Regulação Financeiro
Aitarak Laran, Dili Timor Leste
SUMMARY BANK RECONCILIATION**



PERIOD: 31-Aug-20

Ending Balance from Bank Statement 101.641.980,57

Descriptions	Amount	Descriptions	Amount
Transactions in GL Dr not yet posted in BS	-	800120000116	\$50,00
Transactions in BS Dr not yet posted in GL	26.950,00		\$0,00
			\$0,00
Total	26.950,00	Total	\$50,00
Subtotal		27.000,00	
Outstandings:		101.668.980,57	

Descriptions	Amount	Descriptions	Amount
Outstanding TPO	158.494,84		\$0,00
Total Return(BS Cr) not yet posted in GL	9.690,00		\$0,00
Outstanding tax 5102			\$0,00
Total	168.184,84	Total	\$0,00
Total Outstanding		168.184,84	

Opening Balance Bank Statement	-
Opening Balance GL	
Computed Book Balance	101.500.795,73
Balance per Cash Books	101.500.795,73
Difference	-

Prepared By : Martinho Soares
Date 31-Aug-20

Approved By : Director of Accounting
 Ernesto da Conceicao Silva
Date 31-Aug-20

Anexo 6

Pagamento Subsídio Uma Kain - Município Aileu

TransactionId	DebtorName	CreditorName	Creditor BIC	Amount	Details
800120000041/1	FUNDO COVID-19	SUKU AISSIRIMOU	BNCTTLDI	152,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Aileu
800120000041/2	FUNDO COVID-19	SUKU BANDUDATO	BNCTTLDI	45,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Aileu
800120000041/3	FUNDO COVID-19	SUKU FAHIRIA	BNCTTLDI	105,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Aileu
800120000041/4	FUNDO COVID-19	SUKU FATUBOSSA	BNCTTLDI	89,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Aileu
800120000041/5	FUNDO COVID-19	SUKU HOHOLAU	BNCTTLDI	84,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Aileu
800120000041/6	FUNDO COVID-19	SUKU LAHAE	BNCTTLDI	62,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Aileu
800120000041/7	FUNDO COVID-19	SUKU LAUSI	BNCTTLDI	31,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Aileu
800120000041/8	FUNDO COVID-19	SUKU LEQUITURA	BNCTTLDI	48,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Aileu
800120000041/9	FUNDO COVID-19	SUKU SABORIA	BNCTTLDI	51,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Aileu
800120000041/10	FUNDO COVID-19	SUKU SELOI KRAIK	BNCTTLDI	174,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Aileu
800120000041/11	FUNDO COVID-19	SUKU MALERE	BNCTTLDI	175,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Aileu
800120000041/12	FUNDO COVID-19	SUKU LIURAI	BNCTTLDI	208,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Aileu
800120000041/13	FUNDO COVID-19	SUKU BOCOLELO	BNCTTLDI	46,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Aileu
800120000041/14	FUNDO COVID-19	SUKU COTOLAU	BNCTTLDI	78,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Aileu
800120000041/15	FUNDO COVID-19	SUKU FATISI	BNCTTLDI	31,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Aileu
800120000041/16	FUNDO COVID-19	SUKU MADABENO	BNCTTLDI	86,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Aileu
800120000041/17	FUNDO COVID-19	SUKU TALITU	BNCTTLDI	59,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Aileu
800120000041/18	FUNDO COVID-19	SUKU TOHUMETA	BNCTTLDI	35,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Aileu
800120000041/19	FUNDO COVID-19	SUKU ACUBILITOHO	BNCTTLDI	70,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Aileu
800120000041/20	FUNDO COVID-19	SUKU BERELEU	BNCTTLDI	67,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Aileu
800120000041/21	FUNDO COVID-19	SUKU BETULAU	BNCTTLDI	51,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Aileu
800120000041/22	FUNDO COVID-19	SUKU FAHISOI	BNCTTLDI	86,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Aileu
800120000041/23	FUNDO COVID-19	SUKU FATURILAU	BNCTTLDI	29,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Aileu
800120000041/24	FUNDO COVID-19	SUKU MANUCASA	BNCTTLDI	35,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Aileu
800120000041/25	FUNDO COVID-19	SUKU NAMOLESSO	BNCTTLDI	68,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Aileu
800120000041/26	FUNDO COVID-19	SUKU ACUMAU	BNCTTLDI	112,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Aileu
800120000041/27	FUNDO COVID-19	SUKU FADABLOCO	BNCTTLDI	117,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Aileu
800120000041/28	FUNDO COVID-19	SUKU FAHISOI	BNCTTLDI	80,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Aileu
800120000041/29	FUNDO COVID-19	SUKU FATURASA	BNCTTLDI	71,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Aileu
800120000041/30	FUNDO COVID-19	SUKU HAUTOHO	BNCTTLDI	53,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Aileu
800120000041/31	FUNDO COVID-19	SUKU MAUMETA	BNCTTLDI	28,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Aileu
800120000041/32	FUNDO COVID-19	SUKU LIURAI	BNCTTLDI	25,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Aileu
800120000041/33	FUNDO COVID-19	SUKU TULATAQUEO	BNCTTLDI	126,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Aileu

Pagamento Subsidio Uma Kain - Municipio Ainara

TransactionId	DebtorName	CreditorName	Creditor BIC	Amount	Details
800120000040/1	FUNDO COVID-19	SUCO AINARO	BNCTTLDI	204,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ainara
800120000040/2	FUNDO COVID-19	SUCO CASSA	BNCTTLDI	199,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ainara
800120000040/3	FUNDO COVID-19	SUCO MANUTACI	BNCTTLDI	98,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ainara
800120000040/4	FUNDO COVID-19	SUCO MAU-NUNO	BNCTTLDI	74,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ainara
800120000040/5	FUNDO COVID-19	SUCO MAU-ULO	BNCTTLDI	98,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ainara
800120000040/6	FUNDO COVID-19	SUCO SORO	BNCTTLDI	109,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ainara
800120000040/7	FUNDO COVID-19	SUCO SORU-CRAIC	BNCTTLDI	104,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ainara
800120000040/8	FUNDO COVID-19	SUCO MAU-CHIGA	BNCTTLDI	159,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ainara
800120000040/9	FUNDO COVID-19	SUCO MULO	BNCTTLDI	281,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ainara
800120000040/10	FUNDO COVID-19	SUCO NUNO-MOGUE	BNCTTLDI	240,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ainara
800120000040/11	FUNDO COVID-19	SUCO FOHO AI-LICO	BNCTTLDI	248,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ainara
800120000040/12	FUNDO COVID-19	SUCO LEOLIMA	BNCTTLDI	485,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ainara
800120000040/13	FUNDO COVID-19	SUCO AITUTO	BNCTTLDI	267,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ainara
800120000040/14	FUNDO COVID-19	SUCO EDI	BNCTTLDI	101,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ainara
800120000040/15	FUNDO COVID-19	SUCO FATUBESI	BNCTTLDI	61,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ainara
800120000040/16	FUNDO COVID-19	SUCO HORAI-QUIC	BNCTTLDI	82,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ainara
800120000040/17	FUNDO COVID-19	SUCO LIURAI	BNCTTLDI	36,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ainara
800120000040/18	FUNDO COVID-19	SUCO MANELOBAS	BNCTTLDI	60,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ainara
800120000040/19	FUNDO COVID-19	SUCO MANETU	BNCTTLDI	123,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ainara
800120000040/20	FUNDO COVID-19	SUCO MAUBISSE VILLA	BNCTTLDI	246,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ainara
800120000040/21	FUNDO COVID-19	SUCO MAULAU	BNCTTLDI	167,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ainara

Pagamento Subsidio Uma Kain - Municipio Baucau

TransactionId	DebtorName	CreditorName	Creditor BIC	Amount	Details
800120000042/1	FUNDO COVID-19	SUCO AFALOICAI	BNCTTLDI	50,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/2	FUNDO COVID-19	SUCO ALAWA CRAIK	BNCTTLDI	79,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/3	FUNDO COVID-19	SUCO ALAWA LETEN	BNCTTLDI	47,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/4	FUNDO COVID-19	SUCO DEFAWASSE	BNCTTLDI	45,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/5	FUNDO COVID-19	SUCO HAE-CONI	BNCTTLDI	106,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/6	FUNDO COVID-19	SUCO LARISULA	BNCTTLDI	57,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/7	FUNDO COVID-19	SUCO LAVATERI	BNCTTLDI	88,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/8	FUNDO COVID-19	SUCO OSSOHUNA	BNCTTLDI	37,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/9	FUNDO COVID-19	SUCO SAMALARI	BNCTTLDI	78,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/10	FUNDO COVID-19	SUCO UACALA	BNCTTLDI	25,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/11	FUNDO COVID-19	SUCO BAHU	BNCTTLDI	417,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/12	FUNDO COVID-19	SUCO BUCOLI	BNCTTLDI	135,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/13	FUNDO COVID-19	SUCO BUIBAU	BNCTTLDI	199,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/14	FUNDO COVID-19	SUCO BURUMA	BNCTTLDI	172,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/15	FUNDO COVID-19	SUCO CAIBADA	BNCTTLDI	195,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/16	FUNDO COVID-19	SUCO GARIUIAI	BNCTTLDI	301,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/17	FUNDO COVID-19	SUCO SAMALARI	BNCTTLDI	136,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/18	FUNDO COVID-19	SUCO SEICAL	BNCTTLDI	133,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/19	FUNDO COVID-19	SUCO TIRILOLO	BNCTTLDI	339,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/20	FUNDO COVID-19	SUCO TRILOCA	BNCTTLDI	123,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/21	FUNDO COVID-19	SUCO UAILILI	BNCTTLDI	202,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/22	FUNDO COVID-19	SUCO ATELARI	BNCTTLDI	88,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/23	FUNDO COVID-19	SUCO LIBAGUA	BNCTTLDI	78,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/24	FUNDO COVID-19	SUCO NUNIRA	BNCTTLDI	111,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/25	FUNDO COVID-19	SUCO SAELARI	BNCTTLDI	112,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/26	FUNDO COVID-19	SUCO SAGADATE	BNCTTLDI	161,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/27	FUNDO COVID-19	SUCO SAMALARI	BNCTTLDI	180,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/28	FUNDO COVID-19	SUCO SOBA	BNCTTLDI	126,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/29	FUNDO COVID-19	SUCO TEQUINOMATA	BNCTTLDI	106,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/30	FUNDO COVID-19	SUCO ABAFALA	BNCTTLDI	61,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/31	FUNDO COVID-20	SUCO ABO	BNCTTLDI	95,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/32	FUNDO COVID-21	SUCO AFACA	BNCTTLDI	95,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/33	FUNDO COVID-22	SUCO BAGUIA	BNCTTLDI	70,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/34	FUNDO COVID-23	SUCO BUALALE	BNCTTLDI	47,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/35	FUNDO COVID-24	SUCO GURUCA	BNCTTLDI	119,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/36	FUNDO COVID-25	SUCO LACULIU	BNCTTLDI	91,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/37	FUNDO COVID-26	SUCO LAISORULAI DE B	BNCTTLDI	68,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/38	FUNDO COVID-27	SUCO LAISOROLAI DE C	BNCTTLDI	61,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau

800120000042/39	FUNDO COVID-28	SUCO LELALAI	BNCTTLDI	85,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/40	FUNDO COVID-29	SUCO LETEMUMO	BNCTTLDI	172,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/41	FUNDO COVID-30	SUCO MACALACO	BNCTTLDI	64,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/42	FUNDO COVID-31	SUCO MALURO	BNCTTLDI	78,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/43	FUNDO COVID-32	SUCO NAMANEI	BNCTTLDI	96,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/44	FUNDO COVID-33	SUCO UAITAME	BNCTTLDI	130,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/45	FUNDO COVID-34	SUCO CAI-CUA	BNCTTLDI	78,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/46	FUNDO COVID-35	SUCO LOI-LUBO	BNCTTLDI	74,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/47	FUNDO COVID-36	SUCO OSSOUALA	BNCTTLDI	100,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/48	FUNDO COVID-37	SUCO OSTICO	BNCTTLDI	82,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/49	FUNDO COVID-38	SUCO UAIGAE	BNCTTLDI	52,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/50	FUNDO COVID-39	SUCO UATU-LARI	BNCTTLDI	65,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/51	FUNDO COVID-40	SUCO VEMASSE	BNCTTLDI	169,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/52	FUNDO COVID-41	SUCO BADO HOO	BNCTTLDI	116,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/53	FUNDO COVID-42	SUCO BAHAMORI	BNCTTLDI	120,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/54	FUNDO COVID-43	SUCO FATULIA	BNCTTLDI	140,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/55	FUNDO COVID-44	SUCO UAI OLI	BNCTTLDI	103,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/56	FUNDO COVID-45	SUCO UAILAHA	BNCTTLDI	69,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/57	FUNDO COVID-46	SUCO UATO-HACO	BNCTTLDI	146,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/58	FUNDO COVID-47	SUCO UMA ANA ICO	BNCTTLDI	109,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau
800120000042/59	FUNDO COVID-48	SUCO UMA ANA ULO	BNCTTLDI	124,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Baucau

Pagamento Subsídio Uma Kain - Município Bobonaro

TransactionId	DebtorName	DebtorAccount	CreditorName	Creditor BIC	Amount	Details
800120000043/1	FUNDO COVID-19	TL389000000100003718078	FUNDUS SUCO AIDABALETEN	BNCTTLDI	325,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Bobonaro
800120000043/2	FUNDO COVID-19	TL389000000100003718078	FUNDUS SUCO ATABAE	BNCTTLDI	107,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Bobonaro
800120000043/3	FUNDO COVID-19	TL389000000100003718078	FUNDUS SUCO HATAZ	BNCTTLDI	125,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Bobonaro
800120000043/4	FUNDO COVID-19	TL389000000100003718078	FUNDUS SUCO RAIROBO	BNCTTLDI	98,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Bobonaro
800120000043/5	FUNDO COVID-19	TL389000000100003718078	FUNDUS SUCO BALIBO	BNCTTLDI	234,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Bobonaro
800120000043/6	FUNDO COVID-19	TL389000000100003718078	FUNDUS SUCO BATUGADE	BNCTTLDI	138,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Bobonaro
800120000043/7	FUNDO COVID-19	TL389000000100003718078	FUNDUS SUCO COWA	BNCTTLDI	120,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Bobonaro
800120000043/8	FUNDO COVID-19	TL389000000100003718078	FUNDUS SUCO LEOHITO	BNCTTLDI	211,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Bobonaro
800120000043/9	FUNDO COVID-19	TL389000000100003718078	FUNDUS SUCO LEOLIMA	BNCTTLDI	156,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Bobonaro
800120000043/10	FUNDO COVID-19	TL389000000100003718078	FUNDUS SUCO SANIRIN	BNCTTLDI	124,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Bobonaro
800120000043/11	FUNDO COVID-19	TL389000000100003718078	FUNDUS SUCO AI ASSA	BNCTTLDI	120,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Bobonaro
800120000043/12	FUNDO COVID-19	TL389000000100003718078	FUNDUS SUCO ATU ABEN	BNCTTLDI	47,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Bobonaro
800120000043/13	FUNDO COVID-19	TL389000000100003718078	FUNDUS SUCO BOBONARO	BNCTTLDI	89,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Bobonaro
800120000043/14	FUNDO COVID-19	TL389000000100003718078	FUNDUS SUCO CARABAU	BNCTTLDI	124,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Bobonaro
800120000043/15	FUNDO COVID-19	TL389000000100003718078	FUNDUS SUCO COLIMAU	BNCTTLDI	88,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Bobonaro
800120000043/16	FUNDO COVID-19	TL389000000100003718078	FUNDUS SUCO COTABOT	BNCTTLDI	36,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Bobonaro
800120000043/17	FUNDO COVID-19	TL389000000100003718078	FUNDUS SUCO ILAT LAUN	BNCTTLDI	80,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Bobonaro
800120000043/18	FUNDO COVID-19	TL389000000100003718078	FUNDUS SUCO LEBER	BNCTTLDI	67,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Bobonaro
800120000043/19	FUNDO COVID-19	TL389000000100003718078	FUNDOS SUCO LOUR	BNCTTLDI	56,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Bobonaro
800120000043/20	FUNDO COVID-19	TL389000000100003718078	FUNDUS SUCO LOURBA	BNCTTLDI	86,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Bobonaro
800120000043/21	FUNDO COVID-19	TL389000000100003718078	FUNDUS SUCO MALEUBU	BNCTTLDI	127,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Bobonaro
800120000043/22	FUNDO COVID-19	TL389000000100003718078	FUNDUS SUCO MALILAIT	BNCTTLDI	83,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Bobonaro
800120000043/23	FUNDO COVID-19	TL389000000100003718078	FUNDUS SUCO MOLOP	BNCTTLDI	77,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Bobonaro
800120000043/24	FUNDO COVID-19	TL389000000100003718078	FUNDUS SUCO OE LEU	BNCTTLDI	71,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Bobonaro
800120000043/25	FUNDO COVID-19	TL389000000100003718078	FUNDUS SUCO SIBUNI	BNCTTLDI	45,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Bobonaro
800120000043/26	FUNDO COVID-19	TL389000000100003718078	FUNDUS SUCO SOILESO	BNCTTLDI	59,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Bobonaro
800120000043/27	FUNDO COVID-19	TL389000000100003718078	FUNDUS SUCO TAPO	BNCTTLDI	49,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Bobonaro
800120000043/28	FUNDO COVID-19	TL389000000100003718078	FUNDUS SUCO TEBABUI	BNCTTLDI	70,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Bobonaro
800120000043/29	FUNDO COVID-19	TL389000000100003718078	FUNDUS SUCO ATUDARA	BNCTTLDI	90,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Bobonaro
800120000043/30	FUNDO COVID-19	TL389000000100003718078	FUNDUS SUCO DAU UDU	BNCTTLDI	30,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Bobonaro
800120000043/31	FUNDO COVID-20	TL389000000100003718078	FUNDUS SUCO GOULOLO	BNCTTLDI	67,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Bobonaro
800120000043/32	FUNDO COVID-21	TL389000000100003718078	FUNDUS SUCO GUENU LAI	BNCTTLDI	37,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Bobonaro
800120000043/33	FUNDO COVID-22	TL389000000100003718078	FUNDUS SUCO MANAPA	BNCTTLDI	94,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Bobonaro
800120000043/34	FUNDO COVID-23	TL389000000100003718078	FUNDUS SUCO MELIGO	BNCTTLDI	151,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Bobonaro
800120000043/35	FUNDO COVID-24	TL389000000100003718078	FUNDUS SUCO PURUGOA	BNCTTLDI	48,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Bobonaro
800120000043/36	FUNDO COVID-25	TL389000000100003718078	FUNDUS SUCO RAIHEU	BNCTTLDI	76,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Bobonaro
800120000043/37	FUNDO COVID-26	TL389000000100003718078	FUNDUS SUCO DEUDET	BNCTTLDI	39,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Bobonaro
800120000043/38	FUNDO COVID-27	TL389000000100003718078	FUNDUS SUCU GILDAPIL	BNCTTLDI	63,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Bobonaro
800120000043/39	FUNDO COVID-28	TL389000000100003718078	FUNDUS SUCU GUDA	BNCTTLDI	49,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Bobonaro
800120000043/40	FUNDO COVID-29	TL389000000100003718078	FUNDUS SUCU LEBOS	BNCTTLDI	53,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Bobonaro
800120000043/41	FUNDO COVID-30	TL389000000100003718078	FUNDUS SUCU LONTAS	BNCTTLDI	49,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Bobonaro
800120000043/42	FUNDO COVID-31	TL389000000100003718078	FUNDUS SUCU LUPAL	BNCTTLDI	57,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Bobonaro
800120000043/43	FUNDO COVID-32	TL389000000100003718078	FUNDUS SUCU OPA	BNCTTLDI	87,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Bobonaro
800120000043/44	FUNDO COVID-33	TL389000000100003718078	FUNDUS SUCO HOLSA	BNCTTLDI	364,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Bobonaro

800120000043/45	FUNDO COVID-34	TL389000000100003718078	FUNDUS SUCO LAHOMEA	BNCTTLDI	262,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Bobonaro
800120000043/46	FUNDO COVID-35	TL389000000100003718078	FUNDUS SUCO ODOMAU	BNCTTLDI	176,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Bobonaro
800120000043/47	FUNDO COVID-36	TL389000000100003718078	FUNDUS SUCO RAIFUN	BNCTTLDI	135,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Bobonaro
800120000043/48	FUNDO COVID-37	TL389000000100003718078	FUNDUS SUCO RITABOU	BNCTTLDI	336,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Bobonaro
800120000043/49	FUNDO COVID-38	TL389000000100003718078	FUNDUS SUCO SABURAI	BNCTTLDI	142,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Bobonaro
800120000043/50	FUNDO COVID-39	TL389000000100003718078	FUNDUS SUCO TAPO MEMO	BNCTTLDI	231,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Bobonaro

Pagamento Subsídio Uma Kain - Município Covalima

TransactionId	DebtorName	CreditorName	Creditor BIC	Amount	Details
800120000047/1	FUNDO COVID-19	CONTA OFIC. SUKU FATULULIC	BNCTTLDI	46,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Covalima
800120000047/2	FUNDO COVID-19	CONTA OFIC. SUKU TAROMAN	BNCTTLDI	98,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Covalima
800120000047/3	FUNDO COVID-19	CONTA OFIC. SUKU BELULIC LETEN	BNCTTLDI	97,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Covalima
800120000047/4	FUNDO COVID-19	CONTA OFIC. SUKU FATUMEA	BNCTTLDI	49,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Covalima
800120000047/5	FUNDO COVID-19	CONTA OFIC. SUKU NANU	BNCTTLDI	45,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Covalima
800120000047/6	FUNDO COVID-19	CONTA OFIC. SUKU DATO RUA	BNCTTLDI	59,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Covalima
800120000047/7	FUNDO COVID-19	CONTA OFIC. SUKU DATO TOLU	BNCTTLDI	83,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Covalima
800120000047/8	FUNDO COVID-19	CONTA OFIC. SUKU FOHOREM	BNCTTLDI	75,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Covalima
800120000047/9	FUNDO COVID-19	CONTA OFIC. SUKU LACTOS	BNCTTLDI	71,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Covalima
800120000047/10	FUNDO COVID-19	CONTA OFIC. SUKU BELECASAC	BNCTTLDI	143,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Covalima
800120000047/11	FUNDO COVID-19	CONTA OFIC. SUKU HOLPILAT	BNCTTLDI	125,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Covalima
800120000047/12	FUNDO COVID-19	CONTA OFIC. SUKU MATAI	BNCTTLDI	168,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Covalima
800120000047/13	FUNDO COVID-19	CONTA OFIC. SUKU OGUES	BNCTTLDI	138,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Covalima
800120000047/14	FUNDO COVID-19	CONTA OFIC. SUKU BECO	BNCTTLDI	210,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Covalima
800120000047/15	FUNDO COVID-19	CONTA OFIC. SUKU CAMENASA	BNCTTLDI	227,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Covalima
800120000047/16	FUNDO COVID-19	CONTA OFIC. SUKU DEBOS	BNCTTLDI	401,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Covalima
800120000047/17	FUNDO COVID-19	CONTA OFIC. SUKU LABARAI	BNCTTLDI	152,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Covalima
800120000047/18	FUNDO COVID-19	CONTA OFIC. SUKU SUAI LORO	BNCTTLDI	214,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Covalima
800120000047/19	FUNDO COVID-19	CONTA OFIC. SUKU BEISEUC	BNCTTLDI	134,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Covalima
800120000047/20	FUNDO COVID-19	CONTA OFIC. SUKU CASABAUC	BNCTTLDI	92,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Covalima
800120000047/21	FUNDO COVID-19	CONTA OFIC. SUKU LALAWA	BNCTTLDI	89,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Covalima
800120000047/22	FUNDO COVID-19	CONTA OFIC. SUKU MAUDEMOMO	BNCTTLDI	139,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Covalima
800120000047/23	FUNDO COVID-19	CONTA OFIC. SUKU FATULETO	BNCTTLDI	96,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Covalima
800120000047/24	FUNDO COVID-19	CONTA OFIC. SUKU LEPO	BNCTTLDI	88,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Covalima
800120000047/25	FUNDO COVID-19	CONTA OFIC. SUKU LOUR	BNCTTLDI	139,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Covalima
800120000047/26	FUNDO COVID-19	CONTA OFIC. SUKU MAPE	BNCTTLDI	58,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Covalima
800120000047/27	FUNDO COVID-19	CONTA OFIC. SUKU RAIMEA	BNCTTLDI	124,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Covalima
800120000047/28	FUNDO COVID-19	CONTA OFIC. SUKU TASHILIN	BNCTTLDI	128,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Covalima
800120000047/29	FUNDO COVID-19	CONTA OFIC. SUKU USECAI	BNCTTLDI	20,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Covalima
800120000047/30	FUNDO COVID-19	CONTA OFIC. SUKU ZULO	BNCTTLDI	131,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Covalima

Pagamento Subsidio Uma Kain - Municipio Dili

TransactionId	DebtorName	CreditorName	Creditor BIC	Amount	Details
800120000044/1	FUNDO COVID-19	C.O.P.A ATAURO BELOI	BNCTTLDI	89200	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Dili
800120000044/2	FUNDO COVID-19	C.O.P.A ATAURO BIQUELI	BNCTTLDI	138400	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Dili
800120000044/3	FUNDO COVID-19	C.O.P.A ATAURO-MACADADE	BNCTTLDI	111200	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Dili
800120000044/4	FUNDO COVID-19	C.O.P.A ATAURO-MAQUILI	BNCTTLDI	35200	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Dili
800120000044/5	FUNDO COVID-19	C. O. P. A ATAURO VILA	BNCTTLDI	86600	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Dili
800120000044/6	FUNDO COVID-19	POSTO ADM. SUCO AILOC	BNCTTLDI	113000	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Dili
800120000044/7	FUNDO COVID-19	C.O.P.A CRISTO REI-BALIBAR	BNCTTLDI	69200	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Dili
800120000044/8	FUNDO COVID-19	C.O.P.A CRISTO REI	BNCTTLDI	1054600	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Dili
800120000044/9	FUNDO COVID-19	C.O.P.A CRISTO REI B. SANTANA	BNCTTLDI	285600	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Dili
800120000044/10	FUNDO COVID-19	C.O.P.A CRISTO REI CAMEA	BNCTTLDI	322200	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Dili
800120000044/11	FUNDO COVID-19	C.O.P.A CRISTO REI CULUHUN	BNCTTLDI	309000	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Dili
800120000044/12	FUNDO COVID-19	C.O.P.A CRISTO REI-HERA	BNCTTLDI	469600	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Dili
800120000044/13	FUNDO COVID-19	C.O.P.A.C. REI METIAUT	BNCTTLDI	80000	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Dili
800120000044/14	FUNDO COVID-19	C.O.P.A DOM ALEIXO BAIRRO PITE	BNCTTLDI	1237600	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Dili
800120000044/15	FUNDO COVID-19	COPA DOM A. SUCO BEBONUK	BNCTTLDI	505800	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Dili
800120000044/16	FUNDO COVID-19	C.O.P.A DOM ALEIXO COMORO	BNCTTLDI	1921800	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Dili
800120000044/17	FUNDO COVID-19	C.O.P.A DOM ALEIXO FATUHADA	BNCTTLDI	787200	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Dili
800120000044/18	FUNDO COVID-19	C.O.P.A D. ALEIXO C. ALOR	BNCTTLDI	241600	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Dili
800120000044/19	FUNDO COVID-19	COPA D. ALEIXO SUCO MADOHI	BNCTTLDI	861200	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Dili
800120000044/20	FUNDO COVID-19	CONTA O.P.A DOM ALEIXO SUCO MANLEUANA	BNCTTLDI	580200	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Dili
800120000044/21	FUNDO COVID-19	COPA METINARU MANTELOLAO	BNCTTLDI	94800	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Dili
800120000044/22	FUNDO COVID-20	C.O.P.A METINARO-SABULI	BNCTTLDI	63200	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Dili
800120000044/23	FUNDO COVID-21	C.O.P.A METINARO-DUYUNG	BNCTTLDI	150800	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Dili
800120000044/24	FUNDO COVID-22	COPA NAIN FETO AKADIRUHUN	BNCTTLDI	127400	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Dili
800120000044/25	FUNDO COVID-23	C.O.P.A NAIN FETO BEMORI	BNCTTLDI	203400	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Dili
800120000044/26	FUNDO COVID-24	C.O.P.A NAINFETO-LECIDERE	BNCTTLDI	62400	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Dili
800120000044/27	FUNDO COVID-25	C.O.P.A NAIN FETO GRICENFOR	BNCTTLDI	50000	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Dili
800120000044/28	FUNDO COVID-26	C.O.P.A NAIN FETO L.ORIEN	BNCTTLDI	529000	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Dili
800120000044/29	FUNDO COVID-27	C.O.P.A NAIN FETO-ST CRUZ	BNCTTLDI	446200	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Dili
800120000044/30	FUNDO COVID-28	C.O.P.A VERA CRUZ CAICOLI	BNCTTLDI	219800	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Dili
800120000044/31	FUNDO COVID-29	C.O.P.A VERA CRUZ-KOLMERA	BNCTTLDI	82000	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Dili
800120000044/32	FUNDO COVID-30	C.O.P.A VERA CRUZ-DARE	BNCTTLDI	162200	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Dili
800120000044/33	FUNDO COVID-31	C.O.P.A V. CRUZ LAHANE OCIDENTAL	BNCTTLDI	287600	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Dili
800120000044/34	FUNDO COVID-32	A.M.D SUKU MASCARENHAS	BNCTTLDI	272000	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Dili
800120000044/35	FUNDO COVID-33	C.O.P.A. VERA CRUZ-MOTAEL	BNCTTLDI	249800	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Dili
800120000044/36	FUNDO COVID-34	C.O.P.A VERACRUZ-VILA VERDE	BNCTTLDI	607600	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Dili

Pagamento Subsidio Uma Kain - Municipio Ermera

TransactionId	DebtorName	CreditorName	Creditor BIC	Amount	Details
800120000051/1	FUNDO COVID-19	SUCO ATARA	BNCTTLDI	147,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ermera
800120000051/2	FUNDO COVID-19	SUCO BABOE-CRAIC	BNCTTLDI	116,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ermera
800120000051/3	FUNDO COVID-19	SUCO BABOE LETEN	BNCTTLDI	73,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ermera
800120000051/4	FUNDO COVID-19	SUCO BATUMANO	BNCTTLDI	57,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ermera
800120000051/5	FUNDO COVID-19	SUCO LASAUN	BNCTTLDI	74,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ermera
800120000051/6	FUNDO COVID-19	SUCO LACLO	BNCTTLDI	129,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ermera
800120000051/7	FUNDO COVID-19	SUCO LAUBONU	BNCTTLDI	38,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ermera
800120000051/8	FUNDO COVID-19	SUCO LEIMEA LETEN	BNCTTLDI	118,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ermera
800120000051/9	FUNDO COVID-19	SUCO MALABE	BNCTTLDI	91,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ermera
800120000051/10	FUNDO COVID-19	SUCO OBULO	BNCTTLDI	91,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ermera
800120000051/11	FUNDO COVID-19	SUCO PARAMI	BNCTTLDI	83,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ermera
800120000051/12	FUNDO COVID-19	SUCO TIARLELO	BNCTTLDI	26,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ermera
800120000051/13	FUNDO COVID-19	SUCO ESTADO	BNCTTLDI	188,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ermera
800120000051/14	FUNDO COVID-19	SUCO HUMBOE	BNCTTLDI	115,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ermera
800120000051/15	FUNDO COVID-19	SUCO LAUALA	BNCTTLDI	118,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ermera
800120000051/16	FUNDO COVID-19	SUCO LEGUIMEA	BNCTTLDI	138,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ermera
800120000051/17	FUNDO COVID-19	SUCO MIRTUTU	BNCTTLDI	130,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ermera
800120000051/18	FUNDO COVID-19	SUCO POETETE	BNCTTLDI	428,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ermera
800120000051/19	FUNDO COVID-19	SUCO PONILALA	BNCTTLDI	192,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ermera
800120000051/20	FUNDO COVID-19	SUCO RAIMERHEI	BNCTTLDI	117,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ermera
800120000051/21	FUNDO COVID-19	SUCO RIHEU	BNCTTLDI	127,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ermera
800120000051/22	FUNDO COVID-20	SUCO TALIMORO	BNCTTLDI	150,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ermera
800120000051/23	FUNDO COVID-21	SUCO AILELO	BNCTTLDI	95,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ermera
800120000051/24	FUNDO COVID-22	SUCO SARE/ACULAU	BNCTTLDI	107,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ermera
800120000051/25	FUNDO COVID-23	SUCO FATUBOLU	BNCTTLDI	239,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ermera
800120000051/26	FUNDO COVID-24	SUCO FATUBESI	BNCTTLDI	239,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ermera
800120000051/27	FUNDO COVID-25	SUCO HATOLIA VILA	BNCTTLDI	179,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ermera
800120000051/28	FUNDO COVID-26	SUCO COLIATE/LEOTELO	BNCTTLDI	227,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ermera
800120000051/29	FUNDO COVID-27	SUCO LEIMEA KRAIK	BNCTTLDI	68,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ermera
800120000051/30	FUNDO COVID-28	SUCO LEIMEA SORIN BALU	BNCTTLDI	39,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ermera
800120000051/31	FUNDO COVID-29	SUCO LISAPAT	BNCTTLDI	252,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ermera
800120000051/32	FUNDO COVID-30	SUCO MANUSAE	BNCTTLDI	247,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ermera
800120000051/33	FUNDO COVID-31	SUCO MAU-UBU	BNCTTLDI	95,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ermera
800120000051/34	FUNDO COVID-32	SUCO SAMARA	BNCTTLDI	36,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ermera
800120000051/35	FUNDO COVID-33	SUCO URAHOU	BNCTTLDI	160,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ermera
800120000051/36	FUNDO COVID-34	SUCO DUCURAI	BNCTTLDI	241,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ermera
800120000051/37	FUNDO COVID-35	SUCO ERAULO	BNCTTLDI	100,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ermera
800120000051/38	FUNDO COVID-36	SUCO GOULOLO	BNCTTLDI	75,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ermera

800120000051/39	FUNDO COVID-37	SUCO HATUGAU	BNCTTLDI	93,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ermera
800120000051/40	FUNDO COVID-38	SUCO CATRAI-CRAIC	BNCTTLDI	109,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ermera
800120000051/41	FUNDO COVID-39	SUCO CATRAILETEN	BNCTTLDI	161,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ermera
800120000051/42	FUNDO COVID-40	SUCO LAUANA	BNCTTLDI	163,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ermera
800120000051/43	FUNDO COVID-41	SUCO HAUPU	BNCTTLDI	231,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ermera
800120000051/44	FUNDO COVID-42	SUCO FATUQUERO	BNCTTLDI	90,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ermera
800120000051/45	FUNDO COVID-43	SUCO LIHU	BNCTTLDI	69,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ermera
800120000051/46	FUNDO COVID-44	SUCO MATATA	BNCTTLDI	80,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ermera
800120000051/47	FUNDO COVID-45	SUCO DELECO	BNCTTLDI	20,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ermera
800120000051/48	FUNDO COVID-46	SUCO RAILAKO KRAIK	BNCTTLDI	74,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ermera
800120000051/49	FUNDO COVID-47	SUCO RAILAKO LETEN	BNCTTLDI	73,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ermera
800120000051/50	FUNDO COVID-48	SUCO SAMALETE	BNCTTLDI	71,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ermera
800120000051/51	FUNDO COVID-49	SUCO TARACO	BNCTTLDI	36,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ermera
800120000051/52	FUNDO COVID-50	SUCO TOCOLULI	BNCTTLDI	78,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Ermera

Pagamento Subsido Uma Kain - Municipio Lautem

TransactionId	DebtorName	CreditorName	Creditor BIC	Amount	Details
800120000046/1	FUNDO COVID-19	CONTA OFF.SUCO ILIOMAR 1	BNCTTLDI	85,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Lautem
800120000046/2	FUNDO COVID-19	CONTA OFF.SUCO ILIOMAR 2	BNCTTLDI	74,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Lautem
800120000046/3	FUNDO COVID-19	CONTA OFF.SUCO AELEBERE	BNCTTLDI	55,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Lautem
800120000046/4	FUNDO COVID-19	CONTA OFF.SUCO FUAT	BNCTTLDI	41,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Lautem
800120000046/5	FUNDO COVID-19	CONTA OFF. SUCO CAENLIO	BNCTTLDI	77,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Lautem
800120000046/6	FUNDO COVID-19	CONTA OFF.SUKU TIRILOLO	BNCTTLDI	87,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Lautem
800120000046/7	FUNDO COVID-19	CONTA OFF.SUKU BADURO	BNCTTLDI	70,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Lautem
800120000046/8	FUNDO COVID-19	CONTA OFF. SUKU COM	BNCTTLDI	168,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Lautem
800120000046/9	FUNDO COVID-19	CONTA OFF. SUCO DAUDERE	BNCTTLDI	115,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Lautem
800120000046/10	FUNDO COVID-19	CONTA OFF.SUKU EUQISI	BNCTTLDI	64,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Lautem
800120000046/11	FUNDO COVID-19	CONTA OFF. SUKU ILILAI	BNCTTLDI	51,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Lautem
800120000046/12	FUNDO COVID-19	CONTA OFFICIAL SUKU MAINA 1	BNCTTLDI	88,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Lautem
800120000046/13	FUNDO COVID-19	CONTA OFF. SUKU MAINA 2	BNCTTLDI	106,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Lautem
800120000046/14	FUNDO COVID-19	CONTA OFF. SUKU PAIRARA	BNCTTLDI	120,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Lautem
800120000046/15	FUNDO COVID-19	CONTA OFF. SUKU PARLAMENTO	BNCTTLDI	138,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Lautem
800120000046/16	FUNDO COVID-19	CONTA OFF. SUKU SERELAU	BNCTTLDI	73,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Lautem
800120000046/17	FUNDO COVID-19	CONTA OFF. SUKU BAURO	BNCTTLDI	158,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Lautem
800120000046/18	FUNDO COVID-19	CONTA OFF. SUKU CACAVEI	BNCTTLDI	82,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Lautem
800120000046/19	FUNDO COVID-19	CONTA OFFICIAL SUKU FUILORO	BNCTTLDI	597,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Lautem
800120000046/20	FUNDO COVID-19	CONTA OFFICIAL SUKU HOME	BNCTTLDI	128,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Lautem
800120000046/21	FUNDO COVID-19	CONTA OFFICIAL SUKU LEURO	BNCTTLDI	58,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Lautem
800120000046/22	FUNDO COVID-20	CONTA OFF. SUCO LORE 1	BNCTTLDI	160,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Lautem
800120000046/23	FUNDO COVID-21	CONTA OFF. SUKU LORE 2	BNCTTLDI	67,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Lautem
800120000046/24	FUNDO COVID-22	CONTA OFF. SUKU MUAPITINE	BNCTTLDI	108,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Lautem
800120000046/25	FUNDO COVID-23	CONTA OFF. SUKU RACA	BNCTTLDI	79,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Lautem
800120000046/26	FUNDO COVID-24	CONTA OFF. SUKU SOURO	BNCTTLDI	171,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Lautem
800120000046/27	FUNDO COVID-25	CONTA OFF. SUKU AFABUBU	BNCTTLDI	32,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Lautem
800120000046/28	FUNDO COVID-26	CONTA OFF. SUCO BARICafa	BNCTTLDI	63,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Lautem
800120000046/29	FUNDO COVID-27	CONTA OFF. SUKU KOTAMUTU	BNCTTLDI	112,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Lautem
800120000046/30	FUNDO COVID-28	CONTA OFF. SUKU LACAva	BNCTTLDI	35,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Lautem
800120000046/31	FUNDO COVID-29	CONTA OFF. SUKU LURO	BNCTTLDI	139,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Lautem
800120000046/32	FUNDO COVID-30	CONTA OFF. SUKU WAIROQUE	BNCTTLDI	62,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Lautem
800120000046/33	FUNDO COVID-31	CONTA OFF. SUCO MEHARA	BNCTTLDI	129,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Lautem
800120000046/34	FUNDO COVID-32	CONTA OFF. SUKU TUTUALA	BNCTTLDI	87,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Lautem

Pagamento Subsidio Uma Kain - Municipio Liquica

TransactionId	DebtorName	CreditorName	Creditor BIC	Amount	Details
800120000045/1	FUNDO COVID-19	FUN.FI.HO OP.S. FAHILEBO	BNCTTLDI	60200	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Liquica
800120000045/2	FUNDO COVID-19	FUN.FI.HO OP.S. FATUMASI	BNCTTLDI	104200	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Liquica
800120000045/3	FUNDO COVID-19	FUN.FI.HO OP.S. LAUHATA	BNCTTLDI	202200	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Liquica
800120000045/4	FUNDO COVID-19	FUN.FI.HO OP.S. LEOREMA	BNCTTLDI	354800	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Liquica
800120000045/5	FUNDO COVID-19	FUN.FI.HO OP. S. MAUMETA	BNCTTLDI	179200	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Liquica
800120000045/6	FUNDO COVID-19	FUN.FI.HO OP.S. METAGOU	BNCTTLDI	115400	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Liquica
800120000045/7	FUNDO COVID-19	FUN.FI.HO OP.S. MOTA ULUN	BNCTTLDI	126800	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Liquica
800120000045/8	FUNDO COVID-19	FUN. FI. HO OP. S. TIBAR	BNCTTLDI	283600	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Liquica
800120000045/9	FUNDO COVID-19	FUN.FI.HO OP. S. ULMERA	BNCTTLDI	186400	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Liquica
800120000045/10	FUNDO COVID-19	FUN.FI.HO OP.S. ASUMANO	BNCTTLDI	117400	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Liquica
800120000045/11	FUNDO COVID-19	FUN.FI.HO OP.S. DARULETE	BNCTTLDI	106200	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Liquica
800120000045/12	FUNDO COVID-19	FUN.FI.HO OP.S DATO	BNCTTLDI	461400	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Liquica
800120000045/13	FUNDO COVID-19	FUN.F.HO O.S. HATUQUESSI	BNCTTLDI	270000	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Liquica
800120000045/14	FUNDO COVID-19	FUN.FI.HO OP.S. LEOTALA	BNCTTLDI	159600	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Liquica
800120000045/15	FUNDO COVID-19	FUN.FI.HO OP.S. LOIDAHAR	BNCTTLDI	128800	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Liquica
800120000045/16	FUNDO COVID-19	FUN.FI.HO OP.S. LUCULAI	BNCTTLDI	66200	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Liquica
800120000045/17	FUNDO COVID-19	FUN.FI. HO OP.S. GUGLEUR	BNCTTLDI	221600	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Liquica
800120000045/18	FUNDO COVID-19	FUN.FI.HO OP. S. GUICO	BNCTTLDI	104400	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Liquica
800120000045/19	FUNDO COVID-19	FUN. FI.HO OP. S. LISADILA	BNCTTLDI	157000	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Liquica
800120000045/20	FUNDO COVID-19	FUN. FI. HO OP. S. MBL	BNCTTLDI	113800	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Liquica
800120000045/21	FUNDO COVID-19	FUN.FI.HO OP.S.VATUBORO	BNCTTLDI	143000	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Liquica
800120000045/22	FUNDO COVID-20	FUN.FI. HO OP. S. VATUVOU	BNCTTLDI	251000	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Liquica
800120000045/23	FUNDO COVID-21	FUN.FI.HO O.S. VAVIQUINIA	BNCTTLDI	158200	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Liquica

Pagamento Subsidio Uma Kain - Municipio Manatuto

TransactionId	DebtorName	CreditorName	Creditor BIC	Amount	Details
800120000048/1	FUNDO COVID-19	CONTA O SUCO ABAT OAN	BNCTTLDI	72800	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Manatuto
800120000048/1	FUNDO COVID-19	CONTA O SUCO AUBEON	BNCTTLDI	67200	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Manatuto
800120000048/1	FUNDO COVID-19	CONTA O SUCO BARIQUE	BNCTTLDI	33600	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Manatuto
800120000048/1	FUNDO COVID-19	CONTA O SUCO MANEHAT	BNCTTLDI	26200	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Manatuto
800120000048/1	FUNDO COVID-19	SUKU SIKONE DILOLI	BNCTTLDI	36600	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Manatuto
800120000048/1	FUNDO COVID-19	CONTA O SUCO UMABOKO	BNCTTLDI	85200	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Manatuto
800120000048/1	FUNDO COVID-19	CONTA O SUCO HOHORAI	BNCTTLDI	62000	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Manatuto
800120000048/1	FUNDO COVID-19	CONTA O SUCO LACUMESAC	BNCTTLDI	141400	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Manatuto
800120000048/1	FUNDO COVID-19	SUKU LAICORE	BNCTTLDI	35200	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Manatuto
800120000048/1	FUNDO COVID-19	CONTA O SUCO UMA-CADUAC	BNCTTLDI	234000	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Manatuto
800120000048/1	FUNDO COVID-19	CONTA O SUCO UMA-NARUC	BNCTTLDI	81200	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Manatuto
800120000048/1	FUNDO COVID-19	CONTA O SUCO BATARA	BNCTTLDI	109800	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Manatuto
800120000048/1	FUNDO COVID-19	CONTA O S FATUMAQUEREC	BNCTTLDI	68400	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Manatuto
800120000048/1	FUNDO COVID-19	CONTA OFOCIAL SUCO FUNAR	BNCTTLDI	80000	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Manatuto
800120000048/1	FUNDO COVID-19	CONTA O SUCO MANELIMA	BNCTTLDI	112200	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Manatuto
800120000048/1	FUNDO COVID-19	CONTA O SUCO ORLALAN	BNCTTLDI	235800	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Manatuto
800120000048/1	FUNDO COVID-19	CONTA O SUCO SANANAIN	BNCTTLDI	49800	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Manatuto
800120000048/1	FUNDO COVID-19	CONTA OFICIAL SUCOCAIRUI	BNCTTLDI	134200	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Manatuto
800120000048/1	FUNDO COVID-19	CONTA O SUCO HATURALAN	BNCTTLDI	64000	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Manatuto
800120000048/1	FUNDO COVID-19	CONTA OFICIAL SUCO LIFAU	BNCTTLDI	73600	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Manatuto
800120000048/1	FUNDO COVID-19	CONTA O SUCO AILILI	BNCTTLDI	108400	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Manatuto
800120000048/1	FUNDO COVID-20	CONTA O SUCO AITEAS	BNCTTLDI	226000	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Manatuto
800120000048/1	FUNDO COVID-21	CONTA O SUCO KRIBAS	BNCTTLDI	148000	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Manatuto
800120000048/1	FUNDO COVID-22	CONTA O SUCO ILIHEU	BNCTTLDI	115800	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Manatuto
800120000048/1	FUNDO COVID-23	CONTA O SUCO MA'ABAT	BNCTTLDI	47600	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Manatuto
800120000048/1	FUNDO COVID-24	CONTA OFOCIAL SUCO SAU	BNCTTLDI	176800	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Manatuto
800120000048/1	FUNDO COVID-25	CONTA O SUCO FATUMAKEREC	BNCTTLDI	25200	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Manatuto
800120000048/1	FUNDO COVID-26	CONTA O SUCO LEOHAT	BNCTTLDI	38400	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Manatuto
800120000048/1	FUNDO COVID-27	CONTA O SUCO MANLALA	BNCTTLDI	45600	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Manatuto
800120000048/1	FUNDO COVID-28	CONTA O SUCO MANUFAHI	BNCTTLDI	31000	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Manatuto
800120000048/1	FUNDO COVID-29	CONTA O SUCO SAMORO	BNCTTLDI	21600	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Manatuto

Pagamento Subsídio Uma Kain - Município Manufahi

TransactionId	DebtorName	CreditorName	Creditor BIC	Amount	Details
800120000049/1	FUNDO COVID-19	CON O P A ALAS SC AITUHA	BNCTTLDI	36,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Manufahi
800120000049/2	FUNDO COVID-19	CON O P A ALAS SUCO DOTIK	BNCTTLDI	91,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Manufahi
800120000049/3	FUNDO COVID-19	CON O P A AL SC MAHAQUIDAN	BNCTTLDI	112,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Manufahi
800120000049/4	FUNDO COVID-19	CON O P A AL SC TAITUDAC	BNCTTLDI	111,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Manufahi
800120000049/5	FUNDO COVID-19	CON O P A AL SC UMABERLOIK	BNCTTLDI	86,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Manufahi
800120000049/6	FUNDO COVID-19	CON O P A FTBRLIU SC BUBUSUS	BNCTTLDI	54,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Manufahi
800120000049/7	FUNDO COVID-19	CON O P A FTBRLIU SC CAICASA	BNCTTLDI	52,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Manufahi
800120000049/8	FUNDO COVID-19	CON O P A FTBL SC CLACUC	BNCTTLDI	143,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Manufahi
800120000049/9	FUNDO COVID-19	CON O P A FTBRLIU SC FAHINEHAN	BNCTTLDI	79,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Manufahi
800120000049/10	FUNDO COVID-19	CON O P A FTBRLIU SC FATU KAH	BNCTTLDI	117,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Manufahi
800120000049/11	FUNDO COVID-19	CON O P A SM SUCO BABULO	BNCTTLDI	224,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Manufahi
800120000049/12	FUNDO COVID-19	CON O P A S SM SUCO BETANO	BNCTTLDI	396,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Manufahi
800120000049/13	FUNDO COVID-19	CON O P A SM SUCO DAISUA	BNCTTLDI	183,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Manufahi
800120000049/14	FUNDO COVID-19	CON O P A SM SUCO GROTU	BNCTTLDI	60,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Manufahi
800120000049/15	FUNDO COVID-19	CON O P A SM SUCO HOLARUA	BNCTTLDI	343,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Manufahi
800120000049/16	FUNDO COVID-19	CON O P A SM SUCO LETEFOHO	BNCTTLDI	319,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Manufahi
800120000049/17	FUNDO COVID-19	CON O P A SM SUCO ROTUTO	BNCTTLDI	73,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Manufahi
800120000049/18	FUNDO COVID-19	CON O P A SM SC TUTULURO	BNCTTLDI	103,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Manufahi
800120000049/19	FUNDO COVID-19	CON O P A TRC SUCO AITEMUA	BNCTTLDI	41,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Manufahi
800120000049/20	FUNDO COVID-19	CON O P A TURISCAI SC BEREMANA	BNCTTLDI	42,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Manufahi
800120000049/21	FUNDO COVID-19	CON O P A TRC SC CAIMUAC	BNCTTLDI	64,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Manufahi
800120000049/22	FUNDO COVID-20	CON O P A TRC SC FATUCALO	BNCTTLDI	21,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Manufahi
800120000049/23	FUNDO COVID-21	CON O P A TRC SC FOHOLAU	BNCTTLDI	17,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Manufahi
800120000049/24	FUNDO COVID-22	CON O P A TRC SC LESUATA	BNCTTLDI	21,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Manufahi
800120000049/25	FUNDO COVID-23	CON O P A TRC SC LIURAI	BNCTTLDI	43,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Manufahi
800120000049/26	FUNDO COVID-24	CON O P A TRC SC MANUMERA	BNCTTLDI	62,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Manufahi
800120000049/27	FUNDO COVID-25	CON O P A TRC SC MATOREC	BNCTTLDI	24,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Manufahi
800120000049/28	FUNDO COVID-26	CON O P A TRC SC MINDELO	BNCTTLDI	33,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Manufahi
800120000049/29	FUNDO COVID-27	CON O P A TRC SUCO ORANA	BNCTTLDI	39,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Município Manufahi

Pagamento Subsidio Uma Kain - Municipio Viqueque

TransactionId	DebtorName	CreditorName	Creditor BIC	Amount	Details
800120000050/1	FUNDO COVID-19	C.O.P.A LACLUTA S. AHIC	BNCTTLDI	98200	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Viqueque
800120000050/2	FUNDO COVID-19	C.O.P.A LACLUTA S. DILOR	BNCTTLDI	98200	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Viqueque
800120000050/3	FUNDO COVID-19	C.O.P.A LACLUTA S. LALINE	BNCTTLDI	92400	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Viqueque
800120000050/4	FUNDO COVID-19	C.O.P.A.LAC.SUC. UMA TOLU	BNCTTLDI	134000	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Viqueque
800120000050/5	FUNDO COVID-19	C.O.P.A. OSSU S. BUILALE	BNCTTLDI	91200	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Viqueque
800120000050/6	FUNDO COVID-19	SUCO BUILO	BNCTTLDI	55800	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Viqueque
800120000050/7	FUNDO COVID-19	C.O.P.A.O SUCO LIARUCA	BNCTTLDI	85600	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Viqueque
800120000050/8	FUNDO COVID-19	C.O.P.A.O SUCO LOIHUNO	BNCTTLDI	105200	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Viqueque
800120000050/9	FUNDO COVID-19	C.O.P.A.O OSSU NAHARECA	BNCTTLDI	114400	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Viqueque
800120000050/10	FUNDO COVID-19	C.O.P.A.O SUCO OSSOROA	BNCTTLDI	106400	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Viqueque
800120000050/11	FUNDO COVID-19	C.O.P.A OSSU S.O.D CIMA	BNCTTLDI	221400	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Viqueque
800120000050/12	FUNDO COVID-19	C.O.P.A.O SUCO UABUBO	BNCTTLDI	149800	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Viqueque
800120000050/13	FUNDO COVID-19	C.O.P.A.O SUCO UAGUIA	BNCTTLDI	81400	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Viqueque
800120000050/14	FUNDO COVID-19	C.O.P.A.O SUCO UAIBOBO	BNCTTLDI	80400	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Viqueque
800120000050/15	FUNDO COVID-19	C.O.P.A UAT S AFALOICAI	BNCTTLDI	229600	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Viqueque
800120000050/16	FUNDO COVID-19	C.O.P.A UAT SUCO BABULO	BNCTTLDI	172000	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Viqueque
800120000050/17	FUNDO COVID-19	C.O.P.A.U SUCO MACADIQUE	BNCTTLDI	325600	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Viqueque
800120000050/18	FUNDO COVID-19	C.O.P.A.U SUCO MATAHOI	BNCTTLDI	257200	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Viqueque
800120000050/19	FUNDO COVID-19	C.O.P.A.U SUCO UAITAME	BNCTTLDI	84400	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Viqueque
800120000050/20	FUNDO COVID-19	C.O.P.A UAT. SUCO VESSORU	BNCTTLDI	90000	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Viqueque
800120000050/21	FUNDO COVID-19	C.O.P.A UC S. AFALOICAI	BNCTTLDI	73000	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Viqueque
800120000050/22	FUNDO COVID-20	C.O.P.A UCB S. BAHATATA	BNCTTLDI	39800	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Viqueque
800120000050/23	FUNDO COVID-21	C.O.P.A UCB S I DE BAIXO	BNCTTLDI	102600	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Viqueque
800120000050/24	FUNDO COVID-22	C.O.P.A UCB S. I. DE CIMA	BNCTTLDI	48400	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Viqueque
800120000050/25	FUNDO COVID-23	C.O.P.A UAT SUCO LOI ULO	BNCTTLDI	39800	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Viqueque
800120000050/26	FUNDO COVID-24	C.O.P.A. UC.S UANI-UMA	BNCTTLDI	88600	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Viqueque
800120000050/27	FUNDO COVID-25	COPAV SUCU BAHALARAN UAIN	BNCTTLDI	215000	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Viqueque
800120000050/28	FUNDO COVID-26	C.O.P.A.V SUCO BIBILEO	BNCTTLDI	130200	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Viqueque
800120000050/29	FUNDO COVID-27	C.O.P.A.V SUCO CARAUBALO	BNCTTLDI	269200	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Viqueque
800120000050/30	FUNDO COVID-28	C.O.P.A.V SUCO FATUDERE	BNCTTLDI	32200	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Viqueque
800120000050/31	FUNDO COVID-29	C.O.P.A.V SUCO LUCA	BNCTTLDI	95000	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Viqueque
800120000050/32	FUNDO COVID-30	C.O.P.A.V SUCO MALURU	BNCTTLDI	58800	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Viqueque
800120000050/33	FUNDO COVID-31	C.O.P.A.V SUCU UAIMORI	BNCTTLDI	99800	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Viqueque
800120000050/34	FUNDO COVID-32	C.O.P.A.V SUCO UMAQUIC	BNCTTLDI	142000	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Viqueque
800120000050/35	FUNDO COVID-33	C.O.PAV SUC UMA UAIN CRAIK	BNCTTLDI	216200	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Viqueque
800120000050/36	FUNDO COVID-34	C.O.P.A.V.S UMAUAINLETEN	BNCTTLDI	128600	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020, Municipio Viqueque

Pagamento Subsidio Uma Kain - RAEOA -Oecusse

TransactionId	DebtorName	CreditorName	Creditor BIC	Amount	Details
800120000147/1	FUNDO COVID-19	BANAFI K. O. PNDS E. S	BNCTTLDI	84,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020 ba RAEOA
800120000147/2	FUNDO COVID-19	BENE-UFE K. O. PNDS E. S	BNCTTLDI	150,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020 ba RAEOA
800120000147/3	FUNDO COVID-19	LELAUFE K. O. PNDS E. S	BNCTTLDI	190,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020 ba RAEOA
800120000147/4	FUNDO COVID-19	SUNI-UFE K. O. PNDS E. S	BNCTTLDI	113,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020 ba RAEOA
800120000147/5	FUNDO COVID-19	USI-TACO K. O. PNDS E. S	BNCTTLDI	161,400.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020 ba RAEOA
800120000147/6	FUNDO COVID-19	BOBOMETO K.O PNDS E. SUCO	BNCTTLDI	414,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020 ba RAEOA
800120000147/7	FUNDO COVID-19	USI-TAQUENO K.O PNDS E. SUCO	BNCTTLDI	58,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020 ba RAEOA
800120000147/8	FUNDO COVID-19	USI-TASAE K.O PNDS E.SUCO	BNCTTLDI	193,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020 ba RAEOA
800120000147/9	FUNDO COVID-19	BOBOCASE K.O PNDS E. SUCO	BNCTTLDI	142,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020 ba RAEOA
800120000147/10	FUNDO COVID-19	COSTA K.O PNDS E. SUCO	BNCTTLDI	810,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020 ba RAEOA
800120000147/11	FUNDO COVID-19	CUNHA K.O PNDS E. SUCO	BNCTTLDI	296,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020 ba RAEOA
800120000147/12	FUNDO COVID-19	LALISUK K.O PNDS E. SUCO	BNCTTLDI	165,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020 ba RAEOA
800120000147/13	FUNDO COVID-19	LIFAU K.O PNDS E.S	BNCTTLDI	164,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020 ba RAEOA
800120000147/14	FUNDO COVID-19	NAIMECO K.O PNDS E. SUCO	BNCTTLDI	235,800.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020 ba RAEOA
800120000147/15	FUNDO COVID-19	NIPANE K.O PNDS E. SUCO	BNCTTLDI	94,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020 ba RAEOA
800120000147/16	FUNDO COVID-19	TAIBOCO K.O PNDS E. SUCO	BNCTTLDI	319,000.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020 ba RAEOA
800120000147/17	FUNDO COVID-19	ABANI K. O. PNDS E. S	BNCTTLDI	335,600.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020 ba RAEOA
800120000147/18	FUNDO COVID-19	MALELAT K. O. PNDS E. S	BNCTTLDI	76,200.00	Subsidio Uma Kain fulan Abril & Maio 2020 ba RAEOA

Anexo 7

Orsamento husi fundus Externa hodi Responde Atividade COVID 19

No	Discrisaun	Fundus	Komprimisiu	Execusaun	Balansu
1	Suporta atividade Departementu Vijilansia Epidemiologia hanesan : 1. Training no Monitoring iha Municipios 2. Internet Modem 3. Printing surveillance and contact Management of Guidelines 4. Hand Sanitizer 5. Telephone credit card for contact tracing B. Suporta atividade Departementu Vijilansia Epidemiologia hanesan : Training no Monitoring iha Municipios	GAVI	124.580.00	57.920.00	66.660.00
3	1. Suporta atividade Diresaun Nasional Controlo Diasos hodi fo orientasaun husi Medico no Parteira oinsa atu fo atendementu no kuidadu ba inan isin rua no inan tuur ahi iha Municipios 2. Suporta orsamento IPC ba atividade iha DNSHE, casu Manajementu no Laboratorium hodi halo Workshop no monitoring 3. Suporta orsamento ba atividade desiminasaun, sensibilizasaun informasaun no prevensaun COVID 19 iha Municipios 4. Suporta orsamento ba Diresaun DNPC hodi halo Evaluasaun, Planeamentu no Monitorisaun iha Municipios konaba COVID 19	UNICEF	40.902.00	40.902.00	-
7	Suporta orsamento ba Diresaun DNCD hodi halo Point of entry's health during Publik Health Emergency International Concern (PHEIC) on COVID 19	WHO	2.340.00	2.340.00	-
Total			167,822.00	101,162.00	66,660.00


Prepara husi


Antonia Amaral
 Official Finansa

Certifika husi


Antonio Viegas
 Chefe Departementu Akontabilidade e Tezouraria

Aprova husi


Marcelo Amaral, SE
 Dir. Nasional Orsamento e Gestaun Financeira



§ 0.15

JORNAL da REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR - LESTE

Número Extraordinário

SUMÁRIO

PARLAMENTO NACIONAL:

Lei N.º 2/2020 de 6 de Abril

Autorização para a Realização de uma Transferência Extraordinária do Fundo Petrolífero 1

LEI N.º 2/2020

de 6 de Abril

AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE UMA TRANSFERÊNCIA EXTRAORDINÁRIA DO FUNDO PETROLÍFERO

As dotações orçamentais temporárias resultantes do regime duodecimal em vigor, calculadas com base apenas na receita fiscal e no saldo da execução orçamental do ano anterior, são insuficientes para cobrir despesas essenciais e garantir, durante o ano financeiro de 2020, até à aprovação do Orçamento Geral do Estado de 2020, o exercício das funções soberanas do Estado nas áreas da justiça, da segurança e da defesa, o cumprimento das suas obrigações legais e contratuais e a prestação de serviços mínimos de proteção social, como o pagamento de pensões e subvenções públicas, nomeadamente aos antigos Combatentes da Libertação nacional, aos mais idosos e às beneficiárias do programa Bolsa da Mãe.

Acresce que, a situação excecional que se vive no mundo em resultado da emergência de saúde pública provocada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), a qual determinou a declaração do estado de emergência no nosso país, após autorização pelo Parlamento Nacional, exige a adoção de medidas de prevenção e combate à doença COVID-19.

Neste quadro, e com vista a reforçar as receitas, autoriza-se a realização de uma transferência extraordinária do Fundo

Petrolífero para o Orçamento Geral do Estado, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 9/2005, de 3 de agosto, alterada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de setembro.

Esta transferência, no valor de duzentos e cinquenta milhões de dólares americanos, garantirá, durante a vigência do regime duodecimal de execução orçamental, condições financeiras suficientes para o funcionamento da Administração Pública bem como a cobertura das despesas relativas às medidas de prevenção e combate à COVID-19.

Assim, o Parlamento Nacional decreta, nos termos do artigo 92.º e do n.º 1 do artigo 95.º da Constituição da República, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Objeto

A presente lei aprova a realização de uma transferência extraordinária do Fundo Petrolífero, destinada à cobertura de despesas a realizar durante o ano financeiro de 2020.

Artigo 2.º Autorização de realização de uma transferência extraordinária do Fundo Petrolífero

O Gestor Operacional fica autorizado a realizar uma transferência extraordinária do Fundo Petrolífero para a conta única do Orçamento Geral do Estado, no valor de US \$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares americanos), a partir da data da entrada em vigor da presente lei.

Artigo 3.º Finalidades da transferência extraordinária

1. O valor referido no artigo anterior destina-se a:

- a) Financiar as despesas relativas às medidas de prevenção e combate à doença COVID-19, no âmbito do Fundo COVID-19, no montante de US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares americanos);
- b) Financiar a Conta Geral do Tesouro até ao montante máximo de US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares americanos).

2. Do montante alocado às despesas previstas na alínea a) do número anterior, é atribuído o valor de US\$ 500,000 (quinhentos mil dólares americanos) ao Parlamento Nacional, para desenvolvimento de políticas e programas no âmbito da prevenção e combate à COVID-19.

Artigo 4.º
Regras de execução

Os limites consagrados no n.º 1 do artigo 31.º e no n.º 1 do artigo 38.º da Lei n.º 13/2009, de 21 de outubro, na sua redação atual, não se aplicam à execução das verbas previstas na alínea a) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo anterior.

Artigo 5.º
Fundo COVID-19

1. É criado o Fundo COVID-19, doravante designado por Fundo.
2. O Fundo tem por finalidade financiar as despesas relacionadas com a prevenção e o combate à doença COVID-19, nomeadamente:
 - a) Aquisição de medicamentos, materiais e equipamentos médicos utilizados na prevenção e combate do vírus SARS-Cov-2 e da doença COVID-19, incluindo a contratação de serviços de transporte aéreo, quando necessário;
 - b) Instalação e manutenção dos lugares destinados à realização de quarentena e isolamento;
 - c) Formação e operacionalização dos profissionais envolvidos na prevenção e combate do vírus SARS-Cov-2 e da doença COVID-19;
 - d) Aquisição e fornecimento de bens essenciais;
 - e) Proteção social às vítimas do vírus SARS-Cov-2 e da doença COVID-19;
 - f) Outras despesas não referidas nas alíneas anteriores relacionadas com as finalidades descritas.
3. A entidade responsável pelas operações e administração do Fundo é o Conselho de Gestão, sem prejuízo das competências do membro do Governo responsável pela área das finanças, nos termos da legislação de finanças públicas, e do membro do Governo responsável pela área da saúde, nos termos da legislação da saúde.
4. O Conselho de Gestão do Fundo é composto pelo membro do Governo responsável pela área das finanças, que preside, pelo membro do Governo responsável pela área da saúde e pelo membro do Governo responsável pela área dos negócios estrangeiros.
5. Constituem receitas do Fundo:
 - a) Transferências do Fundo Petrolífero;

- b) Dotações que lhe sejam atribuídas pelo Orçamento Geral do Estado;
- c) Transferências e doações de entidades nacionais e estrangeiras;
- d) Quaisquer outros bens, rendimentos ou receitas que lhe sejam atribuídos.

6. O Conselho de Gestão é competente para proceder às alterações das dotações atribuídas às atividades a financiar pelo Fundo, dentro dos limites da dotação total autorizada pelo Parlamento Nacional e no respeito pelas respetivas finalidades.

7. O Fundo COVID-19 é regulamentado pelo Governo.

Artigo 6.º
Integração no Orçamento Geral do Estado para 2020

A transferência efetuada ao abrigo da presente lei é obrigatoriamente integrada na lei do Orçamento Geral do Estado para 2020 que vier a ser aprovada.

Artigo 7.º
Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em 2 de abril de 2020.

O Presidente do Parlamento Nacional,

Arão Noé de Jesus da Costa Amaral

Promulgada em 6 de abril de 2020.

Publique-se.

O Presidente da República,

Francisco Guterres Lú Olo



JORNAL da REPÚBLICA

§ 0.15

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR - LESTE

Número Extraordinário

SUMÁRIO

PARLAMENTO NACIONAL :

Lei N.º 5/2020 de 30 de Junho

Autoriza a realização da segunda transferência extraordinária do Fundo Petrolífero no ano financeiro de 2020 e procede à primeira alteração à Lei n.º 2/2020, de 6 de abril, sobre Autorização para a Realização de uma Transferência Extraordinária do Fundo Petrolífero 1

LEI N.º 5/2020

de 30 de Junho

AUTORIZA A REALIZAÇÃO DA SEGUNDA TRANSFERÊNCIA EXTRAORDINÁRIA DO FUNDO PETROLÍFERO NO ANO FINANCEIRO DE 2020 E PROCEDE À PRIMEIRA ALTERAÇÃO À LEI N.º 2/2020, DE 6 DE ABRIL, SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE UMA TRANSFERÊNCIA EXTRAORDINÁRIA DO FUNDO PETROLÍFERO

Tendo em conta que não foi ainda aprovado o Orçamento Geral do Estado para 2020, e atendendo à necessidade de realização de despesas urgentes e imprevistas em resultado da pandemia da doença COVID-19, a receita recolhida pelo Estado até à presente data, durante o ano financeiro de 2020, composta pela receita fiscal e pelo saldo da execução orçamental do ano anterior, bem como pela transferência extraordinária do Fundo Petrolífero no valor de USD \$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares americanos), autorizada pela Lei n.º 2/2020, de 6 de abril, é insuficiente para financiar despesas essenciais e garantir o exercício das funções

soberanas do Estado, o cumprimento das suas obrigações legais e contratuais e a prestação de serviços mínimos de proteção social.

Neste quadro, e com vista a reforçar as receitas do Estado durante o presente ano, autoriza-se uma nova transferência extraordinária do Fundo Petrolífero para o Orçamento Geral do Estado, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 7.º da Lei n.º 9/2005, de 3 de agosto, alterada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de setembro.

Essa transferência, no valor de USD \$286.300.000,00 (duzentos e oitenta e seis milhões e trezentos mil dólares americanos), deverá garantir as condições financeiras suficientes para o funcionamento da Administração Pública até à aprovação do Orçamento Geral do Estado para 2020.

A presente lei procede ainda à primeira alteração à Lei n.º 2/2020, de 6 de abril, que autoriza a realização de uma transferência extraordinária do Fundo Petrolífero no ano financeiro de 2020 e cria o Fundo COVID-19, no sentido de clarificar as finalidades do Fundo.

Assim, o Parlamento Nacional decreta, nos termos do artigo 92.º e do n.º 1 do artigo 95.º da Constituição da República, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º

Objeto

A presente lei aprova a realização de uma transferência extraordinária do Fundo Petrolífero, destinada à cobertura de despesas a realizar durante o ano financeiro de 2020, e procede à primeira alteração à Lei n.º 2/2020, de 6 de abril, sobre Autorização para a Realização de uma Transferência Extraordinária do Fundo Petrolífero.

Artigo 2.º

Autorização de realização de uma transferência extraordinária do Fundo Petrolífero

O Gestor Operacional fica autorizado a realizar uma transferência extraordinária do Fundo Petrolífero para a conta única do Orçamento Geral do Estado, no valor de USD \$286.300.000,00 (duzentos e oitenta e seis milhões e trezentos

mil dólares americanos), a partir da data da entrada em vigor da presente lei.

Artigo 3.º

Finalidades da transferência extraordinária

1. O valor referido no artigo anterior destina-se a:

- a) Financiar o Fundo COVID-19, no montante de USD \$69.500.000,00 (sessenta e nove milhões e quinhentos mil dólares americanos);
- b) Financiar a Conta Geral do Tesouro até ao montante máximo de USD \$216.800.000,00 (duzentos e dezasseis milhões e oitocentos mil dólares americanos).

Artigo 4.º

Integração no Orçamento Geral do Estado para 2020

A transferência efetuada ao abrigo da presente lei é obrigatoriamente integrada na lei do Orçamento Geral do Estado para 2020 que vier a ser aprovada.

Artigo 5.º

Alteração à Lei n.º 2/2020, de 6 de abril

Os artigos 3.º e 5.º da Lei n.º 2/2020, de 6 de abril, passam a ter a seguinte redação:

“Artigo 3.º
[...]

1. [...].

- a) [...];
- b) [...].

2. [Revogado].

Artigo 5.º
[...]

1. [...].

2. [...]:

- a) [...];
- b) [...];
- c) [...];
- d) [...];
- e) [...];
- f) Medidas de apoio económico e de proteção social em resposta às consequências económicas das medidas de prevenção e combate à doença COVID-19 e à crise económica mundial provocada pela pandemia;

g) Medidas de apoio à resiliência socioeconómica das comunidades rurais;

h) Despesas de funcionamento do Fundo e, durante a vigência do estado de emergência declarado pelos Decretos do Presidente da República n.ºs 29/2020, de 27 de março, 32/2020, de 27 de abril, e 35/2020, de 27 de maio, da sala de situação do Centro Integrado de Gestão de Crises;

i) [anterior alínea f)].

3. [...].

4. [...].

5. [...].

6. [...].

7. [...].”

Artigo 6.º

Norma revogatória

É revogado o n.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 2/2020, de 6 de abril.

Artigo 7.º

Produção de efeitos

O artigo 5.º do presente diploma produz efeitos à data da entrada em vigor da Lei n.º 2/2020, de 6 de abril.

Artigo 8.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em 23 de junho de 2020.

O Presidente do Parlamento Nacional,

Aniceto Longuinhos Guterres Lopes

Promulgada em 30 de junho de 2020.

Publique-se.

O Presidente da República,

Francisco Guterres Lú Olo



JORNAL da REPÚBLICA

§ 0.25

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR - LESTE

Número Extraordinário

SUMÁRIO

GOVERNO :

Decreto-Lei N.º 12 /2020 de 14 de Abril

Regulamenta o Fundo COVID-19 1

DECRETO-LEI N.º 12/2020

de 14 de Abril

REGULAMENTA O FUNDO COVID-19

Através da Lei n.º 2/2020, de 6 de abril, o Parlamento Nacional procedeu à criação do Fundo COVID-19, o qual tem por fim financiar as despesas relacionadas com a prevenção e o combate à doença COVID-19, administrando, nomeadamente, uma parte da transferência extraordinária do Fundo Petrolífero autorizada pelo Parlamento Nacional através da mesma lei.

O n.º 7 do artigo 5.º da Lei n.º 2/2020, de 6 de abril, determina que o Fundo COVID-19 é regulamentado pelo Governo, o que é feito através do presente diploma, estabelecendo-o como um fundo autónomo no âmbito do Ministério das Finanças, com segregação contabilística das receitas e despesas em relação ao orçamento deste Ministério, permitindo, assim, maior agilidade e monitorização das despesas realizadas por conta da prevenção e do combate à doença COVID-19. O Fundo é administrado por um Conselho de Gestão, composto pelos membros do Governo responsáveis pelas finanças, saúde e negócios estrangeiros, ao qual cabe aprovar a realização de despesa pelo Fundo, o qual é coadjuvado por um Secretariado Técnico.

Não se pretende, contudo, que o Fundo substitua os membros do Governo na prossecução das suas atribuições, nem a

Comissão Interministerial de Coordenação da Implementação das Medidas de Prevenção e Controlo do Surto do Novo Coronavírus, continuando a caber a esta a definição das medidas prioritárias de prevenção e combate à doença COVID-19 a serem financiadas pelo Fundo.

Assim, o Governo decreta, nos termos do n.º 3 do artigo 115.º da Constituição da República e do n.º 7 do artigo 5.º da Lei n.º 2/2020, de 6 de abril, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º **Objeto**

O presente diploma regulamenta o Fundo COVID-19, doravante designado por Fundo.

Artigo 2.º **Natureza**

1. O Fundo tem a natureza de fundo autónomo, sendo dotado de autonomia administrativa e financeira.
2. O Fundo integra a administração direta do Estado no âmbito do Ministério das Finanças.

Artigo 3.º **Finalidade**

1. O Fundo tem por finalidade financiar as despesas relacionadas com a prevenção e o combate à doença COVID-19, nomeadamente:
 - a) Aquisição de medicamentos, materiais e equipamentos médicos utilizados na prevenção e combate ao vírus SARS-Cov-2 e à doença COVID-19, incluindo a contratação de serviços de transporte aéreo, quando necessário;
 - b) Instalação e manutenção dos lugares destinados à realização de quarentena e isolamento;
 - c) Formação e operacionalização dos profissionais envolvidos na prevenção e combate ao vírus SARS-Cov-2 e à doença COVID-19;
 - d) Aquisição e fornecimento de bens essenciais;

e) Proteção social às vítimas do vírus SARS-Cov-2 e da doença COVID-19;

f) Outras despesas não referidas nas alíneas anteriores relacionadas com as finalidades descritas.

2. As despesas financiadas com verbas do Fundo são executadas por outras entidades públicas.

3. O Fundo pode proceder ao pagamento direto de despesa ou à transferência da verba respetiva para o orçamento da entidade executante para esta proceder ao pagamento.

4. As despesas realizadas durante o ano financeiro de 2020, ainda antes da entrada em funcionamento do Fundo, relacionadas com a prevenção e o combate à doença COVID-19, poderão ser reembolsadas pelo Fundo através da transferência da verba respetiva para o orçamento da entidade que realizou a despesa.

5. O processo de aprovação do financiamento da despesa pelo Fundo é regulado por decreto do Governo.

Artigo 4.º

Apreciação das medidas

1. A Comissão Interministerial de Coordenação da Implementação das Medidas de Prevenção e Controlo do Surto do Novo Coronavírus aprecia as medidas a ser financiadas com verbas do Fundo, tendo em conta a estratégia nacional de prevenção e combate à doença COVID-19.

2. A obrigação prevista no número anterior não se aplica às medidas tomadas antes do início de funcionamento da Comissão Interministerial de Coordenação da Implementação das Medidas de Prevenção e Controlo do Surto do Novo Coronavírus, nem após a sua cessação.

Artigo 5.º

Aprovisionamento e contratação

1. O aprovisionamento e contratação relativos às despesas financiadas com verbas do Fundo são realizados pelas entidades públicas que executam as respetivas medidas, nos termos do Regime Jurídico do Aprovisionamento e do Regime Jurídico dos Contratos Públicos, independentemente do seu valor.

2. Os contratos relativos às despesas financiadas com verbas do Fundo podem prever a produção de efeitos retroativos.

Artigo 6.º

Conselho de Gestão

1. A administração do Fundo cabe ao Conselho de Gestão, o qual é composto pelo membro do Governo responsável pela área das finanças, que preside, pelo membro do Governo responsável pela área da saúde e pelo membro do Governo responsável pela área dos negócios estrangeiros.

2. As funções dos membros do Conselho de Gestão são exercidas em regime de acumulação e não conferem o direito a qualquer acréscimo de remuneração ou regalias.

Artigo 7.º

Funcionamento

1. O Conselho de Gestão reúne sempre que for convocado pelo seu Presidente ou pela maioria dos seus membros.

2. O Conselho de Gestão só pode deliberar quando se encontrem presentes a totalidade dos seus membros.

3. As deliberações do Conselho de Gestão consideram-se aprovadas se obtiverem voto favorável de, pelo menos, dois dos seus membros.

4. As deliberações do Conselho de Gestão são fundamentadas e lavradas em ata.

5. Pode participar nas reuniões do Conselho de Gestão, sem direito a voto, qualquer outra pessoa que o Conselho de Gestão decida convidar.

Artigo 8.º

Competências

1. Compete ao Conselho de Gestão:

a) Aprovar a realização de despesa pelo Fundo, tanto através do pagamento direto de despesa, como de transferência de verbas para os orçamentos de outras entidades;

b) Aprovar os planos de despesa a ser financiada com verbas do Fundo;

c) Aprovar a proposta de orçamento do Fundo;

d) Apresentar informação regular ao Conselho de Ministros e ao Parlamento Nacional sobre a alocação de verbas, execução e saldo;

e) Promover a aprovação das propostas de regulamentos que se revelem necessários ao normal funcionamento do Fundo.

2. O Conselho de Gestão é competente para aprovar despesa sem limite de valor.

Artigo 9.º

Secretariado Técnico

1. O Conselho de Gestão é apoiado por um Secretariado Técnico composto por funcionários e agentes da Administração Pública em regime de requisição.

2. Os membros do Secretariado Técnico são nomeados por despacho do Presidente do Conselho de Gestão, o qual designa, igualmente, o membro que assume as funções de coordenador, o qual é responsável por coordenar os trabalhos do Secretariado Técnico.

3. O exercício de funções no Secretariado Técnico não confere o direito a qualquer acréscimo de remuneração ou regalias, salvo decisão fundamentada do Conselho de Gestão.

Artigo 10.º
Competências

Compete ao Secretariado Técnico:

- a) Analisar a documentação relativa aos pedidos de pagamento;
- b) Preparar as propostas de decisão do Conselho de Gestão e fornecer todos os elementos necessários para este se poder pronunciar;
- c) Preparar as reuniões do Conselho de Gestão;
- d) Redigir relatórios sobre as suas funções;
- e) Realizar outras tarefas que lhe sejam solicitadas pelo Conselho de Gestão.

Artigo 11.º
Apoio técnico, administrativo e logístico

O Ministério das Finanças presta o apoio técnico, administrativo e logístico necessário ao funcionamento do Fundo, do Conselho de Gestão e do Secretariado Técnico.

Artigo 12.º
Receitas

Constituem receitas do Fundo:

- a) Transferências do Fundo Petrolífero;
- b) Dotações que lhe sejam atribuídas pelo Orçamento Geral do Estado;
- c) Transferências e doações de outras entidades nacionais e estrangeiras;
- d) Quaisquer outros rendimentos ou receitas que lhe sejam atribuídos.

Artigo 13.º
Despesas

Constituem despesas do Fundo as resultantes dos encargos e responsabilidades decorrentes da prossecução das suas atividades, incluindo as despesas de gestão e administração.

Artigo 14.º
Gestão financeira

A gestão financeira do Fundo obedece ao regime aplicável aos serviços e fundos autónomos (SFA).

Artigo 15.º
Dissolução do Fundo

Depois da dissolução do Fundo, as verbas remanescentes, se as houver, são transferidas para o Tesouro.

Artigo 16.º
Regime transitório

Até à aprovação da lei do Orçamento Geral do Estado para 2020, a execução orçamental do Fundo é disciplinada por um orçamento provisório preparado pelo Conselho de Gestão e aprovado pelo membro do Governo responsável pela área das finanças.

Artigo 17.º
Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em Conselho de Ministros em 8 de abril de 2020.

O Primeiro-Ministro,

Taur Matan Ruak

A Ministra das Finanças interina,

Sara Lobo Brites

Promulgado em 14 . 4. 2020

Publique-se.

O Presidente da República,

Dr. Francisco Guterres Lú-Olo



JORNAL da REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR - LESTE

§ 0.75

SUMÁRIO

GOVERNO :

Decreto-Lei N.º 19 /2020 de 27 de Maio

Aprova a primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 12/2020, 14 de abril, que regulamenta o Fundo COVID-19 554

Resolução do Governo N.º 14 /2020 de 27 de Maio

Nomeação de Três Membros da Comissão da Função Pública e de entre estes o Presidente desta para o Mandato 2020-2025 558

Diploma Ministerial N.º 23 /2020 de 27 de Maio

Estabelece a sala de situação do Centro Integrado de Gestão de Crises 559

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA :

Diploma Ministerial N.º 24/2020 de 27 de Maio

Isenção Temporária de Pagamento de Renda Respeitante a Imóveis Pertencentes ao Domínio Privado do Estado 563

CONSELHO DE IMPRENSA DE TIMOR - LESTE :

DELIBERAÇÃO 7/2020 de 5 de maio 564

COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES (CNE) :

DELIBERASAUN CNE 05/V/ 2020

Aprovasaun Rezultadu Verifikasaun Relatóriu Prestasaun Kontas Partidus Politiku, Orsamentu Subvensaun Públika Tinan 2019 (Ver Suplemento)

De acordo com as normas de gestão do Fundo COVID-19 que se encontram em vigor, compete à Comissão Interministerial de Coordenação da Implementação das Medidas de Prevenção e Controlo do Surto do Novo Coronavírus apreciar as medidas a serem financiadas com verbas do referido Fundo, tendo em conta a estratégia nacional de prevenção e combate à doença COVID-19, incumbindo a cada entidade pública, de acordo com as respetivas competências, proceder à execução das respetivas medidas, nomeadamente através de atos de contratação pública, os quais se terão de conformar com o Regime Jurídico do Aprovisionamento e com o Regime Jurídico da Contratação Pública.

Constata-se, no entanto, que a aplicação prática das supra referidas regras se vem revelando difícil, já que o volume de trabalho que impende sobre o Ministério da Saúde, na prevenção e controlo do surto de COVID-19, é excessivo, tornando-se premente a intervenção auxiliar dos órgãos e serviços de outros departamentos governamentais, mesmo fora do quadro de atribuições que para os mesmos se encontram previstas no Decreto-Lei n.º 14/2018, de 17 de agosto, que aprovou a orgânica do VIII Governo Constitucional. O facto de nem todos os departamentos governamentais disporem de serviços desconcentrados em todo o território nacional também obstaculiza a que a atuação da administração pública possa conformar-se com os princípios da legalidade e especialidade.

Com a aprovação do presente diploma legal, o Governo procura dar resposta às dificuldades encontradas e que supra se identificaram, através da atribuição ao Conselho de Ministros da competência para, por acordos entre os respetivos departamentos governamentais, transitoriamente permitir que, em casos devidamente justificados, os órgãos de um determinado departamento governamental ou pessoa coletiva pública possam praticar atos cuja competência estaria, em princípio, incluída no quadro de atribuições de um outro departamento governamental ou pessoa coletiva pública.

Finalmente, e reconhecendo a premência de se assegurar maior rapidez na tramitação dos processos de aprovisionamento e na celebração de contratos públicos que visem responder a situações de urgência, procura-se responsabilizar os serviços administrativos dos vários departamentos governamentais pela realização dos procedimentos de aprovisionamento destinados à adjudicação de contratos públicos, cuja despesa seja financiada pelo Fundo COVID-19 e que não exceda um milhão de dólares americanos, bem como para assinarem os contratos adjudicados na sequência da realização dos referidos

DECRETO-LEI N.º 19/2020

de 27 de Maio

APROVA A PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO DECRETO-LEI N.º 12/2020, 14 DE ABRIL, QUE REGULAMENTA O FUNDO COVID-19

Através do Decreto-Lei n.º 12/2020, de 14 de abril, foi aprovada a regulamentação do Fundo COVID-19, o qual foi criado pela Lei n.º 2/2020, de 6 de abril.

procedimentos de aprovisionamento, observado que seja o princípio da segregação de funções.

Com a consagração legal destas medidas, o Governo espera assegurar uma maior responsabilização, flexibilidade e celeridade na execução das medidas de prevenção e controlo de um eventual surto de COVID-19.

Assim, o Governo decreta, nos termos do n.º 3 do artigo 115.º da Constituição da República e do n.º 7 do artigo 5.º da Lei n.º 2/2020, de 6 de abril, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º
Objeto

O presente diploma aprova a primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 12/2020, de 14 de abril, que regulamenta o Fundo COVID-19.

Artigo 2.º
Alteração

Os artigos 4.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 12/2020, de 14 de abril, passam a ter a seguinte redação:

“Artigo 4.º

Apreciação das medidas e competência para a sua execução

1. (...).
2. (...).
3. Para os efeitos prosseguidos neste diploma, os membros do Governo competentes podem, por meio de acordo interinstitucional, que deve constar de deliberação do Conselho de Ministros, atribuir aos órgãos ou serviços de outro departamento governamental ou pessoa coletiva pública o exercício de uma competência administrativa ou a realização de tarefas materiais de administração que visem a prossecução de atribuições de departamento governamental ou de pessoa coletiva pública diversa daquele em que se encontrem integrados.

Artigo 5.º
(...)

1. O aprovisionamento e a contratação relativos às despesas financiadas com verbas do Fundo são realizados pelas entidades públicas que executam as respetivas medidas, nos termos do Regime Jurídico do Aprovisionamento e do Regime Jurídico dos Contratos Públicos, independentemente do seu valor e sem prejuízo do disposto no número seguinte.
2. No cumprimento do princípio da segregação de competências em matéria de aprovisionamento, em procedimentos cujo valor não seja superior a um milhão de dólares norte-americanos, em cada departamento governamental, compete:
 - a) Ao titular do cargo de direção ou chefia de menor grau administrativo com competência na área do

aprovisionamento ou, subsidiariamente, das finanças, autorizar a abertura de procedimentos de aprovisionamento e instruir a respetiva tramitação;

- b) Ao diretor-geral com competência na área das finanças, a adjudicação e a assinatura de contratos públicos.

3. (Anterior n.º 2).,.

Artigo 3.º
Republicação

O Decreto-Lei n.º 12/2020, de 14 de abril, que regulamenta o Fundo COVID-19, é republicado em anexo ao presente diploma, dele fazendo parte para todos os efeitos legais.

Artigo 4.º
Entrada em vigor e produção de efeitos

1. O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.
2. A norma do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 12/2020, de 14 de abril, na redação resultante do artigo 2.º do presente diploma, produz efeitos a partir da data da entrada em vigor do diploma alterado.
3. Os acordos interinstitucionais referidos no n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 12/2020, de 14 de abril, na redação resultante do presente diploma, podem atribuir efeitos retroativos às suas estipulações.

Aprovado em Conselho de Ministros em 8 de maio de 2020.

O Primeiro-Ministro,

Taur Matan Ruak

A Ministra das Finanças interina,

Sara Lobo Brites

Promulgado em 25. 05. 2020

Publique-se.

O Presidente da República,

Dr. Francisco Guterres Lú Olo

CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 38.º
Entrada em vigor

Artigo 32.º
Controlo e responsabilidade financeira

O controlo da execução do Fundo e a responsabilidade financeira ficam sujeitos às regras constantes do Título VI da Lei n.º 13/2009, de 21 de Outubro, sobre Orçamento e Gestão Financeira, com as necessárias adaptações.

O presente Decreto-Lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no Jornal da República.

Aprovado em Conselho de Ministros em 29 de janeiro de 2020.

Artigo 33.º
Extinção do Fundo

A extinção do Fundo não pode por em causa os programas, projetos e atividades em curso, para os quais o financiamento já tenha sido alocado.

O Primeiro-Ministro,

Taur Matan Ruak

Artigo 34.º
Pessoal do Fundo

1. O mapa de pessoal do Secretariado Técnico é aprovado de acordo com a legislação aplicável.
2. Até ao provimento de todos os cargos e postos de trabalho, nos termos da lei, o preenchimento destes realiza-se nos termos do regime jurídico dos contratos de trabalho a termo certo na administração pública.

O Ministro do Ensino Superior, Ciência e Cultura

Longuinhos dos Santos

Promulgado em 6. 4. 2020

Artigo 35.º
Concursos públicos de recrutamento

1. Os concursos públicos para o recrutamento de funcionários e agentes da Administração Pública preveem, obrigatoriamente, um número de vagas para candidatos que tenham beneficiado de bolsas de estudo financiadas pelo Fundo.
2. O número de vagas para os candidatos referido no número anterior não pode ser inferior a 1 vaga por cada 5 vagas existentes em cada concurso.
3. Os candidatos referidos no n.º 1 deste artigo ficam sujeitos aos mesmos procedimentos e meios de seleção dos demais candidatos.
4. A obrigatoriedade prevista no n.º 1 deste artigo mantém-se até dez anos após a extinção do Fundo.

Publique-se.

O Presidente da República,

Dr. Francisco Guterres Lú-Olo

DECRETO DO GOVERNO N.º 7/2020

de 15 de Abril

**PROCESSO DE EXECUÇÃO DA DESPESA PELO
FUNDO COVID-19**

Artigo 36.º
Regulamentação

O Ministro do Ensino Superior, Ciência e Cultura aprova por diploma ministerial a regulamentação do presente decreto-lei.

O Fundo COVID-19 foi criado através da Lei n.º 2/2020, de 6 de abril, para financiar as despesas relacionadas com a prevenção e o combate à doença COVID-19, tendo sido regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 12/2020, de 14 de abril.

Artigo 37.º
Revogação

É revogado o Decreto-Lei n.º 12/2011, de 23 de março.

O n.º 5 do artigo 3.º desse Decreto-Lei prevê que o processo de aprovação do financiamento da despesa pelo Fundo é regulado por decreto do Governo.

Nesse sentido, o presente diploma estabelece as regras de execução da despesa pelo Fundo COVID-19, definindo o procedimento que deve ser seguido pelo Ministérios, órgãos autónomos sem receitas próprias e serviços e fundos autónomos para submeterem ao Fundo os pedidos de pagamento relativos às medidas de prevenção e combate à doença COVID-19 que serão por si executadas.

Assim, o Governo decreta, ao abrigo do n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 12/2020, de 14 de abril, para valer como regulamento, o seguinte:

Artigo 1.º **Objeto**

O presente diploma estabelece as regras de execução da despesa pelo Fundo COVID-19.

Artigo 2.º **Processo de execução da despesa**

1. O Fundo COVID-19 financia as despesas relacionadas com a prevenção e o combate à doença COVID-19 procedendo ao pagamento direto de despesa, ou, em alternativa, caso seja necessário, à transferência da verba respetiva para o orçamento da entidade executante, para esta proceder ao pagamento.
2. O processo de execução da despesa pelo Fundo COVID-19 segue o estabelecido no decreto do governo que aprova as normas que regulam a execução do Orçamento Geral do Estado em vigor, com as adaptações constantes do presente diploma.

Artigo 3.º **Apreciação das medidas**

1. Os Ministérios, os órgãos autónomos sem receitas próprias (OASRP) e os serviços e fundos autónomos (SFA) apresentam à Comissão Interministerial de Coordenação da Implementação das Medidas de Prevenção e Controlo do Surto do Novo Coronavírus, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após a entrada em vigor do presente diploma, o plano de ação das medidas de prevenção e combate à doença COVID-19 a serem executadas por si, incluindo as medidas que já tenham sido executadas e estejam em execução.
2. O plano de ação apresenta cada medida de prevenção e combate à doença COVID-19 a ser executada pelo Ministério, OASRP ou SFA, a calendarização da medida e o seu custo.
3. A Comissão Interministerial de Coordenação da Implementação das Medidas de Prevenção e Controlo do Surto do Novo Coronavírus aprecia os planos de ação apresentados, avaliando a adequação à estratégia nacional de prevenção e combate à doença COVID-19.
4. A Comissão Interministerial de Coordenação da Implementação das Medidas de Prevenção e Controlo do Surto do Novo Coronavírus pode recomendar, sempre que entenda

necessário, a exclusão de algumas medidas e a inclusão de outras nos planos de ação.

Artigo 4.º **Execução das medidas**

1. Os Ministérios, os OASRP e os SFA executam o respetivo plano de ação das medidas de prevenção e combate à doença COVID-19, tendo em conta as recomendações da Comissão Interministerial de Coordenação da Implementação das Medidas de Prevenção e Controlo do Surto do Novo Coronavírus, procedendo à realização dos procedimentos de aprovisionamento, à celebração dos contratos, acordos ou memorandos de entendimento, e à preparação e aprovação ou submissão para aprovação ao Conselho de Ministros dos atos normativos necessários à execução das medidas.
2. Os Ministérios, os OASRP e os SFA são responsáveis por verificar a efetiva entrega dos bens ou realização da prestação de serviços financiados pelo Fundo COVID-19 e por manter um registo permanente, completo e atualizado desses bens e prestações de serviços.

Artigo 5.º **Pedido de cabimentação**

1. Os Ministérios, os OASRP e os SFA apresentam ao Fundo COVID-19 o pedido de cabimentação da despesa relativa a cada medida através da apresentação do Formulário de Pedido de Cabimentação (FPC), constante do Anexo I ao presente diploma e que dele faz parte integrante, assinado pelas pessoas devidamente autorizadas e aprovado pelo responsável máximo ou por quem disponha de competência delegada para o efeito, identificando a atividade de acordo com o plano de ação e o montante que se pretende cabimentar, assim como uma descrição detalhada da compra pública.
2. Os pedidos de cabimentação são apresentados em papel nas instalações do Fundo COVID-19, no edifício do Ministério das Finanças, podendo o Fundo COVID-19 definir que a apresentação dos pedidos seja feita através de meios informáticos.
3. O Fundo COVID-19 comunica ao Ministério, OASRP ou SFA a existência de cabimento da despesa para que este possa realizar o procedimento de aprovisionamento, a celebração do contrato, acordo ou memorando de entendimento, ou a preparação e aprovação ou submissão para aprovação do ato normativo necessários à execução da medida, após verificação da conformidade da medida com o plano de ação, o cumprimento das recomendações da Comissão Interministerial de Coordenação da Implementação das Medidas de Prevenção e Controlo do Surto do Novo Coronavírus e o cumprimento das obrigações legais.

Artigo 6.º **Pedido de pagamento**

1. Os Ministérios, os OASRP e os SFA apresentam ao Fundo

COVID-19 os pedidos de pagamento através da apresentação de um Formulário de Pedido de Pagamento (FPP), constante do Anexo II ao presente diploma e que dele faz parte integrante, assinado pelas pessoas devidamente autorizadas e aprovado pelo responsável máximo ou por quem disponha de competência delegada para o efeito, identificando a atividade de acordo com o plano de ação e o montante que se pretende pagar, acompanhado da documentação necessária.

2. Em caso de necessidade, os pedidos de pagamento, de parte ou da totalidade da despesa, podem ser apresentados antes de verificada a efetiva prestação de serviços ou entrega dos bens.
3. O pedidos de pagamento são acompanhados da documentação prevista no Decreto do Governo n.º 3/2019, de 27 de março, que estabelece as regras relativas à execução do Orçamento Geral do Estado para 2019, sem prejuízo do Fundo COVID-19 dispensar a apresentação de alguns dos documentos previstos nesse diploma ou exigir a apresentação de documentos adicionais.
4. Sem prejuízo do previsto no número anterior, os pedidos de pagamento relativos a aquisições de bens e serviços são acompanhados do respetivo contrato, os pedidos de pagamento relativos a transferências de verbas para instituições não pertencentes à administração pública são acompanhados do respetivo acordo ou memorando de entendimento, nos termos do Decreto do Governo n.º 1/2009, de 18 de fevereiro, e os pedidos de pagamento relativos à atribuição de subsídios, benefícios e prestações sociais são acompanhados do respetivo ato normativo que aprova a atribuição.
5. Os pedidos de pagamento com classificação urgente dão entrada no Fundo COVID-19 3 (três) dias úteis antes da data prevista para o seu pagamento.
5. Os pedidos de pagamento que não cumpram os requisitos estabelecidos são recusados pelo Fundo COVID-19 e devolvidos ao Ministério, OASRP ou SFA.
6. Os pedidos de pagamento são apresentados em papel nas instalações do Fundo COVID-19, no edifício do Ministério das Finanças, podendo o Fundo COVID-19 definir que a apresentação dos pedidos seja feita através de meios informáticos.

Artigo 7.º **Pedido de reembolso**

1. Os Ministérios, os OASRP e os SFA apresentam ao Fundo COVID-19 os pedidos de reembolso das despesas relacionadas com a prevenção e o combate à doença COVID-19 pagas por si antes da entrada em funcionamento do Fundo, através da apresentação de um Formulário de Pedido de Pagamento (FPP), constante do Anexo II ao presente diploma, assinado pelas pessoas devidamente autorizadas e aprovado pelo responsável máximo ou por quem disponha de competência delegada para o efeito, identificando a atividade de acordo com o plano de ação e

o montante que se pretende ver reembolsado, acompanhado da documentação necessária.

2. O pedidos de reembolso são acompanhados da documentação prevista no Decreto do Governo n.º 3/2019, de 27 de março, que estabelece as regras relativas à execução do Orçamento Geral do Estado para 2019, para os pedidos de pagamento, sem prejuízo do Fundo COVID-19 dispensar a apresentação de alguns dos documentos previstos nesse diploma ou exigir a apresentação de documentos adicionais.
3. O Fundo COVID-19 procede à transferência do montante da despesa realizada para o Tesouro, o qual ajusta o montante do orçamento/dotação orçamental do Ministério em conformidade, ou para a conta bancária do OASRP ou SFA.

Artigo 8.º **Autorização de assinaturas**

Os Ministérios, os OASRP e os SFA remetem ao Fundo COVID-19 a indicação dos responsáveis, a sua identificação e respetiva espécime de assinatura, para efeito de validação dos formulários, acompanhadas das respetivas delegações de competência, de acordo com o procedimento previsto no artigo 6.º do Decreto do Governo n.º 3/2019, de 27 de março, que estabelece as regras relativas à execução do Orçamento Geral do Estado para 2019.

Artigo 9.º **Realização do pagamento**

1. O Fundo COVID-19 realiza o pagamento das despesas de acordo com as regras definidas para os SFA no Decreto do Governo n.º 3/2019, de 27 de março, que estabelece as regras relativas à execução do Orçamento Geral do Estado para 2019.
2. Todos os pagamentos são realizados por transferência bancária da conta do Fundo COVID-19 para a conta do beneficiário.

Artigo 10.º **Entrada em vigor**

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho de Ministros de 15 de abril de 2020.

O Primeiro-Ministro,

Taur Matan Ruak

A Ministra das Finanças, interina

Sara Lobo Brites

ANEXO I

FORMULÁRIO DE PEDIDO DE CABIMENTAÇÃO (FPC)

ENTIDADE:	
MEDIDA:	
MONTANTE:	
DATA:	

	PREPARADO POR:	VERIFICADO POR:
ASSINATURA:		
NOME:		
CARGO:		
DATA:		

VALIDADO:		
-----------	--	--

ANEXO II

FORMULÁRIO DE PEDIDO DE PAGAMENTO (FPP)

ENTIDADE:	
MEDIDA:	
MONTANTE:	
DATA:	

	SIM	NÃO	MONTANTE
FPC			
CONTRATO			
INVOICE			
IMPOSTO			
ADIANTAMENTO			
OUTROS DOCUMENTOS:			
NOTAS:			

	PREPARADO POR:	VERIFICADO POR:
ASSINATURA:		
NOME:		
CARGO:		
DATA:		

VALIDADO:		
-----------	--	--



JORNAL da REPÚBLICA

§ 1.25

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR - LESTE

Número Extraordinário

SUMÁRIO

GOVERNO:

Decreto-Lei N.º 15/2020 de 30 de Abril

Apoio Monetário aos Agregados Familiares no Âmbito da Pandemia de Covid-19 1

Decreto-Lei N.º 16/2020 de 30 de Abril

Medidas de Apoio ao Emprego no Âmbito da Pandemia do COVID-19 3

Decreto-Lei N.º 17/2020 de 30 de Abril

Cria um Suplemento Remuneratório para os Funcionários, Agentes e Trabalhadores da Administração Pública que Prestem a Respetiva Atividade Profissional nos Serviços de Prevenção ou Controlo da COVID-19 ou em Condições de Direta Exposição ao Vírus SARS-Cov2 7

Decreto do Governo N.º 8/2020 de 30 de Abril

Medidas de Execução da Declaração do Estado de Emergência Efetuada pelo Decreto do Presidente da República n.º 32/2020, de 27 de abril 9

DECRETO-LEI N.º 15/2020

de 30 de Abril

APOIO MONETÁRIO AOS AGREGADOS FAMILIARES NO ÂMBITO DA PANDEMIA DE COVID-19

Em face da atual pandemia de COVID-19, os Governos de todo o mundo têm vindo a adotar uma ampla gama de medidas de saúde pública e, neste contexto, Timor-Leste não foge à regra, tendo recentemente declarado o Estado de Emergência e consequentemente tomado outras medidas.

No entanto, algumas medidas de saúde pública, baseadas no princípio de “distanciamento social”, nomeadamente as que proibiram a prestação de alguns serviços ou estabeleceram limitações substanciais à sua realização, causaram perturbações sociais e económicas consideráveis, com impacto significativo, não só no imediato, como também a longo prazo, nos meios de subsistência e rendimentos das famílias.

O impacto socioeconómico desta pandemia em Timor-Leste pode ser persistente tendo em conta o potencial para a redução da produção agrícola e o número de famílias dependentes desta, a perda de empregos, o encerramento de negócios, podendo acarretar um aumento acentuado da pobreza com repercussão direta na estabilidade social. É provável que esses impactos durem muito mais do que a crise de saúde imediata, especialmente se nenhuma medida for tomada para resolvê-los.

Timor-Leste utilizou no passado recente, de forma eficiente, prestações sociais em situações de crise para fornecer apoio direto às famílias, ajudar a estimular a economia e promover a solidariedade social, sendo de acreditar que poderá uma vez mais fazê-lo com sucesso. Mais de 45 países em todo o mundo desenvolveram respostas de proteção social específicas para o COVID-19 e outros tantos estão igualmente a procurar fazê-lo.

É neste contexto que o Governo preparou um conjunto de medidas de combate à pobreza e estímulo económico em resultado do impacto das medidas de prevenção e combate à doença COVID-19, nos quais este apoio monetário se insere.

Em Timor-Leste existem aproximadamente 220.000 agregados familiares, dos quais 40% vivem abaixo da linha da pobreza e outros 40% vivem imediatamente acima da mesma. Uma prestação atribuída aos agregados familiares com rendimentos mensais até 500 dólares americanos garante proteção à grande maioria.

O apoio consiste na realização de um pagamento mensal de 100 dólares americanos por agregado familiar. Trata-se de uma intervenção de curto prazo para enfrentar uma ameaça específica aos meios de subsistência, à economia e à sociedade em consequência da pandemia do COVID-19.

Prevê-se que o impacto desta medida no rendimento das famílias seja elevado e que promova um estímulo generalizado

à economia e estabilidade social num momento de incerteza sem precedentes.

Assim, Governo decreta, nos termos das alíneas b), o) e p) do n.º 1 do artigo 115.º e alínea d) do artigo 116.º da Constituição da República, para valer como lei, o seguinte

Secção I
Disposições gerais

Artigo 1.º
Objeto e natureza

1. O presente diploma tem por objeto criar e regular uma prestação de apoio temporário aos “Uma kain” (agregados familiares timorenses), doravante designada de apoio monetário.
2. O apoio monetário tem como objetivo apoiar os “Uma Kain” na resposta às suas necessidades imediatas decorrentes das medidas restritivas relacionadas com a pandemia de COVID-19, bem como na sua recuperação após o levantamento das mesmas.
3. O apoio monetário previsto no presente diploma assume a forma de uma prestação pecuniária periódica, de montante único e de caráter temporário.

Artigo 2.º
Beneficiários

1. Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, são beneficiários do apoio monetário os “Uma kain” que se encontrem registados no “Livro de Registo de Uma Kain” de um dos Sucos do território nacional, nos termos do previsto no Diploma Ministerial n.º 49/2017, de 23 de agosto, do Ministro da Administração Estatal, e que se encontrem em território nacional aquando do pagamento do mesmo.
2. Não beneficiam do apoio monetário os “Uma Kain” em que pelo menos um dos seus elementos aufera mensalmente e de forma regular, rendimentos provenientes de trabalho em instituições públicas ou entidades privadas, de rendimentos empresariais, de rendimentos prediais ou de prestações sociais, provenientes de regimes contributivos, não contributivos ou especiais, em montante mensal superior a 500 dólares americanos.
3. Para efeitos do presente diploma, consideram-se:
 - a) Registados no “Livro de Registo de Uma Kain” de um dos Sucos do território nacional, os “Uma kain” com registo válido efetuado até 31 de março de 2020, ou, excecionalmente, os que venham a ser registados durante um período de registo adicional, nos termos a definir pelo diploma ministerial a que se refere o artigo 7.º;
 - b) Presentes em território nacional aquando do pagamento, os “Uma kain” que se façam representar no momento e local do pagamento do apoio monetário, nos termos do previsto no artigo seguinte, ou que, não

o fazendo, apresentem em tempo útil justificação admissível, nos termos a definir pelo diploma ministerial a que se refere o artigo 7.º.

Artigo 3.º
Representação do agregado familiar

1. Em todos os atos e procedimentos relacionados com a atribuição do apoio monetário, cada “Uma Kain” é representado por apenas uma das pessoas que o integram, que será considerada o representante do agregado familiar.
2. É designado como representante do “Uma Kain” a pessoa que conste no “Livro de Registo de Uma Kain” como Chefe de Família, ou, na sua ausência ou impedimento, outro elemento do “Uma kain” com idade igual ou superior a 18 anos, nos termos a serem definidos pelo diploma ministerial a que se refere o artigo 7.º.

Artigo 4.º
Pagamento e duração

1. O apoio monetário é devido a partir do mês de abril de 2020, e enquanto durar a vigência do Estado de Emergência.
2. O pagamento do apoio compete ao Ministério da Solidariedade Social e Inclusão.
3. Sem prejuízo do disposto no n.º 1, o Conselho de Ministros, mediante proposta fundamentada da Ministra da Solidariedade Social e Inclusão e tendo em conta a evolução económica e social do país em face da pandemia de COVID-19, pode prorrogar o período de atribuição do apoio monetário.

Artigo 5.º
Montante

O montante do apoio monetário é fixado em 100 dólares americanos por mês, por “Uma kain” beneficiário.

Artigo 6.º
Implementação

1. Compete ao Ministério da Solidariedade Social e Inclusão desenvolver, em estreita colaboração com o Ministério da Administração Estatal e com o apoio de outros Ministérios e departamentos públicos relevantes, as ações necessárias para a implementação do presente diploma.
2. Compete ao Ministério da Administração Estatal elaborar, em colaboração com as administrações de Suco, a lista de “Uma kain” que se encontrem registados, a considerar para efeitos de atribuição do apoio monetário, nos termos a definir no diploma ministerial a que se refere o artigo 7.º.

Artigo 7.º
Regulamentação

O presente diploma é regulamentado por diploma ministerial conjunto da Ministra da Solidariedade Social e inclusão e do Ministro da Administração Estatal, a aprovar no prazo máximo de 15 dias contados a partir da data de publicação.

Artigo 8.º
Monitorização

A Ministra da Solidariedade Social e Inclusão apresenta ao Governo um relatório sobre a implementação do presente diploma e o seu impacto nas famílias apoiadas, no prazo máximo de 3 meses a contar da entrada em vigor do mesmo.

Artigo 9.º
Financiamento

Os custos referentes ao pagamento do apoio monetário bem como às operações técnicas e logísticas necessárias à respetiva implementação são assegurados pelo Fundo COVID-19, criado através da Lei n.º 2/2020, de 6 de abril e regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 12/2020, de 14 de abril.

Artigo 10.º
Entrada em Vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em Conselho de Ministros em 23 de abril de 2020.

O Primeiro-Ministro,

Taur Matan Ruak

A Ministra de Solidariedade Social e Inclusão,

Armanda Berta dos Santos

Promulgada em 30. 04. 2020

Publique-se.

O Presidente da República,

Dr. Francisco Guterres Lú Olo

DECRETO-LEI N.º 16/2020

de 30 de Abril

**MEDIDAS DE APOIO AO EMPREGO NO ÂMBITO
DA PANDEMIA DO COVID-19**

A pandemia causada pela COVID-19, além das questões de saúde pública, tem tido um reflexo muito significativo nas economias em todo o mundo, sendo o desemprego reconhecidamente uma das mais graves consequências.

Em Timor-Leste, o conhecimento do primeiro caso de infeção pelo vírus causador da COVID-19, gerou um temor generalizado, com impacto imediato nas relações de trabalho, levando à suspensão ou redução da atividade de muitas empresas e serviços, deixando muitos trabalhadores em risco de despedimento, face à incapacidade das entidades empregadoras manterem o pagamento das despesas com o trabalho (designadamente salários, mas também custos com contribuições sociais), em virtude da elevada queda de receitas.

Nestas condições, prevê-se que o desemprego aumente de forma substancial, com consequências sociais e económicas para as famílias e para a economia nacional, face à redução da procura e às dificuldades em satisfazer necessidades básicas.

Com o presente diploma procede-se, no âmbito do sistema de segurança social, à criação de apoios extraordinários e temporários, às entidades empregadoras do setor privado e aos trabalhadores, de modo a responder à redução dos rendimentos dos trabalhadores e às dificuldades financeiras das entidades empregadoras, procurando assegurar a manutenção de postos de trabalho.

Assim, o Governo decreta, ao abrigo das alíneas b), j) e n) do n.º 1 do artigo 115.º da Constituição da República, para valer como lei:

Secção I
Disposições gerais

Artigo 1.º
Objeto

O presente diploma tem por objeto a criação e a regulação de apoios financeiros temporários às entidades empregadoras e aos trabalhadores, que satisfaçam as condições de elegibilidade estabelecidas no artigo 4.º, bem como aos trabalhadores referidos no artigo 11.º.

Artigo 2.º
Âmbito

O presente diploma aplica-se ao setor privado, compreendendo as entidades empregadoras, os trabalhadores por conta de outrem e, desde que inscritas no regime contributivo da segurança social, as pessoas abrangidas pelo previsto no n.º 3 do artigo 17.º da Lei n.º 12/2016, de 14 de novembro.

Secção II
Apoios

Artigo 3.º
Apoios concedidos

São concedidos os seguintes apoios aos interessados que satisfaçam o disposto no artigo seguinte:

- a) Subsídio extraordinário em caso de suspensão do contrato de trabalho ou da redução do horário de trabalho;
- b) Dispensa do dever de pagamento das contribuições sociais;
- c) Subsídio extraordinário em caso de perda de rendimento às pessoas abrangidas pela previsão do n.º 3 do artigo 17.º da Lei n.º 12/2016, de 14 de novembro.

Artigo 4.º
Condições de elegibilidade

1. O direito a qualquer um dos apoios previstos nas alíneas a) e b) do artigo anterior depende da verificação cumulativa das condições seguintes:
 - a) Suspensão do contrato de trabalho ou redução do período normal de trabalho, nos termos do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 4/2012, de 21 de fevereiro (Lei do Trabalho), com as modificações estatuídas nos números seguintes;
 - b) Suspensão do contrato de trabalho ou a redução do período normal de trabalho causada pela pandemia COVID-19;
 - c) Inscrição da entidade empregadora e do trabalhador no regime contributivo da segurança social.
2. Considera-se que a suspensão e a redução do período normal de trabalho são causadas pela pandemia COVID-19 sempre que tenham sido comunicadas pela entidade empregadora aos trabalhadores abrangidos depois do dia 21 de março de 2020, ou quando seja necessária para assegurar o cumprimento de uma ordem emanada por uma autoridade pública ao abrigo do Decreto Presidencial n.º 29/2020, de 27 de março, que declarou o estado de emergência, ou do Decreto do Governo n.º 3/2020, de 28 de março, alterado pelo Decreto do Governo n.º 6/2020, de 8 de abril.
3. Considera-se que a suspensão do contrato e a redução do período normal de trabalho causadas pela epidemia COVID-19 são indispensáveis para assegurar a viabilidade da empresa e a manutenção dos contratos de trabalho.
4. Para efeitos do presente diploma, a suspensão ou a redução do contrato de trabalho opera com a simples comunicação ao trabalhador, que pode fazer-se por qualquer meio, ficando a entidade empregadora dispensada de fazer as demais comunicações previstas no n.º 4 do artigo 15.º da Lei n.º 4/2012, de 21 de fevereiro (Lei do Trabalho).

5. A suspensão do contrato de trabalho pode prolongar-se até ao termo da vigência do presente diploma, independentemente da sua duração.
6. Durante os períodos de suspensão ou de redução dos períodos normais de trabalho, mantêm-se em vigor os direitos e deveres dos trabalhadores que não presuponham a efetiva prestação de trabalho.
7. Consideram-se inscritos no regime contributivo da segurança social as entidades empregadoras e os respetivos trabalhadores que aproveitem do procedimento de inscrição extraordinária previsto no artigo seguinte.
8. Entende-se por remuneração, para os efeitos do presente diploma, a retribuição mensal bruta referida na Declaração de Remunerações de fevereiro de 2020, ou, na sua ausência, na última Declaração de Remunerações entregue à segurança social, sem prejuízo do referido no n.º 2 do artigo 6.º e no n.º 5 do artigo 8.º.

Artigo 5.º
Inscrição extraordinária no regime contributivo

1. Beneficiam dos apoios previstos no presente diploma, desde que verificadas as demais condições de elegibilidade, as entidades empregadoras e os trabalhadores abrangidos pela previsão do n.º 1 do artigo 17.º da Lei n.º 12/2016, de 14 de novembro, que sejam inscritos no regime contributivo da segurança social no prazo de 15 dias a contar da entrada em vigor do diploma ministerial referido no n.º 3.
2. Beneficiam igualmente dos apoios previstos no presente diploma, desde que verificadas as demais condições de elegibilidade, os condutores de veículos de transporte público de passageiros abrangidos pela previsão do n.º 3 do artigo 17.º da Lei n.º 12/2016, de 14 de novembro, que se inscrevam no regime contributivo de segurança social no prazo de 15 dias a contar da entrada em vigor do diploma ministerial referido no n.º 3, e cuja condição laboral seja comprovada nos termos fixados nesse diploma.
3. O Ministro com a tutela da Segurança Social, através de Diploma Ministerial, regulará o procedimento de inscrição extraordinária.

Artigo 6.º
Inscrição de novos trabalhadores contratados por entidades empregadoras já inscritas

1. Beneficiam ainda dos apoios previstos no presente diploma os trabalhadores que, durante o período de vigência do presente diploma, sejam contratados e inscritos no regime contributivo da segurança social por entidades empregadoras já inscritas.
2. Para os efeitos do número anterior, o formulário de inscrição de novo trabalhador no regime contributivo deve ser acompanhado de declaração da entidade empregadora sobre o valor da remuneração bruta por ele auferida.

Artigo 7.º

Contribuições sociais em dívida

1. A existência de contribuições sociais em dívida à data de entrada em vigor do presente diploma não prejudica o acesso das entidades empregadoras e dos respetivos trabalhadores aos apoios previstos no presente diploma.
2. As entidades empregadoras com contribuições sociais em dívida relativas ao período de outubro de 2017 a fevereiro de 2020 ficam dispensadas do pagamento de 10% do valor da dívida acumulada e isentas das sanções legalmente previstas para o incumprimento das obrigações de inscrição, de entrega das Declarações de Remunerações e de pagamento de contribuições, desde que liquidem o valor total em dívida à Segurança Social até 31 de janeiro de 2021 e cumpram as demais obrigações legais.
3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, as contribuições em dívida podem ser pagas em prestações.
4. O Ministro com a tutela da Segurança Social, através de Diploma Ministerial, regulará os termos do pagamento em prestações das contribuições em atraso.

Artigo 8.º

Subsídio extraordinário em caso de suspensão do contrato de trabalho ou de redução do horário de trabalho

1. Durante o período de suspensão do contrato de trabalho ou de redução do horário de trabalho a segurança social paga ao trabalhador um subsídio extraordinário de montante equivalente a 60% da sua remuneração.
2. Tratando-se de suspensão do contrato de trabalho, a entidade empregadora fica exonerada da obrigação estabelecida no n.º 7 do artigo 15.º da Lei do Trabalho.
3. Tratando-se de redução do período normal de trabalho, a entidade empregadora paga ao trabalhador o montante correspondente à diferença entre o subsídio extraordinário pago pela segurança social e, quando seja superior, o valor das horas trabalhadas.
4. Não obstante o disposto nos números anteriores, a entidade empregadora pode pagar ao trabalhador qualquer quantia adicional até à concorrência do valor da sua remuneração.
5. Quando se trate de trabalhadores cuja inscrição no regime contributivo tenha sido efetuada nos termos do n.º 1 do artigo 5.º, considera-se como remuneração o valor do salário mínimo em vigor.
6. O montante pago pela segurança social, nos termos do número anterior, é considerado, para todos os efeitos, uma prestação social, não constituindo base de incidência contributiva para a segurança social.

Artigo 9.º

Dispensa do dever de pagamento de contribuições do regime contributivo da segurança social

1. Nas situações previstas nos n.ºs 3 e 4 do artigo anterior, a

entidade empregadora, quanto ao valor adicional que pague ao trabalhador, fica dispensada do dever de contribuir, na parcela a seu cargo, para o regime contributivo de segurança social durante os meses abrangidos pelo período de vigência do presente diploma.

2. A dispensa do dever de contribuir, na parcela a seu cargo, para o regime contributivo de segurança social, durante os meses abrangidos pelo período de vigência do presente diploma, é alargada a todas as entidades empregadoras registadas na Segurança Social até ao dia 29 de fevereiro de 2020, por relação às remunerações dos respetivos trabalhadores registados até à mesma data, ainda que não beneficiem do disposto no artigo anterior.
3. O disposto nos números anteriores não exime as entidades empregadoras do dever de apresentação mensal das Declarações de Remuneração respetivas e de proceder à normal retenção da contribuição a cargo dos trabalhadores.
4. No caso previsto no número anterior, o cumprimento do dever de pagar as contribuições sociais a cargo dos trabalhadores relativas aos meses em que vigora o presente diploma é diferido para o segundo mês seguinte à cessação da sua vigência.

Artigo 10.º

Requerimento

1. As entidades empregadoras interessadas na concessão de qualquer um dos apoios previstos no presente diploma, ou de ambos, devem solicitá-lo através de requerimento dirigido ao Instituto Nacional de Segurança Social, que deve ser acompanhado dos seguintes documentos:
 - a) Lista dos trabalhadores cujos contratos tenham sido suspensos e cujos períodos normais de trabalho tenham sido reduzidos;
 - b) Declaração, sob compromisso de honra, da veracidade da informação contida no documento mencionado na alínea anterior.
2. A falta de veracidade, total ou parcial, da declaração prevista na alínea a) do número anterior, faz incorrer o seu autor na responsabilidade criminal que ao caso caiba.

Artigo 11.º

Subsídio extraordinário no âmbito da adesão facultativa ao regime contributivo de segurança social

1. Às pessoas abrangidas pela previsão do n.º 3 do artigo 17.º da Lei n.º 12/2016, de 14 de novembro, inscritas no regime contributivo de segurança social até ao dia 29 de fevereiro de 2020, é concedido um subsídio extraordinário de montante equivalente a 60% do valor da remuneração convencional em vigor que constitui base de incidência contributiva para a segurança social, de acordo com o último escalão escolhido pelo beneficiário, em caso de perda total ou parcial dos rendimentos do trabalho causada pela pandemia COVID-19.

2. Beneficiam, igualmente, do subsídio extraordinário referido no número anterior, os condutores de veículos de transporte coletivo de passageiros, abrangidos pela previsão do n.º 3 do artigo 17.º da Lei n.º 12/2016, de 14 de novembro, que se inscrevam no regime contributivo de segurança social no âmbito do procedimento de inscrição extraordinária previsto no n.º 2 do artigo 5.º, em caso de perda total ou parcial dos rendimentos do trabalho causada pela pandemia COVID-19.
3. Aquando da inscrição no regime contributivo de segurança social, os trabalhadores indicados no número anterior podem, independentemente da idade, optar apenas pelos 1.º ou 2.º escalões de base de incidência contributiva em vigor.
4. O subsídio extraordinário a que se refere o presente artigo é pago pela Segurança Social durante os meses abrangidos pelo período de vigência do presente diploma, e não constitui base de incidência contributiva para a segurança social.
5. Para efeitos de segurança social, incluindo para registo de carreiras contributivas e cálculo de prestações sociais, os beneficiários do subsídio extraordinário previsto no presente artigo podem, durante os meses em que vigora o presente diploma, manter o valor global da remuneração convencional escolhida, devendo para o efeito pagar as contribuições referentes a 40% do valor dessa remuneração convencional.
6. Os interessados em beneficiar deste subsídio extraordinário devem solicitá-lo através de requerimento dirigido ao Instituto Nacional de Segurança Social.
7. O requerimento indicado no número anterior deve ser acompanhado de uma declaração, sob compromisso de honra, confirmando a perda total ou parcial de rendimentos do trabalho causada pela pandemia COVID-19, bem como indicando se pretendem manter a remuneração convencional para efeitos de segurança social ou reduzi-la ao montante do subsídio extraordinário, durante os meses em que vigora o presente diploma.
8. A falta de veracidade, total ou parcial, da declaração prevista no número anterior faz incorrer o seu autor na responsabilidade criminal que ao caso caiba.
9. Os beneficiários do subsídio extraordinário a que se refere o presente artigo, identificados no n.º 2, mantêm obrigatoriamente a sua inscrição no regime geral da segurança social pelo período de seis meses após a cessação do pagamento do subsídio.

Artigo 12.º
Proteção Social

1. Aos trabalhadores por conta de outrem e às pessoas abrangidas pela previsão do n.º 3 do artigo 17.º da Lei n.º 12/2016, de 14 de novembro, que beneficiem dos apoios estabelecidos no presente diploma são garantidos todos os direitos de proteção social previstos na lei, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

2. O subsídio extraordinário previsto nos artigos 8.º e 11.º não é acumulável com as prestações sociais substitutas do rendimento do trabalho que visam proteger as eventualidades de parentalidade, velhice e invalidez absoluta.
3. O subsídio extraordinário previsto nos artigos 8.º e 11.º é, porém, acumulável com as prestações sociais substitutas do rendimento do trabalho que visam proteger as eventualidades de morte e de invalidez relativa.
4. Para todos os efeitos, designadamente para registo de carreiras contributivas e cálculo de prestações sociais, o Instituto Nacional de Segurança Social regista remunerações por equivalência à entrada de contribuições, durante o período de concessão do subsídio extraordinário, sendo considerado como trabalho efetivamente prestado.
5. Nas situações em que o trabalhador, no mesmo período indicado no número anterior, auferir também um montante adicional pago pela respetiva entidade empregadora, esse montante releva para todos os efeitos, sendo adicionado ao subsídio extraordinário no registo da carreira contributiva e no cálculo das prestações sociais a que o trabalhador tem direito.
6. Quando os beneficiários do apoio previsto no artigo anterior declarem pretender manter o valor global da remuneração convencional escolhida, é esse o montante global que releva para efeitos de registo da carreira contributiva e para cálculo das prestações sociais previstas na lei.

Artigo 13.º
Cessação dos contratos de trabalho

Com exceção da rescisão por iniciativa do trabalhador, durante a vigência do presente diploma, e nos três meses seguintes à sua revogação, os contratos de trabalho a cujos trabalhadores seja concedido o apoio previsto no artigo 8.º do presente diploma não cessam por nenhuma das causas previstas no artigo 46.º da Lei do Trabalho, sendo inválidos e ineficazes quaisquer acordos, actos, comunicações ou notificações que lhes digam respeito.

Secção III
Disposições finais

Artigo 14.º
Financiamento

1. Os apoios previstos nos artigos 8.º e 11.º são financiados pelo Fundo COVID-19.
2. O Instituto Nacional de Segurança Social pode proceder ao adiantamento de verbas do Orçamento da Segurança Social, sendo as mesmas reembolsadas pelo Fundo COVID-19, nos termos previstos na respetiva regulamentação.
3. Os pagamentos relativos aos apoios previstos nos artigos 8.º e 11.º são efetuados pelo Instituto Nacional de Segurança Social, como operações de tesouraria extraorçamentais, sendo, para todos os efeitos contabilísticos e orçamentais, registados como despesa na contabilidade do Fundo COVID-19.

Artigo 15.º
Monitorização

O Governo, considerando a evolução da pandemia COVID-19 e a situação que então se verificar no país, avaliará, mensalmente, a adequação e a necessidade do regime temporário estabelecido no presente diploma.

Artigo 16.º
Entrada em Vigor

1. O presente Decreto-Lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.
2. Não obstante o disposto no número anterior, os apoios previstos nos artigos 8.º e 11.º aplicam-se aos contratos de trabalho que tenham sido suspensos, ou cujos períodos normais de trabalho tenham sido reduzidos a partir do mês de março de 2020, assim como às contribuições relativas ao mesmo mês.

Aprovado em Conselho de Ministros em 22 de abril de 2020.

O Primeiro-Ministro,

Taur Matan Ruak

O Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos,

Fidelis Magalhães

A Ministra da Solidariedade Social e Inclusão,

Armanda Berta dos Santos

Promulgada em 30. 04. 2020

Publique-se.

O Presidente da República,

Dr. Francisco Guterres Lú Olo

DECRETO-LEI N.º 17/2020

de 30 de Abril

CRIA UM SUPLEMENTO REMUNERATÓRIO PARA OS FUNCIONÁRIOS, AGENTES E TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA QUE PRESTEM A RESPECTIVA ATIVIDADE PROFISSIONAL NOS SERVIÇOS DE PREVENÇÃO OU CONTROLO DA COVID-19 OU EM CONDIÇÕES DE DIRETA EXPOSIÇÃO AO VÍRUS SARS-COV2

Através do Decreto do Presidente da República n.º 29/2020, de 27 de março, foi declarado o estado de emergência na República Democrática de Timor-Leste, com fundamento na existência de uma situação de calamidade pública.

A situação de calamidade pública que serviu de fundamento à declaração do estado de emergência teve por base o risco que representa para a saúde pública a pandemia de COVID-19, diagnosticada a mais de dois milhões de pessoas em todo o mundo e que causou a morte a mais de cento e sessenta e cinco mil pessoas.

Consciente da necessidade de prevenir e controlar oportunidades de transmissão da referida doença em território nacional, o Governo impôs um conjunto de medidas que visaram não apenas a entrada do SARS-Cov-2 em Timor-Leste, como também impedir a sua propagação pela população residente no nosso território.

De entre as medidas de mitigação do risco de propagação da COVID-19 entre residentes em território nacional, destaca-se a da redução do número de funcionários, agentes e trabalhadores da administração pública que permanecem nas instalações onde habitualmente prestam a sua atividade profissional e a redução dos serviços de atendimento ao público.

Não obstante, não pode deixar de se reconhecer que vários profissionais da administração pública terão que continuar a prestar a respetiva atividade profissional de forma presencial e expostos ao contacto com o público.

De entre os vários funcionários, agentes e trabalhadores da administração pública que terão de continuar a prestar a sua atividade profissional em contacto com o público, não podem deixar de se destacar os profissionais de saúde, os militares, os agentes das forças de segurança, os agentes da autoridade de segurança alimentar e económica, o pessoal técnico e de apoio logístico e o pessoal responsável pela recolha e transporte de resíduos sólidos e de gestão dos mercados municipais que têm executado as medidas decretadas pelo Governo de prevenção e controlo da COVID-19.

Estes profissionais, pelas atividades que especificamente vêm desenvolvendo, encontram-se expostos a um risco acrescido de ficarem infetados pelo SARS-Cov-2 e de virem a padecer de COVID-19. Impõe-se assim ao Governo, por imperativos de moral e de ética, reconhecer a especificidade dos riscos em que incorrem estes profissionais da administração pública e determinar a sua justa compensação económica, ainda que condicionado pela escassez de recursos financeiros.

Assim, o Governo decreta, nos termos do n.º 2 do artigo 67.º da Lei n.º 8/2004, de 16 de junho, alterada e republicada pela Lei n.º 5/2009, de 15 de julho, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º
Objeto

O presente diploma cria um suplemento remuneratório para os funcionários, agentes e trabalhadores da administração pública que prestem a respetiva atividade profissional nos serviços de prevenção ou controlo da doença COVID-19 ou em condições de direta exposição ao vírus SARS-Cov-2.

Artigo 2.º
Suplemento remuneratório

1. Os funcionários, agentes e trabalhadores da administração pública que prestem a respetiva atividade profissional nos serviços de prevenção ou controlo da doença COVID-19 têm direito a receber um suplemento remuneratório cujo valor é fixado por Resolução do Governo, sob proposta do Primeiro-Ministro e do membro do Governo responsável pela área das finanças.
2. O valor do suplemento remuneratório a pagar aos funcionários, agentes e trabalhadores da administração pública referidos no número anterior pode variar em função do grau de risco a que os mesmos se encontram expostos.
3. São elegíveis para receber o suplemento remuneratório pela prestação de atividade profissional nos serviços de prevenção ou controlo da COVID-19:
 - a) O pessoal médico que preste a respetiva atividade nos postos de fronteira, nos centros de isolamento, de profilaxia ou terapêutica ou nos estabelecimentos de saúde em que sejam prestados cuidados de saúde a pacientes com COVID-19;
 - b) O pessoal de enfermagem que preste a respetiva atividade nos postos de fronteira, nos centros de isolamento, de profilaxia ou terapêutica ou nos estabelecimentos de saúde em que sejam prestados cuidados de saúde a pacientes com COVID-19;
 - c) O pessoal auxiliar de ação médica que preste a respetiva atividade nos postos de fronteira, nos centros de isolamento, de profilaxia ou terapêutica ou nos estabelecimentos de saúde em que sejam prestados cuidados de saúde a pacientes com COVID-19;
 - d) Os técnicos de análises laboratoriais ou de meios complementares de diagnóstico envolvidos nas atividades de diagnóstico da COVID-19;
 - e) Os técnicos da saúde pública (vigilância, epidemiológica e sanitária) que prestem atividade nos postos de fronteiras;
 - f) Os técnicos de radiologia envolvidos nas atividades de diagnóstico da COVID-19;
 - g) Os motoristas de veículos responsáveis pelo transporte

de pessoas sujeitas a isolamento obrigatório e de indivíduos suspeitos de se encontrarem infetados com SARS-Cov-2 ou aos quais haja sido diagnosticada COVID-19;

- h) Os militares das Forças Armadas envolvidos em operações de prevenção e controlo da COVID-19;
 - i) Os agentes da Polícia Nacional de Timor-Leste envolvidos em operações de prevenção e controlo da COVID-19;
 - j) O pessoal da Agência de Investigação e Fiscalização da Atividade Económica, Sanitária e Alimentar envolvido em operações de prevenção e controlo da COVID-19;
 - k) O pessoal da Direção Nacional de Quarentena e Biossegurança, dos Serviços de Migração e da Autoridade Aduaneira que desempenhe funções nos aeroportos, nos portos de mar ou nos postos de fronteira terrestres;
 - l) O pessoal da Direção-Geral de Água e Saneamento e da Direção Geral da Eletricidade cuja atividade envolva risco de infeção pelo SARS-Cov-2;
 - m) O pessoal dos serviços de proteção civil, incluindo bombeiros, cuja atividade envolva risco de infeção pelo SARS-Cov-2;
 - n) O pessoal da Direção Nacional de Segurança e Proteção do Património Público, cuja atividade envolva risco de infeção pelo SARS-Cov-2;
 - o) O pessoal dos serviços das autoridades ou administrações municipais responsável pela recolha, transporte e deposição de resíduos sólidos urbanos;
 - p) O pessoal dos serviços das autoridades ou administrações municipais responsável pela ordem pública e gestão de mercados.
4. O Conselho de Ministros, em casos devidamente fundamentados, pode atribuir o suplemento remuneratório previsto no n.º 1, através da Resolução a que alude o mesmo número, a outros grupos profissionais não contemplados no número anterior cuja atividade profissional seja prestada em condições de direta exposição ao vírus SARS-Cov-2.

Artigo 3.º
Financiamento

O suplemento remuneratório previsto no artigo anterior é financiado através do Fundo COVID-19.

Artigo 4.º
Produção de efeitos

O presente diploma produz efeitos desde o dia 28 de março de 2020.

Artigo 5.º
Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em Conselho de Ministros em 22 de abril de 2020.

O Primeiro-Ministro,

Taur Matan Ruak

A Ministra das Finanças, interina,

Sara Lobo Brites

Promulgado em 30. 04. 2020

Publique-se.

O Presidente da República,

Dr. Francisco Guterres Lú Olo

DECRETO DO GOVERNO N.º 8/2020

de 30 de Abril

**MEDIDAS DE EXECUÇÃO DA DECLARAÇÃO DO
ESTADO DE EMERGÊNCIA EFETUADA PELO
DECRETO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA N.º 32/
2020, DE 27 DE ABRIL**

No passado dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou o surto de COVID-19 como pandemia.

Perante a possibilidade de alastramento do referido surto ao nosso território nacional, o Estado aprovou e executou um conjunto de medidas que tiveram por escopo a redução das

oportunidades de importação do vírus SARS-Cov-2, causador da COVID-19, para Timor-Leste.

Uma parte significativa das medidas de profilaxia da COVID-19 que foram impostas pelo Estado aos cidadãos representaram uma limitação significativa dos direitos, liberdades e garantias fundamentais destes, razão pela qual o Presidente da República declarou previamente o estado de emergência, com fundamento em calamidade pública, o qual vigorou em todo o território nacional entre os dias 28 de março e 26 de abril de 2020.

As referidas medidas, apesar dos sacrifícios que impuseram à nossa população e às nossas empresas, vêm produzindo resultados positivos, já que, até à presente data, foram diagnosticados em Timor-Leste pouco mais de duas dezenas de casos de COVID-19 e nenhum óbito.

Não obstante os resultados positivos até agora alcançados, importa assegurar a manutenção, em geral, das medidas já adotadas, reduzindo as oportunidades de transmissão do SARS-Cov-2 entre a população residente no nosso território nacional, o que se afigura especialmente premente face ao aumento do número de pessoas infetadas com aquele vírus na República da Indonésia, Estado com o qual mantemos fronteiras terrestres.

Perante o elevado risco de alastramento do surto de COVID-19 a Timor-Leste, o Presidente da República, sob proposta do Governo e mediante prévia autorização do Parlamento Nacional, renovou a declaração do estado de emergência, o qual vigora em todo o território nacional, entre as 00:00 horas do dia 28 de abril e as 23:59 horas do dia 27 de maio de 2020.

De acordo com o Decreto do Presidente da República n.º 32/2020, de 27 de abril, durante a vigência do estado de emergência, ficam parcialmente suspensos: o direito de circulação internacional, a liberdade de circulação e de fixação de residência em qualquer ponto do território nacional, o direito de reunião, o direito de manifestação, a liberdade de culto na sua dimensão coletiva, o direito de resistência, o direito de propriedade, o direito de iniciativa económica privada e os direitos dos trabalhadores, nomeadamente o direito à greve. Com a aprovação do presente diploma, o Governo procede à regulamentação do Decreto do Chefe de Estado, estabelecendo as medidas que darão execução à declaração do estado de emergência que vigorará entre as 00:00 horas do dia 28 de abril e as 23:59 horas do dia 27 de maio de 2020.

Assim,

O Governo decreta, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 115.º da Constituição da República, para valer como regulamento administrativo, o seguinte:

Capítulo I
Disposições gerais

Artigo 1.º
Objeto

O presente diploma aprova as medidas de execução da declaração do estado de emergência efetuada pelo Decreto do Presidente da República n.º 32/2020, de 27 de abril.



JORNAL da REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR - LESTE

\$ 1.00

SUMÁRIO

GOVERNO:

Decreto-Lei N.º 28/2020 de 22 de Julho

Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 16/2020, de 30 de abril, sobre as Medidas de Apoio ao Emprego no Âmbito da Pandemia do COVID-19 647

Decreto-Lei N.º 29/2020 de 22 de Julho

Cria a empresa pública Eletricidade de Timor-Leste e aprova os respetivos Estatutos 648

Resolução do Governo N.º 23/2020 de 22 de Julho

Conclusão da Construção do Navio de Carga e Passageiros "Haksolok" 659

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA JUDICIAL:

Resolução do Conselho Superior da Magistratura Judicial de 10 de Julho de 2020 660

DECRETO-LEI N.º 28/2020

de 22 de Julho

PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO DECRETO-LEI N.º 16/2020, DE 30 DE ABRIL, SOBRE AS MEDIDAS DE APOIO AO EMPREGO NO ÂMBITO DA PANDEMIA DO COVID-19

Tendo em vista a mitigação dos efeitos negativos do surto de COVID-19 no mercado de trabalho, designadamente o risco de despedimento e de redução dos tempos de trabalho, o Governo, através do Decreto-Lei n.º 16/2020, de 30 de abril,

criou apoios extraordinários e temporários às entidades empregadoras do setor privado e aos trabalhadores, de modo a responder à redução dos rendimentos dos trabalhadores e às dificuldades financeiras das entidades empregadoras, procurando assegurar a manutenção de postos de trabalho.

Considerando a natureza excepcional e previsivelmente transitória da situação que justificou a adoção de tais medidas de mitigação económica, estabelecia-se já, no artigo 15.º do diploma agora objeto de alteração, que "o Governo, considerando a evolução da pandemia COVID-19 e a situação que então se verificar no país, avaliará, mensalmente, a adequação e a necessidade do regime temporário estabelecido no presente diploma." Verifica-se, então, que a situação evoluiu favoravelmente, quer no plano sanitário e epidemiológico, quer no plano da economia, a qual paulatinamente vai retomando o seu curso normal. Nestas circunstâncias, considera-se que não se justifica prolongar os apoios temporários criados pelo Decreto-Lei n.º 16/2020, de 30 de abril, para além do mês de junho do ano corrente. Com a presente alteração visa-se, precisamente, fixar esse limite temporal à aplicação de tais apoios.

Assim, o Governo decreta, ao abrigo das alíneas b), j) e o) do n.º 1 do artigo 115.º da Constituição da República, para valer como lei:

Artigo 1.º Objeto

O presente diploma tem por objeto a primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 16/2020, de 30 de abril, sobre as Medidas de Apoio ao Emprego no Âmbito da Pandemia do COVID-19.

Artigo 2.º Alteração ao Decreto-Lei n.º 16/2020, de 30 de abril

Os artigos 14.º e 16.º do Decreto-Lei n.º 16/2020, de 30 de abril, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 14.º Pagamentos

Os pagamentos relativos aos apoios previstos nos artigos 8.º e 11.º são efetuados pelo Instituto Nacional de Segurança Social como operações de tesouraria extraorçamentais, sendo, para todos os efeitos contabilísticos e orçamentais, registados como despesa da entidade responsável pelo seu financiamento.

Artigo 16.º
Entrada em vigor

DECRETO-LEI.N.º 29/2020

de 22 de Julho

1. [...]

2. Não obstante o disposto no número anterior, os apoios previstos nos artigos 8.º e 11.º aplicam-se apenas aos contratos de trabalho que tenham sido suspensos ou cujos períodos normais de trabalho tenham sido reduzidos nos meses de março, abril, maio e junho de 2020, assim como às contribuições relativas aos mesmos meses.»

Artigo 3.º
Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em Conselho de Ministros em 24 de junho de 2020.

O Primeiro-Ministro,

Taur Matan Ruak

A Vice-Primeira-Ministra e Ministra da Solidariedade Social e Inclusão,

Armanda Berta dos Santos

O Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos interino,

Fidelis Magalhães

Promulgada em

Publique-se.

O Presidente da República,

Dr. Francisco Guterres Lú Olo

**CRIA A EMPRESA PÚBLICA ELETRICIDADE DE
TIMOR-LESTE E APROVA OS RESPECTIVOS
ESTATUTOS**

O setor da eletricidade constitui um dos pilares do desenvolvimento da economia do País e um instrumento privilegiado para a promoção da segurança e do bem-estar da população, devendo, por isso, ser considerado um serviço público essencial.

Após os vários investimentos realizados ao longo dos anos que possibilitaram o fornecimento de energia elétrica em grande parte do território nacional, decide o Governo criar um conjunto de medidas estruturantes para uma reforma do setor da eletricidade que visam a expansão e a modernização do Sistema Nacional de Eletricidade, assim como a implementação de uma gestão vocacionada a proporcionar a melhoria do serviço público prestado, elevando os padrões de qualidade e de fiabilidade a preços acessíveis, tendo em conta a viabilidade e a sustentabilidade das operações.

Para alcançar este objetivo, tanto as experiências passadas como os exemplos das melhores práticas internacionais têm demonstrado que os serviços da área da energia elétrica devem ser implementados e geridos por uma entidade pública autónoma dedicada em exclusivo ao setor, contando nos seus quadros com recursos humanos especializados e enquadrados numa hierarquia própria. É essa a razão pela qual se cria uma empresa pública cuja missão se centra na prestação de um serviço público de fornecimento de energia elétrica através do investimento na expansão, gestão e fiscalização das infraestruturas de fornecimento de eletricidade por todo o território, compreendendo a produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica, garantindo deste modo uma maior qualidade do serviço prestado.

Com a criação desta empresa pública, o Governo estabelece uma reforma institucional do setor energético visando atingir a auto-sustentabilidade através das suas atividades, o que será possível após o investimento em recursos humanos e materiais, procedendo ainda à modernização do setor através de uma entidade vocacionada em exclusivo para o serviço público de fornecimento de energia.

Assim, o Governo decreta, nos termos do n.º 3 do artigo 115.º da Constituição da República, para valer como lei, o seguinte:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º
Objeto

É criada a Eletricidade de Timor-Leste, E.P., abreviadamente designada por EDTL, E.P..



JORNAL da REPÚBLICA

§ 0.50

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR - LESTE

Número Extraordinário

SUMÁRIO

GOVERNO:

Decreto-Lei N.º 21/2020 de 5 de Junho

Cria um Subsídio Temporário a Atribuir aos Cidadãos Timorenses que se Encontrem ou Residam Temporariamente no Estrangeiro 1

Decreto-Lei N.º 22/2020 de 5 de Junho

Moratória no Cumprimento de Obrigações Emergentes de Contratos de Concessão de Crédito no Âmbito da Política Económica de Resposta ao COVID-19 4

Resolução do Governo N.º 17/2020 de 5 de Junho

Extinção da Comissão Instaladora e Nomeação dos Membros Efetivos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do Instituto para a Qualidade de Timor-Leste, IP 6

DECRETO-LEI N.º 21/2020

de 5 de Junho

CRIA UM SUBSÍDIO TEMPORÁRIO A ATRIBUIR AOS CIDADÃOS TIMORENSES QUE SE ENCONTREM OU RESIDAM TEMPORARIAMENTE NO ESTRANGEIRO

Considerando que a proteção diplomática e a proteção consular, tal como enquadradas pelas Convenções de Viena sobre Relações Diplomáticas e sobre Relações Consulares, ratificadas pela Resolução do Parlamento Nacional n.º 24/2003, de 19 de novembro, fundamentam o cumprimento da norma constitucional pela qual ao Estado cumpre a obrigação de proteger os direitos fundamentais dos timorenses que se encontrem ou residam no estrangeiro;

Reafirmando o dever de promover e proteger a saúde, que é o fundamento constitucional de uma multiplicidade de medidas legislativas, por vezes restritivas de direitos, liberdades e garantias, necessárias à defesa da saúde pública, mas não impeditivas da proteção de direitos e deveres dos cidadãos timorenses que se encontram ou residem temporariamente no estrangeiro e do reconhecimento constitucional de que a todos assiste o direito fundamental de proteção do Estado mediante as situações vividas no estrangeiro, face à declaração de emergência de saúde pública de âmbito internacional qualificada pela Organização Mundial de Saúde como pandemia no dia 11 de março de 2020;

Considerando o decretamento do estado de emergência no dia 27 de março passado e a sua renovação a 27 de abril, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública derivada da evolução da situação epidemiológica relacionada com a pandemia de COVID-19;

Atendendo a que urge aprovar um mecanismo de apoio e proteção consular aos cidadãos timorenses que se encontrem ou residam temporariamente no estrangeiro, que comprovadamente declarem carecer de meios financeiros para suportar as suas despesas diárias e que dependam do rendimento familiar para subsistir, assim como definir o valor do apoio financeiro a conceder e as normas que rejam a sua atribuição em concordância com o custo de vida do país onde permaneçam,

O Governo decreta, nos termos do artigo 22.º, da alínea o) do n.º 1 do artigo 115.º e da alínea e) do artigo 116.º da Constituição da República, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º

Objeto

O presente diploma cria um apoio financeiro a conceder aos cidadãos timorenses que se encontrem ou residam temporariamente no estrangeiro e dependam exclusivamente do rendimento de família residente em Timor-Leste, enquanto durar o estado de emergência ou o encerramento das fronteiras decidido no âmbito das medidas de prevenção e combate à pandemia da COVID-19.

Artigo 2.º

Natureza e duração do apoio financeiro

- 1 - O apoio a que se refere o artigo anterior é prestado através de subsídio a atribuir aos cidadãos timorenses que se encontrem ou residam temporariamente no estrangeiro nas condições descritas no artigo seguinte.
- 2 - O subsídio tem periodicidade mensal e dura enquanto estiver decretado o estado de emergência em Timor-Leste ou encerradas as suas fronteiras.

Artigo 3.º

Condições de atribuição do subsídio

Beneficiam do subsídio os cidadãos timorenses:

- a) Que se encontrem ou residam temporariamente no estrangeiro;
- b) Que declarem comprovadamente carecer de meios financeiros para suportar as suas despesas diárias;
- b) Que por motivo de encerramento das fronteiras não tenham podido regressar a Timor-Leste.

Artigo 4.º

Exclusão

O subsídio criado pelo presente diploma não é devido se o beneficiário tiver direito a benefício idêntico e não renunciar ao mesmo.

Artigo 5.º

Procedimento

- 1 - O pedido de atribuição do subsídio aos cidadãos timorenses que se encontrem nas condições previstas no artigo 3.º é apresentado pelo beneficiário junto da missão diplomática de Timor-Leste da sua área de residência por via de correio electrónico dirigido ao endereço electrónico oficial dessa missão diplomática.
- 2 - Os serviços das missões diplomáticas reservam-se o direito de exigir a apresentação de qualquer documento considerado necessário à instrução do pedido ou à comprovação da condição prevista na alínea b) do artigo 3.º, no prazo de 15 dias, findo o qual, se o documento não for apresentado, se procede ao arquivamento do processo.
- 3 - Sempre que se verifiquem alterações às declarações iniciais, as mesmas devem ser comunicadas com a devida celeridade às missões diplomáticas respetivas.

Artigo 6.º

Montantes do subsídio

O montante do subsídio a conceder depende do índice do custo de vida do país de acolhimento, variando de acordo com a tabela anexa ao presente diploma, do qual faz parte integrante.

Artigo 7.º

Pagamento

- 1 - O pagamento do subsídio é feito através de crédito na conta bancária do beneficiário ou através de outro meio de pagamento caso o beneficiário não disponha de conta bancária.
- 2 - O pagamento é realizado pela missão diplomática na qual for apresentado o pedido pelo beneficiário, sendo, para tal, transferido previamente o montante do subsídio para a missão diplomática. .

Artigo 8.º

Falsas declarações

A prestação de falsas declarações na fundamentação do pedido determina:

- a) O arquivamento do processo;
- b) O reembolso imediato do subsídio, se já tiver sido pago.

Artigo 9.º

Financiamento e execução

- 1 - O subsídio criado pelo presente diploma é financiado através do Fundo COVID-19.
- 2 - O Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação organiza a lista de beneficiários aos quais deva ser pago o subsídio, solicitando ao Conselho de Gestão do Fundo COVID-19 a execução da correspondente despesa nos termos das disposições aplicáveis do Decreto-Lei n.º 12/2020, de 14 de abril.
- 3 - O Governo, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, apresenta ao Conselho de Gestão do Fundo COVID-19 um relatório mensal circunstanciado da execução do presente diploma.

Artigo 10.º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em Conselho de Ministros em 29 de abril de 2020.

O Primeiro-Ministro,

Taur Matan Ruak

O Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação,

Dionísio da Costa Babo Soares

A Ministra das Finanças interina,

Sara Lobo Brites

Promulgado em 5. 6. 2020

Publique-se.

O Presidente da República,

Dr. Francisco Guterres Lú Olo

ANEXO

(a que se refere o artigo 6.º)

Tabela dos montantes do subsídio

País de Acolhimento	Valor do subsídio mensal
Comunidade da Austrália	Quinhentos dólares norte-americanos
República Federativa do Brasil	Cento e cinquenta dólares norte-americanos
República de Cabo Verde	Cento e cinquenta dólares norte-americanos
Reino de Espanha	Quinhentos dólares norte-americanos
Estados Unidos da América	Mil dólares norte-americanos
República das Filipinas	Cento e cinquenta dólares norte-americanos
República da Índia	Cem dólares norte-americanos.
República da Indonésia	Cem dólares norte-americanos.
República Italiana	Quinhentos dólares norte-americanos
Federação da Malásia	Cento e cinquenta dólares norte-americanos
República Portuguesa	Quinhentos dólares norte-americanos
Reino da Tailândia	Cento e cinquenta dólares norte-americanos
República Unida da Tanzânia	Cem dólares norte-americanos.
República Socialista do Vietname	Cento e cinquenta dólares norte-americanos

DECRETO-LEI N.º 22/2020

de 5 de Junho

**MORATÓRIA NO CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES
EMERGENTES DE CONTRATOS DE CONCESSÃO DE
CRÉDITO NO ÂMBITO DA POLÍTICA ECONÓMICA
DE RESPOSTA AO COVID-19**

Ainda que se tratasse apenas de um “caso importado”, e não obstante a eficácia das medidas de contenção epidemiológica entretanto tomadas, o conhecimento da primeira infeção pelo Covid-19 em Timor-Leste deu origem a um temor generalizado entre a população, gerador, por seu turno, de um imediato abrandamento da atividade económica, que se manifestou, com particular evidência, no encerramento de inúmeros estabelecimentos comerciais.

Para além do impacto direto resultante daquela reação espontânea da população, os efeitos de desaceleração da economia conexos ao surto de COVID-19 foram também potenciados pelas proibições e restrições impostas pelo Decreto do Governo n.º 3/2020, de 28 de março, referente às medidas de execução da declaração do estado de emergência, efetuada pelo Decreto do Presidente da República n.º 29/2020, de 27 de março.

A redução da atividade económica teve como consequência, entre outras, a diminuição de rendimentos e de receitas das famílias e das empresas, daí derivando inevitáveis constrangimentos financeiros e dificuldades no cumprimento tempestivo das suas obrigações pecuniárias. Dentre estas, assumem especial relevância aquelas que emergem de contratos de concessão de crédito celebrados com instituições financeiras, designadamente os bancos. Por um lado, porque o incumprimento das obrigações que neles têm a sua fonte tende a limitar ainda mais o acesso ao crédito e, por essa via, a agravar a situação financeira do devedor, privando-o de níveis mínimos de liquidez. Por outro lado, porque a acumulação de situações de incumprimento pode também gerar efeitos sistémicos negativos no sistema financeiro, suscetíveis, por sua vez, de se repercutirem, em efeito de ricochete, na economia real.

A moratória estabelecida no presente diploma, que consiste no alargamento dos prazos de cumprimento das obrigações de capital e de juros, visa, precisamente, aliviar as dificuldades financeiras a que, por efeito do surto de COVID-19, estão sujeitos os devedores em contratos de concessão de crédito e, por outro lado, sustar a progressão de espirais de incumprimento e os seus efeitos negativos no sistema financeiro, em particular o rompimento dos canais de financiamento da economia.

Trata-se de medida que, destinando-se a minorar o impacto económico negativo do surto de COVID-19, especialmente as suas repercussões financeiras nas empresas e nas famílias, se insere no quadro da execução da Resolução do Governo n.º 12/2020, de 31 de março, e da “Política Económica de Resposta à COVID-19”, aprovada, na sua reunião de 17 de abril, pela Comissão Interministerial de Coordenação da Implementação

das Medidas de Prevenção e Controlo do Surto do Novo Coronavírus. A moratória instituída pelo presente diploma partilha, portanto, dos mesmos fundamentos, finalidades e natureza das medidas de apoio monetário entretanto aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 15/2020, de 30 de abril, e pelo Decreto-Lei n.º 16/2020, também de 30 de abril. Justifica-se, nesse sentido, que seja igualmente financiada pelo Fundo COVID-19.

Embora não se trate de medidas sanitárias ou epidemiológicas diretamente dirigidas ao combate do surto de COVID-19, a sua implementação, na medida em que reduz e mitiga as dificuldades financeiras resultantes do decréscimo de rendimentos e receitas, facilita e promove a adoção pela população de comportamentos potenciadores da prevenção do agravamento do surto e do seu eventual ressurgimento, tais como a observância das regras de distanciamento social e o reforço das medidas de higienização. Também por esta razão se justifica o financiamento pelo Fundo COVID-19.

Assim, o Governo decreta, ao abrigo das alíneas a), n) e o) do n.º 1 do artigo 115.º da Constituição da República, para valer como lei, o seguinte:

Secção I
Disposições gerais

Artigo 1.º
Objeto

O presente diploma tem por objeto o estabelecimento de uma moratória, parcialmente financiada pelo Estado, no cumprimento das obrigações emergentes de contratos de concessão de crédito.

Artigo 2.º
Âmbito

O presente diploma aplica-se aos contratos de concessão de crédito, independentemente da sua finalidade, celebrados antes de 1 de março de 2020, em que o financiador seja um banco ou uma outra instituição receptora de depósitos, tal como definida na Resolução do Conselho de Administração n.º 11/2010, da então Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste, hoje Banco Central de Timor-Leste, publicada no Jornal da República, Série I, n.º 49, de 29 de dezembro de 2010, relativa à aprovação da Instrução Pública n.º 06/2010, sobre o licenciamento e supervisão de Outras Instituições Receptoras de Depósitos (OIRD).

Artigo 3.º
Definições

Para os efeitos do presente diploma, entende-se por:

- a) Contrato de crédito, o contrato que tenha por efeito o adiantamento oneroso de fundos, na modalidade de numerário ou dinheiro escritural, pelo financiador ao devedor, ficando este obrigado à sua restituição, designadamente mútuo, abertura de crédito ou outro acordo de financiamento semelhante;

- b) Financiador, a parte do contrato que concede crédito;
- c) Devedor, a parte do contrato à qual é concedido crédito.

Secção II Moratória

Artigo 4.º Beneficiários

1. Beneficiam da moratória estabelecida no artigo 8.º as seguintes categorias de devedores:
 - a) Pessoas singulares de nacionalidade timorense;
 - b) Pessoas coletivas sem fins lucrativos com sede em Timor-Leste;
 - c) Empresários comerciais em nome individual, devidamente registados;
 - d) Sociedades comerciais constituídas e registadas segundo o direito timorense.
2. Ainda que integrados em alguma das categorias referidas no número anterior, não beneficiam da moratória estabelecida no presente diploma os devedores que tenham por objeto a exploração de qualquer uma das seguintes atividades:
 - a) Telecomunicações;
 - b) Indústrias extrativas;
 - c) Serviços financeiros, designadamente captação de depósitos, concessão de crédito e serviços de pagamento.

Artigo 5.º Condições de elegibilidade

1. A moratória estabelecida no artigo 8.º apenas se aplica aos beneficiários enumerados no artigo anterior que satisfaçam, cumulativamente, as seguintes condições:
 - a) Ser o crédito classificado como “*standard*” ou “*under supervision*”;
 - b) Inexistir nos dois meses anteriores à entrada em vigor do diploma, no Sistema de Informação de Registo de Crédito, em relação a qualquer contrato de crédito de que o devedor seja ou em que tenha sido parte, registo de situações de incumprimento;
 - c) Não se encontrar o devedor em situação de incumprimento em relação a qualquer obrigação pecuniária cujo credor seja o Estado ou outra entidade pública, designadamente impostos e contribuições para a segurança social.
2. No requerimento mencionado no artigo seguinte, o devedor deve declarar, sob compromisso de honra, que se verifica a situação prevista na alínea c) do número anterior.

3. A falta de veracidade, total ou parcial, da declaração prevista na alínea c) do número anterior faz incorrer o seu autor na responsabilidade criminal que ao caso caiba.

Artigo 6.º Verificação das condições de elegibilidade

O financiador deve verificar, a requerimento do devedor interessado, se este integra o universo de beneficiários delimitado no artigo 4.º e se estão satisfeitas as condições de elegibilidade impostas no artigo anterior.

Artigo 7.º Imperatividade

Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, o regime estabelecido no presente diploma é imperativo, sendo nulas todas as estipulações contratuais que direta ou indiretamente o contrariem.

Artigo 8.º Diferimento do vencimento das obrigações do devedor

1. Por efeito do presente diploma, o vencimento das obrigações de restituição de capital emergentes dos contratos previstos no artigo 2.º que ocorra dentro do período de três meses seguintes à data de entrada em vigor do presente diploma é diferido por três meses.
2. No período referido no número anterior, o devedor apenas paga 40% dos juros remuneratórios convencionados, sendo os restantes 60% suportados pelo Estado, nos termos previstos no artigo 9.º.
3. O vencimento das obrigações de capital e de juros que ocorra entre o fim do período de três meses previsto no n.º 1 e o termo da vigência do contrato de concessão de crédito é igualmente diferido por três meses.
4. Para efeitos de cálculo dos juros remuneratórios referentes ao período mencionado no número anterior, considera-se que as obrigações de capital foram cumpridas sem qualquer diferimento, sendo aplicável a taxa de juro, quando seja variável, em vigor ao tempo em que a obrigação de juros se venceria se não fosse o diferimento.
5. O disposto nos números anteriores é aplicável a quaisquer outras obrigações pecuniárias acessórias daquelas ou emergentes de contratos acessórios do contrato de concessão de crédito, designadamente contratos de garantia ou de seguro.
6. Quando realize integralmente a sua prestação dentro do prazo alargado resultante do diferimento estatuído nos números anteriores, considera-se, para todos os efeitos, que o devedor cumpre tempestivamente a sua obrigação, não incorrendo em mora.
7. Na hipótese prevista no número anterior, o financiador não pode:
 - a) Resolver o contrato;

Artigo 12.º
Entrada em Vigor

- b) Denunciar o contrato;
 - c) Fazer uso do disposto no artigo 715.º do Código Civil;
 - d) Acionar qualquer codevedor ou garante do devedor.
8. Na hipótese prevista no n.º 4, são ineficazes as estipulações de outros contratos de que o devedor seja parte, celebrados com o devedor ou com terceiros, que prevejam a repercussão de qualquer incumprimento do contrato de concessão de crédito.
9. Para além do disposto no artigo seguinte, da moratória estabelecida neste artigo não resulta para o financiador nenhuma pretensão indemnizatória ou compensatória.

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em Conselho de Ministros em 8 de maio de 2020.

O Primeiro-Ministro,

Taur Matan Ruak

Artigo 9.º
Compensação devida ao financiador

- 1. O Estado deve pagar ao financiador o montante equivalente a 60% dos juros que, de acordo com o contrato de concessão de crédito, este teria direito a receber em cada um dos meses incluídos no período previsto no n.º 1 do artigo anterior.
- 2. O pagamento da compensação deve ser feito no prazo de cinco dias úteis a contar do último dia de cada um daqueles meses.
- 3. De modo a operacionalizar o pagamento das compensações devidas aos financiadores, o Estado deve abrir e provisionar uma conta para esse específico efeito no Banco Central de Timor-Leste.

O Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos, interino

Fidelis Magalhães

Promulgado em 5 de Junho de 2020

Publique-se.

Artigo 10.º
Competência do Banco Central de Timor-Leste

O Presidente da República,

Compete ao Banco Central de Timor-Leste:

- a) Determinar o montante das compensações devidas aos financiadores e fazer o seu pagamento a partir da conta prevista no n.º 3 do artigo anterior;
- b) Reportar mensalmente ao Ministro das Finanças e ao Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos a implementação da moratória estabelecida no presente diploma, prestando informação atualizada sobre o número de interessados admitidos, os contratos abrangidos e os montantes objeto de diferimento e prestando contas sobre o apuramento e pagamento das compensações aos financiadores.

Dr. Francisco Guterres Lú Olo

RESOLUÇÃO DO GOVERNO N.º 17/2020

de 5 de Junho

**EXTINÇÃO DA COMISSÃO INSTALADORA E
NOMEAÇÃO DOS MEMBROS EFETIVOS DO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO
FISCAL DO INSTITUTO PARA A QUALIDADE DE
TIMOR-LESTE, IP**

Secção III
Disposições finais

Artigo 11.º
Financiamento

A compensação prevista no artigo 9.º é financiada pelo Fundo COVID-19.

Atendendo a que o Decreto-Lei n.º 10/2018, de 9 de abril, criou o Instituto para a Qualidade de Timor-Leste, IP e aprovou o respetivo estatuto;



JORNAL da REPÚBLICA

§ 0.25

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR - LESTE

Número Extraordinário

SUMÁRIO

PARLAMENTO NACIONAL :

Deliberação da Comissão Permanente N.º 5 /2020

Convocação do Parlamento Nacional 1

GOVERNO:

Decreto-Lei N.º 34 /2020 de 2 de Setembro

Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 17/2020, de 30 de abril, que cria um suplemento remuneratório para os funcionários, agentes e trabalhadores da administração pública que prestem a respetiva atividade profissional nos serviços de prevenção ou controlo da COVID-19 ou em condições de direta exposição ao vírus SARS-Cov2 durante a vigência do estado de emergência 2

de sítio e do estado de emergência, e no Regimento do Parlamento Nacional, o Parlamento Nacional deve reunir com a maior brevidade possível para apreciação do pedido de autorização para a renovação da declaração do estado de emergência.

Assim,

A Comissão Permanente do Parlamento Nacional, em reunião de 2 de setembro de 2020, delibera, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 3 do artigo 102.º da Constituição da República, e da aplicação conjugada da alínea c) do artigo 40.º e do artigo 48.º do Regimento do Parlamento Nacional, promover a convocação do Parlamento Nacional para o dia 3 de setembro de 2020, para a realização de uma reunião plenária extraordinária para efeitos de apreciação do pedido de autorização do Presidente da República para renovação da declaração do estado de emergência em todo o território nacional, com a duração de 30 (trinta) dias, com início às 00:00 horas do dia 5 de setembro de 2020 (sábado) e término às 23:59 horas do dia 4 de outubro de 2020 (domingo).

Aprovada em 2 de setembro de 2020.

Publique-se.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE N.º 5 /2020

CONVOCAÇÃO DO PARLAMENTO NACIONAL

Sua Excelência o Presidente da República solicitou ao Parlamento Nacional autorização para renovar a declaração do estado de emergência em todo o território nacional.

Nos termos previstos na Constituição da República e na Lei n.º 3/2008, de 22 de fevereiro, que aprova o Regime do estado

O Presidente do Parlamento Nacional,

Aniceto Longuinhos Guterres Lopes

DECRETO-LEI N.º 34/2020

de 2 de Setembro

PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO DECRETO-LEI N.º 17/2020, DE 30 DE ABRIL, QUE CRIA UM SUPLEMENTO REMUNERATÓRIO PARA OS FUNCIONÁRIOS, AGENTES E TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA QUE PRESTEM A RESPECTIVA ATIVIDADE PROFISSIONAL NOS SERVIÇOS DE PREVENÇÃO OU CONTROLO DA COVID-19 OU EM CONDIÇÕES DE DIRETA EXPOSIÇÃO AO VÍRUS SARS-COV2 DURANTE A VIGÊNCIA DO ESTADO DE EMERGÊNCIA

O Decreto-Lei n.º 17/2020, de 30 de abril, veio criar um suplemento remuneratório para os funcionários, agentes e trabalhadores da administração pública que tenham prestado a respetiva atividade profissional nos serviços de prevenção ou controlo da COVID-19 ou em condições de direta exposição ao vírus SARS-Cov2 durante a vigência do estado de emergência sucessivamente declarado e renovado pelos Decretos do Presidente da República n.ºs 29/2020, de 27 de março, 32/2020, de 27 de abril, e 35/2020, de 27 de maio.

O n.º 3 do artigo 2.º desse diploma enumera as categorias de trabalhadores que prestaram a atividade profissional nos serviços de prevenção ou controlo da COVID-19, mas não menciona o pessoal que exerceu funções na sala de situação do Centro Integrado de Gestão de Crises, o qual, criado pelo artigo 29.º da Lei n.º 2/2010, de 21 de abril, Lei de Segurança Nacional, passou a funcionar como sala de situação por força do Diploma Ministerial n.º 14/2020, de 31 de março.

No âmbito das suas atribuições enquanto sala de situação, o Centro Integrado de Gestão de Crises foi responsável por coordenar a resposta nacional à pandemia da COVID-19, nomeadamente organizando os centros de isolamento e o transporte de pessoas sujeitas a isolamento obrigatório e indivíduos suspeitos de se encontrarem infetados com SARS-Cov2 ou aos quais haja sido diagnosticada COVID-19, entre outras medidas de prevenção e controlo da doença.

Para além disso, foram criadas *task forces* ao nível dos municípios e da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno para implementar as medidas de prevenção e controlo da COVID-19 a nível local, compostas por funcionários das autoridades e administrações municipais ou daquela região, os quais, por vezes, foram a primeira linha de contacto com os indivíduos suspeitos de se encontrarem infetados com SARS-COV-2.

No mesmo sentido, o Serviço Nacional de Inteligência esteve envolvido em várias operações de prevenção e controlo da COVID-19 no âmbito das suas atribuições.

Considera-se, assim, que o pessoal que exerceu funções na sala de situação do Centro Integrado de Gestão de Crises e o pessoal do Serviço Nacional de Inteligência cuja atividade envolvia risco de infeção pelo SARS-Cov-2 cumpria os critérios estabelecidos no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 17/2020,

de 30 de abril, para atribuição do suplemento remuneratório, nomeadamente por terem prestado a respetiva atividade profissional nos serviços de prevenção ou controlo da COVID-19 ou em condições de direta exposição ao vírus SARS-Cov2 durante a vigência do estado de emergência, sendo justo acrescentar esses dois grupos profissionais à lista constante do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 17/2020, de 30 de abril.

Finalmente, são aditados três incisos sobre a inacumulabilidade de prestações, assim como retificadas as designações de duas entidades.

Assim, o Governo decreta, nos termos do n.º 2 do artigo 67.º da Lei n.º 8/2004, de 16 de junho, alterada e republicada pela Lei n.º 5/2009, de 15 de julho, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º
Objeto

O presente diploma aprova a primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 17/2020, de 30 de abril, que cria um suplemento remuneratório para os funcionários, agentes e trabalhadores da administração pública que prestem a respetiva atividade profissional nos serviços de prevenção ou controlo da COVID-19 ou em condições de direta exposição ao vírus SARS-Cov2 durante a vigência do estado de emergência.

Artigo 2.º
Alteração ao Decreto-Lei n.º 17/2020, de 30 de abril

Os artigos 2.º e 3.º do Decreto-Lei n.º 17/2020, de 30 de abril, passam a ter a seguinte redação:

“Artigo 2.º
[...]

1. [...].
2. [...].
3. São elegíveis para receber o suplemento remuneratório pela prestação de atividade profissional nos serviços de prevenção ou controlo da COVID-19:
 - a) [...];
 - b) [...];
 - c) [...];
 - d) [...];
 - e) [...];
 - f) [...];
 - g) [...];
 - h) [...];
 - i) [...];
 - j) O pessoal da Autoridade de Inspeção e Fiscalização da

Atividade Económica, Sanitária e Alimentar envolvido em operações de prevenção e controlo da COVID-19;

Artigo 4.º
Entrada em vigor

k) O pessoal da Direção Nacional de Quarentena e Biossegurança, do Serviço de Migração e da Autoridade Aduaneira que desempenhe funções nos aeroportos, nos portos de mar ou nos postos de fronteira terrestres;

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

l) [...];

Aprovado em Conselho de Ministros em 12 de agosto de 2020.

m) [...];

n) [...];

O Primeiro-Ministro,

o) [...];

p) [...];

Taur Matan Ruak

q) O pessoal que exerça funções na sala de situação do Centro Integrado de Gestão de Crises;

r) O pessoal do Serviço Nacional de Inteligência cuja atividade envolva risco de infeção pelo SARS-Cov-2;

O Ministro das Finanças,

s) O pessoal que integre as equipas constituídas, no âmbito das autoridades e administrações municipais ou da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno, para executar ao nível local as medidas de prevenção e controlo da COVID-19.

Fernando Hanjam

4. [...].

Promulgado em 28. 8. 2020

5. Cada funcionário, agente e trabalhador da administração pública só tem direito a receber o suplemento remuneratório previsto no n.º 1 uma vez por cada mês em que o mesmo for atribuído, mesmo que se enquadre na previsão de mais do que uma das alíneas do n.º 3, sendo-lhe pago, caso os valores atribuídos com base em cada uma dessas alíneas sejam diferentes, o montante mais elevado.

Publique-se.

O Presidente da República,

6. O suplemento remuneratório previsto no n.º 1 não é cumulável com suplementos remuneratórios, senhas de presença ou qualquer outra forma de remuneração que visem igualmente compensar as situações objeto do presente diploma.

Dr. Francisco Guterres Lu Olo

7. Não são elegíveis para receber o suplemento remuneratório previsto no n.º 1 os estrangeiros que trabalhem na administração pública.

Artigo 3.º

Financiamento e pagamento

O suplemento remuneratório previsto no artigo anterior é financiado e pago pelo Fundo COVID-19.”

Artigo 3.º

Produção de efeitos

O presente diploma produz efeitos à data da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 17/2020, de 30 de abril.



JORNAL da REPÚBLICA

§ 0.25

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR - LESTE

Número Extraordinário

SUMÁRIO

GOVERNO:

Resolução do Governo N.º 13/2020 de 12 de Maio
Valor do Suplemento Remuneratório Criado pelo
Decreto-Lei n.º 17/2020, de 30 de abril 1

RESOLUÇÃO DO GOVERNO N.º 13/2020

de 12 de Maio

VALOR DO SUPLEMENTO REMUNERATÓRIO CRIADO PELO DECRETO-LEI N.º 17/2020, DE 30 DE ABRIL

Considerando que o Decreto-Lei n.º 17/2020, de 30 de abril, criou um suplemento remuneratório para os funcionários, agentes e trabalhadores da administração pública que prestem a respetiva atividade profissional nos serviços de prevenção ou controlo da doença COVID-19 ou em condições de direta exposição ao vírus SARS-Cov2 durante a vigência do estado de emergência;

Considerando que, nos termos do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 17/2020, de 30 de abril, o valor do suplemento remuneratório é fixado por resolução do Governo, sob proposta do Primeiro-Ministro e do membro do Governo responsável pela área das finanças,

O Governo resolve, nos termos do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 17/2020, de 30 de abril, o seguinte:

1. O suplemento remuneratório para os funcionários, agentes e trabalhadores da administração pública que prestem a

respetiva atividade profissional nos serviços de prevenção ou controlo da doença COVID-19 ou em condições de direta exposição ao vírus SARS-Cov2 durante a vigência do estado de emergência, criado pelo Decreto-Lei n.º 17/2020, de 30 de abril, tem o valor constante do anexo à presente resolução, que dela faz parte integrante;

2. O suplemento é devido por cada dia de trabalho efetivo do beneficiário, durante a vigência do estado de emergência, nas condições referidas no número anterior;
3. O suplemento é pago mensalmente;
4. O montante do suplemento devido relativamente ao período entre 28 de março e a entrada em vigor da presente resolução é pago juntamente com o primeiro pagamento mensal;
5. Os membros do Governo identificam por despacho os funcionários, agentes e trabalhadores que integram as categorias profissionais indicadas no anexo;
6. Os serviços públicos calculam o valor mensal do suplemento a pagar a cada beneficiário e solicitam o seu pagamento ao Ministério das Finanças;
7. A presente resolução produz efeitos a 28 de março de 2020;
8. A presente resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho de Ministros em 5 de maio de 2020.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro,

Taur Matan Ruak

ANEXO

Valor do suplemento remuneratório

Categoria profissional e condições de atribuição		Valor (USD)
<p>O pessoal médico que preste a respetiva atividade nos postos de fronteira, nos centros de isolamento, de profilaxia ou terapêutica ou nos estabelecimentos de saúde em que sejam prestados cuidados de saúde a pacientes com COVID-19</p> <p>O pessoal de enfermagem que preste a respetiva atividade nos postos de fronteira, nos centros de isolamento, de profilaxia ou terapêutica ou nos estabelecimentos de saúde em que sejam prestados cuidados de saúde a pacientes com COVID-19</p> <p>O pessoal auxiliar de ação médica que preste a respetiva atividade nos postos de fronteira, nos centros de isolamento, de profilaxia ou terapêutica ou nos estabelecimentos de saúde em que sejam prestados cuidados de saúde a pacientes com COVID-19</p> <p>Os técnicos de análises laboratoriais ou de meios complementares de diagnóstico envolvidos nas atividades de diagnóstico da COVID-19</p>	Quando exerçam funções em contacto direto com pacientes com COVID-19 ou com manuseamento de análises	25
	Quando exerçam funções de atendimento aos utentes, sem contacto direto com pacientes com COVID-19 ou manuseamento de análises	20
	Quando exerçam funções de apoio administrativo, sem contacto direto com utentes, nem manuseamento de análises.	15
Os motoristas de veículos responsáveis pelo transporte de pessoas sujeitas a isolamento obrigatório e de indivíduos suspeitos de se encontrarem infetados com SARS-Cov2 ou aos quais haja sido diagnosticada COVID-19		15
Os militares das Forças Armadas envolvidos em operações de prevenção e controlo da COVID-19		15
Os agentes da Polícia Nacional de Timor-Leste envolvidos em operações de prevenção e controlo da COVID-19		15
O pessoal da Agência de Investigação e Fiscalização da Atividade Económica, Sanitária e Alimentar envolvido em operações de prevenção e controlo da COVID-19		15
O pessoal da Direção Nacional de Quarentena e Biossegurança, dos Serviços de Migração e da Autoridade Aduaneira que desempenhe funções nos aeroportos, nos portos de mar ou nos postos de fronteira terrestres		15

O pessoal da Direção-Geral de Água e Saneamento e da Direção Geral de Eletricidade cuja atividade envolva risco de infeção pelo SARS-Cov2, designadamente o pessoal que exerça funções operacionais de manutenção e de operação de sistemas públicos de fornecimento de eletricidade, água e saneamento e que preste serviços de atendimento ao público	5
O pessoal dos serviços de proteção civil, incluindo bombeiros, cuja atividade envolva risco de infeção pelo SARS-Cov2, designadamente o pessoal envolvido em operações de prevenção e controlo da COVID-19 (designadamente, transporte de água, desinfeção de locais públicos, transporte de pessoas, etc.)	5
O pessoal da Direção Nacional de Segurança e Proteção do Património Público cuja atividade envolva risco de infeção pelo SARS-Cov2, designadamente o pessoal responsável pela segurança de edifícios públicos onde esteja a ser realizada quarentena ou isolamento de pessoas sujeitas a isolamento obrigatório e de indivíduos suspeitos de se encontrarem infetados com SARS-Cov2 ou aos quais haja sido diagnosticada COVID-19	5
O pessoal dos serviços das autoridades ou administrações municipais responsável pela recolha, transporte e deposição de resíduos sólidos urbanos	5
O pessoal dos serviços das autoridades ou administrações municipais responsável pela ordem pública e gestão de mercados	5